

VOLUME 8 - NÚMERO 1
JANEIRO/ABRIL - 1996

ISSN 0103-3786

Representação social
O trabalho com informação



TRANS *in* FORMAÇÃO

departamento
pós-graduação
biblioteconomia

 **PUCCAMP**

VOLUME 8 - NÚMERO 1
JANEIRO/ABRIL - 1996

ISSN 0103-3786

TRANS *IN* FORMAÇÃO

departamento
pós-graduação
biblioteconomia

 PUKCAMP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor

Gilberto Luiz Moraes Selber

Vice-Reitor Administrativo

Alberto Martins

Vice-Reitor Acadêmico

Pe. José Benedito de Almeida David

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

Diretora

Edilze Bonavita Martins Mendes

Vice-Diretora

Maria Leontina C. P. Luiz Souza

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenador

Silas Marques de Oliveira



TRANS *in* FORMAÇÃO

- PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL -

CONSELHO EDITORIAL

Solange Puntel Mostafa (Presidente)
Cecilia Carmen Cunha Pontes
Else Benetti Marques Válio
Geraldina Porto Witter
Maria de Cléofas Faggion Alencar
Silas Marques de Oliveira
Vera Sílvia Marão Beraquet

CORPO EDITORIAL

Aline Da Rin Paranhos de Azevedo (Museu Goeldi)
Cecilia Carmen Cunha Pontes (PUCCAMP)
Else Benetti Marques Válio (PUCCAMP)
Fermino Fernandes Sisto (UNICAMP)
Geraldina Porto Witter (USP - PUCCAMP)
José Fernando Lomônaco (USP)
Kátia Maria Lemos Montali (UFsCAR)
Lea Velho (UNICAMP)
Maria de Cléofas Faggion Alencar (PUCCAMP)
Solange Puntel Mostafa (PUCCAMP)
Vânia Maria Hermes de Araújo (CIET)

Revisão de Língua: Else Benetti Marques Válio

Normalização: Maria de Cléofas Faggion Alencar

Capa: Telma Cristina Witter

Copyright by TRANSFORMAÇÃO

A citação de partes de matéria publicada nesta revista (até 200 palavras) é livre, desde que seja citada a fonte.

ENDEREÇO

TRANSFORMAÇÃO

Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia - PUCCAMP
Rua Waldemar César da Silveira, 105 - Swift
Telefone (019) 230-0981 - Fax. (019) 230-4501
13045-270 - CAMPINAS - SP - Brasil

TRANS *in* FORMAÇÃO

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL
v. 8, n. 1, janeiro/abril, 1996

SUMÁRIO

Editorial	9
TEMAS EM DEBATE: Representação Social	
Informação e representação social	15
José Maria Jardim	
As formas sociais da consciência: o pensamento de Antonio Gramsci	31
Alberto Haruyoshi Hitomi	
ARTIGOS	
Valor-trabalho e Valor-informação	55
Marcos Dantas	

Bibliotecários, jornalistas e informáticos: a ocupação de posições relativas no campo de atividades de informação	89
Patrícia Zeni Marchiori	
Sociedade de Informações e seus reflexos no mercado de trabalho	112
Lúcia Marengo	
Carreira do futuro ou futuro da carreira	144
Rosa Maria Villares de Souza Berto	
Perfil do profissional bibliotecário no mercado de trabalho da Cidade de São Paulo	158
Marta Alves de Souza	
Educação e trabalho: algumas reflexões	167
Olinda Maria Noronha	

RESENHAS

Atualização do passado	181
Maria do Rosário de Fátima Rodrigues	
Base de Dados Bibliográficos e literatura infantil	185
Geraldina Porto Witter	

INFORMATIVO

A biblioteca no Summary (1993/1994)	191
Geraldina Porto Witter	



TRANS *in* FORMAÇÃO

QUARTERLY PUBLICATION
v. 8, n. 1, january/april 1996

CONTENTS

Editorial 9

CONTEST: SOCIAL REPRESENTATION

Information and social representation 15
José Maria Jardim

Social forms of consciousness: Antonio Gramsci's thought 31
Alberto Haruyoshi Hitomi .

ARTICLES

Labor-value and Information-value 55
Marcos Dantas

Librarians, journalists and computer professionals: their relative positions in the Information Activity Field	89
Patrícia Zeni Marchiori	
Information Society and its influence on the labor market	112
Lúcia Marengo	
Career of future or the future of career	144
Rosa Maria Villares de Souza Berto	
Professional profile of São Paulo city librarian	158
Marta Alves de Souza	
Education and labour: some thoughts	167
Olinda Maria Noronha	

REVIEWS

Updating of the past	181
Maria do Rosário de Fátima Rodrigues	
Bibliographic Data Base and Children's literature	185
Geraldina Porto Witter.	

NEWS

The library in the Summary (1993/1994)	191
Geraldina Porto Witter	

EDITORIAL

"Representação social" é o tema deste número de Transinformação. As pesquisas em Ciência da Informação frequentemente investigam as formas sociais da consciência mas fazem-no de forma individualizada, sem o quesito da sociabilidade. Para resgatar tal sociabilidade, JARDIM revê as várias abordagens no trato da consciência coletiva e HITOMI aprofunda a abordagem gramsciana num primoroso esforço de exegese: o que as pessoas pensam sobre o mundo passa pela coletividade, seja o mundo este catálogo, esta biblioteca ou este número de Transinformação.

A sessão de Artigos esforçou-se por concentrar-se no inadiável tema do trabalho com informação. A área de informação no Brasil esperou mais de vinte anos para ter em seus quadros a reflexão de DANTAS sobre o trabalho com informação; da mesma forma que Marx fez a crítica à Economia Política do seu tempo, DANTAS atualiza essa crítica para o século 21, aprofundando a especificidade do trabalho informacional, intelectual, simbólico ou cultural, inexistente (ou pouco desenvolvido) na época de Marx e hoje central na geração do valor.

O trabalho com informação se dá naquilo que MARCHIORI vai chamar de Campo de Atividades de Informação (CAI), conceito importante por causa da noção de disputa e de luta de posições dos atores no campo; tudo isso regado à impecável apresentação que MARCHIORI faz da Teoria Etnometodológica de Bourdieu; com efeito, Marchiori é citada em três outros artigos deste mesmo número, o que tornava inadiável a publicação da sua pesquisa. Já MARENCO investiga o mercado do trabalho com informação para questionar codinomes como 'sociedade de informação'; a pirâmide da sua pesquisa bem demonstra a estratificação dos trabalhadores nesta dita

sociedade de informações: a base da sua pirâmide, sendo formada por pessoal de vendas e finanças, confirma, curiosamente, a sociedade de informações, pois trata-se da anterioridade da venda em relação à produção, uma das características marcantes do final de século; por outro lado, essa mesma base contraria a ideologia da sociedade de informações, já que se trata de profissionais de nível médio. SOUZA traça o perfil profissional dos bibliotecários da cidade de São Paulo de forma enxuta e no ponto.

O fato do século 20 ter desenvolvido ciência e tecnologia como fatores de produção de forma planejada inclusive com políticas científicas explícitas coloca a questão da re (qualificação) para o trabalho na ordem do dia: NORONHA discute essa re(educação) fazendo filosofia da educação, sua especialidade; resgata para tal a questão ontológica do trabalho, única forma, a seu ver, de superar a polarização pessimismo/otimismo em relação ao trabalho (lê-se: em relação à ciência e tecnologia). A Sociologia do Trabalho entra nesta discussão através da análise de carreira (BERTO).

A política editorial de Transinformação visa complementar uma visão de mundo documental já consolidada com uma visão de mundo mais aberta às questões da sociabilidade.

Ressalte-se ainda a gratidão deste Conselho Editorial por Elizabeth Maria Martucci, Fernando C. Prestes Mota, Hagar Espanha Gomes, João Francisco Régis de Moraes, José Luis Sigrist, José Marques de Melo, Leila Zerlotti Mercadante e Sammuell PFromm Neto, intelectuais que ajudaram a compor o Corpo Editorial de Transinformação até aqui quando chega à casa uma nova bancada: Aline Da Rin Paranhos de Azevedo, Fermino Fernandes Sisto, José Fernando Lomônaco, Kátia Maria Lemos Montali, Léa Velho e Vânia Maria Hermes de Araújo. A todos desejamos boas-vindas.

Solange Puntel Mostafa

AUTORES: (pela ordem dos textos)

JOSÉ MARIA JARDIM - Professor do Departamento de Documentação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ e Doutorando em Ciência da Informação, IBICT/ECO, RJ.

ALBERTO HARUYOSHI HITOMI - Mestre em Ciências Sociais, Departamento de Sociologia do IFCH, UNICAMP, SP.

MARCOS DANTAS - Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/ECO-UFRJ e Doutorando da COPPE-UFRJ, área de Engenharia da Produção.

PATRÍCIA ZENI MARCHIORI - Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná e Doutoranda em Ciência da Informação, USP/ECA.

LUCIA MARENGO - Professora da UDESC, SC e Mestre em Biblioteconomia pela PUCAMP.

ROSA MARIA VILLARES DE SOUZA BERTO - Especialista em Documentação (FESP) e em Informação Tecnológica (UFSC), Mestre em Biblioteconomia pela PUCAMP, Doutoranda da EPUSP, SP.

MARTA ALVES DE SOUZA - Mestre em Biblioteconomia pela PUCAMP e bibliotecária da UNESP - Campus de Bauru.

OLINDA MARIA NORONHA - Professora do programa de pós-graduação em Educação da PUCAMP e Doutora em Filosofia da Educação, PUC-SP; professora Livre-docente da Faculdade de Educação UNICAMP (aposentada).

MARIA DO ROSARIO DE FÁTIMA RODRIGUES - Mestranda em Psicologia Escolar, PUCAMP, SP.

GERALDINA PORTO WITTER - Livre-docente, professora do Curso de Pós-graduação em Biblioteconomia e Psicologia da PUCAMP, SP.

TEMAS EM DEBATE:

REPRESENTAÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

José Maria JARDIM

"O mundo é azul "
Yuri Gagarin

RESUMO

Discute o conceito de representação social nas ciências sociais a qual estuda os atores sociais em movimento; suas idéias e concepções de mundo estão representadas (por isso 'representação social') nas suas falas; essas representações não são necessariamente conscientes sendo uma mistura das idéias das elites, das grandes massas e das filosofias correntes, contendo elementos de dominação e de resistência; cabe ao pesquisador revelar a contradição das representações sociais as quais podem ser estudadas pela Antropologia, História da Cultura, Sociologia e Psicologia Social.

Palavras-chave: Representação social; ideologia, informação e representação social; sujeito informacional; informação e ciências sociais.

O conceito de **representação social** encontra acolhida frequente em várias áreas das Ciências Sociais como a Antropologia, a História da Cultura, a Sociologia, além da Psicologia Social. Esta presença nestes diversos campos de conhecimento é constatada juntamente com a percepção de uma certa diversidade na dimensão teórica do conceito e nas metodologias daí decorrentes.

No que se refere à Ciência da Informação, o conceito de **representação social** parece pouco evidente como recurso teórico seja na pesquisa ou nas práticas de gerenciamento da informação.

Fenômenos histórico-sociais, os processos de construção, transferência e uso da informação podem eventualmente ter suas possibilidades de análise comprometidas. Tal ocorre, por exemplo, quando o chamado **usuário da informação** é abordado, no máximo, como "sujeito regulado ou complacente, que fica do lado de fora do sistema-máquina de gestão de fluxos de informação" ou seja, "a elisão do sujeito acompanha à reificação da informação" (GOMEZ, 1994: 147). Mostra-se desafiador para o pesquisador ou o gerente de informação desviar-se dos caminhos fetichizantes que transmutam a complexidade do **sujeito informacional** na linearidade de um "usuário da informação" cuja face se confunde com suas "demandas ao sistema".

A relativização das noções de distância e objetividade pelos antropólogos, ao pesquisarem sua própria sociedade, mostra-se oportuna quando das tentativas dos profissionais da informação em identificarem os **usuários** e os **usos da informação**. Até porque "o que sempre **vemos** e **encontramos** pode ser familiar mas não é necessariamente **conhecido** e o que não **vemos** e **encontramos** pode ser exótico mas, até certo ponto, **conhecido**" (VELHO, 1978: 39). Assim, se não é sempre necessário exotizar o familiar, recomenda-se, no mínimo, estranhá-lo, o que é possível, segundo VELHO (Ibid., p.45) "quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações". Considerar um grupo como estranho, lembra CALDEIRA (1992: 65) "significa colocar entre parênteses tudo que a gente pode imaginar que sabe sobre ele para poder descobrir o que ele tem de fato a nos dizer".

Trata-se aqui, portanto, de destacar, de forma global, os aspectos inibidores e facilitadores do uso do conceito de **representações sociais**, tendo em vista as suas implicações teórico-metodológicas na compreensão do ciclo informacional, tão caro à Ciência da Informação.

AS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS

Os diversos campos do conhecimento que reconhecem o conceito de **representações sociais**, remetem-se ao conceito durkheimiano de **representações coletivas**.

A **consciência coletiva** de que está dotada a vida coletiva (integrada por fatos sociais) é, segundo DURKHEIM, constituída por **representações coletivas**, fenômenos que se distinguem de outros fenômenos da natureza por suas características peculiares. As **representações coletivas** conservam sempre a marca do substrato social em que nascem, mas têm uma vida independente: reproduzem-se e se misturam, produzindo novas cuja causa são outras representações sociais e não a estrutura social. Ressaltando, portanto, a sua autonomia relativa, escreve DURKHEIM (1973: 79) "*As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...) Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição*".

E, como tal, na análise das representações coletivas constituem objeto de estudo tanto as estruturas como as instituições: "são todas elas maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe" (Ibid.:p 88). Algumas representações sociais históricas teriam maior poder coercitivo como, por exemplo, as categorias de religião, moral, espaço, tempo etc.

Constata-se, assim, que autonomia, exterioridade e coercitividade são características fundamentais das representações coletivas em relação ao comportamento e pensamento individuais. Dizendo de outra forma, assinala SÁ (1992: 7) "os indivíduos que compõem a sociedade seriam portadores e usuários das representações, mas estas não podiam ser legitimamente reduzidas a algo como o conjunto das representações individuais, das quais difeririam essencialmente".

Para MOSCOVICI (1978: 21), no entanto, a noção durkheimiana de representação perde parte do seu interesse quando não analisa explicitamente a pluralidade dos modos de organização do pensamento, mesmo que sejam todos sociais.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A HISTÓRIA DA CULTURA

A chamada História Cultural tem como um dos seus objetivos privilegiados as representações do mundo social, identificando o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social específica é construída e pensada. Este campo resulta de questões colocadas à História por novas disciplinas, possibilitando desviar os enfoques das hierarquias para as relações e das posições para as representações.

Produtoras de estratégias e práticas sociais diversas, as percepções do social não constituem discursos neutros. Considerando as lutas de representações sociais tão importantes como as econômicas, CHARTIER (1990: 7) observa que investigar as primeiras "supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação". Por isso, o esvaziamento do debate entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações.

A história cultural, segundo CHARTIER (Ibid., p.19), permite conciliar aquilo que FEBVRE designava por "os materiais de idéias" com a noção de "representação coletiva": "pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos ou, por outras palavras, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse".

Mais do que o conceito de mentalidade, assinala CHARTIER (Ibid., p.23), a noção de representação social favorece a articulação de três modalidades de relação com o mundo social:

- "o trabalho de classificação e delimitação que produz as configurações intelectuais multiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos;"

- "as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição;"

- "as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns 'representantes' marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade".

A análise das representações na História Cultural refere-se às "classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço (...) historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) ..." (Ibid., p.27).

Portanto, a História Cultural volta-se também para os estudos dos processos com os quais se constrói um sentido, dirigindo-se às **práticas** que, de forma plural e contraditória, dão significado ao mundo.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A partir do conceito durkheimiano de **representações coletivas**, MINAYO (1992) demonstra como o tema das representações é abordado por diversos autores das ciências sociais.

Para MAUSS (1979) tanto a coisa, como o fato e a representação constituem objeto das Ciências Sociais já que a sociedade se exprime simbolicamente em seus costumes e instituições através da linguagem, da arte, da ciência, da religião, assim como através das regras familiares, das relações econômicas e políticas. Chama atenção, porém, para o risco de se reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela.

Segundo MINAYO (Ibid., p.161), "WEBER elabora suas concepções do campo das representações sociais através de termos como 'idéias', 'espírito', 'concepções', 'mentalidade', usados muitas

vezes como sinônimos e trabalha de forma particular a noção de 'visão do mundo'. Tal como DURKHEIM, WEBER reconhece um certo grau de autonomia do mundo das representações e os caminhos de análise da eficácia histórica das idéias. Por outro lado, deixa claro a necessidade de se corresponder a que instâncias do social determinado fato deve sua maior dependência.

A partir do termo "senso comum", SHULTZ apud MINAYO (Ibid., p.164) aborda as representações sociais, considerando que a existência cotidiana "é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social". Tais significados são selecionados através de construções mentais, de "representações" do "senso comum", estruturas significativas da cotidianidade que resultam "de um estoque de experiências pessoais e de outros, isto é, de companheiros, predecessores, contemporâneos, consociados e sucessores". Através do senso comum, o ator social age e atribui significados portadores de relevância à sua ação, "de acordo com sua história de vida, seu estoque de conhecimentos formados pela tipificação deste mesmo senso comum".

MINAYO (Ibid.) identifica na dialética marxista a possibilidade de interpretação do papel das representações sociais, particularmente em "A ideologia alemã". Sob tal perspectiva, o modo de produção da vida material determina o modo de vida dos indivíduos como princípio básico do "pensamento" e da "consciência". MARX relativizaria, segundo MINAYO (Ibid.), este determinismo econômico sobre a consciência, reconhecendo que a manifestação da consciência se faz através da linguagem.

GRAMSCI apud MINAYO (Ibid.), aborda o tema, ao tratar do **senso comum** e do **bom senso**. Segundo MINAYO, a contribuição de GRAMSCI sobre as representações sociais, é evidenciada em três aspectos fundamentais: o caráter de conformismo das representações e a abrangência desse conformismo de acordo com os diferentes grupos sociais, ou seja, cada grupo social tem seu próprio conformismo e ilusão; os aspectos dinâmicos geradores de mudanças que coexistem com o conservadorismo no senso comum; a composição mais abrangente das diferentes concepções do mundo de qualquer grupo social e de determinada época histórica. Como tal, a leitura de

MINAYO (ibid., p. 169) sobre o conceito de representações sociais em GRAMSCI diz respeito a "uma combinação específica das idéias das classes dominantes e das concepções dos grupos subalternos, numa relação de dominação, subordinação e resistência entre os dois pólos".

Segundo MINAYO (ibid.), para tratar das representações, LUCKÁCS utiliza-se da noção de "visão de mundo" ou seja "o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente de uma classe social) e as opõem a outros grupos". O fundamento científico do conceito de "visão do mundo", apreendido através do indivíduo, é a integração do pensamento individual no conjunto da vida social, sobretudo pela análise da função histórica das classes sociais. Como outros autores da escola marxista, LUCKÁCS reconhece a base material como denominador comum das representações sociais (segundo MINAYO (ibid.), a ideologia, as idéias, os pensamentos e a consciência).

Tendo em vista todas estas abordagens, MINAYO (ibid., p. 173) conclui: "podemos dizer que as representações sociais enquanto senso comum, idéias, imagens, concepções e visão do mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade são um material importante para a pesquisa no interior das Ciências Sociais". Sua mediação privilegiada, nesta perspectiva, é a linguagem do senso comum na qual os atores sociais se movem.

Assim, as representações sociais têm como características:

- possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade;
- são sistemas empíricos e observáveis, capazes de revelar a natureza contraditória da organização em que os atores sociais estão inseridos;
- são mais abrangentes em termos da sociedade como um todo e revelam a visão do mundo de determinada época das classes dominantes dentro da história de uma sociedade;
- não são necessariamente conscientes: são uma mistura das idéias de elites, grandes massas e das filosofias correntes, contendo elementos de dominação e resistência.

BECKER (1993: 137) também ressalta que as representações da sociedade devem ser encaradas como fatos sociais, buscando diferenciar-se do foco convencional a respeito, ao privilegiar não as representações em si como a coisa mais importante e sim as atividades através das quais são produzidas e consumidas. Como tal, as representações de conhecimento sobre a sociedade devem ser analisadas tendo em conta os aspectos das organizações nas quais são construídas: *"modos de representação fazem mais sentido quando vistos num contexto organizacional, como maneiras que as pessoas usam para contar o que pensam que sabem, para outras pessoas que querem sabê-lo como atividades organizadas, moldadas pelo esforço conjunto de todas as pessoas envolvidas"*.

Ao indicar-nos as possibilidades teóricas e metodológicas de operarmos as representações sociais, BECKER (Ibid.) destaca os seguintes aspectos:

- qualquer representação da realidade social é necessariamente parcial, menor do que aquilo que se poderia vivenciar e achar disponível no real;

- representações só têm existência completa quando alguém as está usando, lendo ou assistindo, ou escutando e, assim, completando a comunicação através da interpretação dos resultados e da construção para si próprio da realidade que o produtor pretendeu mostrar;

- a mesma realidade pode ser descrita de um enorme número de maneiras, visto que descrições podem ser respostas para qualquer uma dentre uma multidão de questões.

Uma outra abordagem de representação que frequenta a sociologia é a veiculada por GOFFMAN (1975: 29): *"venho usando o termo 'representação' para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência"*.

A partir da metáfora da ação teatral, GOFFMAN (Ibid.) demonstra que todo homem, em qualquer situação social, procura dirigir e dominar as impressões que se possa ter dele, sustentando

seu desempenho como ator que representa um personagem diante do público. Um relacionamento social é produto das diversas ocasiões em que um indivíduo/ator desempenha o mesmo movimento para o mesmo público mediante representações do seu papel social.

A elasticidade do conceito de representações sociais tem suscitado alguns questionamentos quanto à sua utilização como instrumento de análise. MAGNANI (1988: 128) destaca a falta de precisão teórica resultante desta situação, o que sinaliza a representação "como uma espécie de imagem mental da realidade" cujos ingredientes seriam "as experiências individuais decorrentes da realidade social em que o ator está imerso" e a "particular combinatória - sintática e semântica - que junta esses pedaços responsáveis, entre outras coisas, por todos aqueles erros de concordância e regência, cacofonias, pleonasmos e anacolutos que conferem sabor e 'autenticidade' aos depoimentos". A opção pela análise interna do discurso, teria jogado para segundo plano as condições de produção e recepção bem como o espaço social onde tais discursos circulam.

A partir da análise de MALINOWSKI sobre as crenças dos trobriandeses, MAGNANI (Ibid.) sugere alguns tópicos para os estudos de representações sociais:

- as representações não resultam de depoimentos que falam por si: trata-se de um processo de **reconstituição** que envolve também outras "práticas significantes" de cujas relações se pode reconstituir o significado;

- pressupondo-se a existência de uma **totalidade** que não é, porém, uma realidade homogênea que paira sobre a sociedade (como em DURKHEIM), reconhece-se que a sua visibilidade só é possível a partir da reconstituição dos fragmentos rastreados e hierarquizados;

- os conjuntos significantes não estão dados, não podem ser encarados como isolados empíricos: precisam ser construídos em função de exigências teóricas postas pela definição do objeto da pesquisa;

- idéias e crenças não existem apenas nas opiniões conscientes mas estão incorporadas em instituições e condutas: discurso e práticas não são realidades que se opõem, um operando

por distorção à outra; são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado.

Neste sentido cabe também observar as considerações de LAPLANTINE (1993: 114) quanto ao uso do conceito de representações sociais: "Críticas não faltaram a essas antropologias que têm de fato tendência a apreender as representações (religiosas, narrativas, artísticas, etc.) com uma área 'à parte'. Dedicando exclusivamente sua atenção ao 'sótão', deixando de se interessar pelo que acontece na 'adega', ela efetua a reconstituição dos sistemas de pensamento e conhecimento em si próprio. As relações que este mantém com as relações sociais, políticas, econômicas da sociedade em um determinado momento de sua história, são consideradas secundárias, quando não são pura e simplesmente ocultadas".

AS REPRESENTAÇÕES NA PSICOLOGIA SOCIAL

Ao buscar resgatar as representações sociais como conceito e fenômeno social, MOSCOVICI (1978) inaugura um campo de estudos interdisciplinar que vem se consolidando no âmbito da Psicologia Social. A realidade das representações sociais seria fácil de apreender porque quase tangível: "elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano", impregnando "as relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas". O conceito de representações sociais, porém, não é considerado de tão fácil apreensão por MOSCOVICI (ibid., p.56) porque estaria situado "na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de uma série de conceitos psicológicos". Assim, apesar de partir do conceito de representações coletivas de DURKHEIM, MOSCOVICI (ibid.) considera que a abordagem daí decorrente não contempla a diversidade de modos de organização do pensamento, ainda que sejam todos sociais. Por isso, "é indispensável que se lhe retire o seu papel de categoria geral, referente ao conjunto de produções simultaneamente intelectuais e sociais" (ibid., p.62). Neste sentido, compreende-se também as preocupações de MOSCOVICI em diferenciar as representações sociais, enquanto

categoria específica, dos conceitos de mito, opinião e imagem. Procurando o enquadramento teórico a respeito, MOSCOVICI (Ibid.) ressalta algumas premissas:

- não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou grupo), bem como sujeito e objeto não são absolutamente heterogêneos em seu grupo comum;

- o sujeito constitui-se ao mesmo tempo que a sua atividade representativa pois, segundo a organização que ele se dê ou aceite do real, define-se a sua situação no universo social e material;

- se uma representação social é uma "preparação para a ação", ela não o é na medida em que guia o comportamento do indivíduo, mas sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar;

- as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma **reprodução** desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior.

Conforme JODELET apud SÁ (1993: 1), o campo de estudos inaugurado por MOSCOVICI pretende "contribuir para uma psicossociologia do conhecimento então inexistente, ao lado de uma sociologia do conhecimento florescente e de uma epistemologia do senso comum nascente". Para tal, JODELET reconhece dois eixos de preocupações: a constituição espontânea de um conhecimento popular e a vulgarização da ciência mediante "as representações sociais funcionando como sistemas de acolhimento favoráveis ou desfavoráveis à assimilação do saber científico e técnico".

SÁ (Ibid., p.3) reconhece que o meio acadêmico têm denominado representações sociais "toda a sorte de saberes - conhecimentos práticos, habilidades sociais, construções imaginárias etc. - manejados pelas pessoas comuns e grupos sociais na vida cotidiana". No entanto, frisa SÁ (Ibid., p.3), "nem tudo é representação social como, por exemplo, as opiniões e crenças". "É possível, certamente, que um dado objeto social não seja socialmente representado - no sentido conceitual forte - por um dado grupo ou

segmento da sociedade e que, não obstante, seus membros **falem** sobre tal objeto", afirma SÁ (Ibid., p.3) concluindo que "nem todo falar social é pensamento social".

A consolidação do campo de pesquisa das representações sociais requer buscar suas vinculações às **práticas sociais** que as produzem ou decorrem do pensamento prático constituído pelas representações sociais. Neste caso, as práticas sociais são visualizadas a partir dos seus atributos de natureza comportamental básica, numa perspectiva diferenciada da sociologia e antropologia. Conforme SÁ (1992: 6), "*a referência exclusivamente comportamental das práticas sociais deve permitir que se identifique: práticas institucionais; práticas desenvolvidas paralelamente às instituições; práticas que estejam apenas emergindo no cenário social ...; práticas persistentes que nunca sejam institucionais-codificadas ...*".

Campo emergente no âmbito da Psicologia Social nos últimos trinta anos, as representações sociais são, segundo JODELET apud SÁ (1991, p.11), "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Em torno desta definição sintética, os estudiosos da área tem reconhecido a sua intensificação teórico-metodológica.

CONCLUSÕES

Como observado na literatura analisada, o conceito de representações sociais ocupa um espaço significativo no quadro teórico e metodológico de diversas áreas das Ciências Sociais, além da leitura a respeito elaborada pela Psicologia Social. Verifica-se que, conforme a área de conhecimento, este conceito adquire matizes específicos. Enquanto fenômeno, porém, todas as áreas reconhecem que se trata de um produto das **práticas sociais**, conceito por sua vez bastante flexível. Neste quadro, o conceito durkheimiano de representações coletivas constitui-se numa referência frequente para o desenvolvimento de uma teoria das representações sociais, sendo também considerado como ponto de ruptura para o desenvolvimento.....
dessa teoria.

As abordagens a respeito oscilam entre duas visões: de um lado, as possibilidades de representação do mundo (social) são infinitas; de outro, o mundo só é mundo enquanto socialmente representado. Um terceiro olhar, porém, faz questão de observar - desviando-se do esvaziamento teórico e inviabilidade metodológica - que nem tudo é representação social.

Considerando representações sociais como "as idéias, imagens, senso comum, concepções e visão de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade", MINAYO passeia por diversas correntes das Ciências Sociais, desde o século passado, recuperando o conceito inclusive no pensamento marxista.

A fertilidade do conceito fica aí evidenciada sem, no entanto, apontar para um quadro teórico mais consistente.

Embora reconheça que as representações sociais podem e devem ser analisadas pelas estruturas e comportamentos sociais, MINAYO (1992) não sugere os contornos que permitam ultrapassar críticas - como as de MAGNANI (1988) - à noção de representação como uma espécie de imagem mental da realidade. Este traz ao debate uma ressalva teórico-metodológica fundamental: a representação não flui diretamente dos discursos dos atores sociais, mas é um processo de **reconstituição** por parte do cientista social.

A Psicologia Social contribui para o conceito, situando-o como um campo interdisciplinar. Buscando consolidar uma **epistemologia de senso comum**, a Psicologia Social delimita o que considera representação sociais, como conjunto de fenômenos e o conceito que os engloba. Contribui para a problematização do conceito ao ressaltar que nem todo objeto social é socialmente representado e que nem todo falar social veicula representações.

Privilegiando a natureza comportamental das práticas sociais, a Psicologia Social persegue uma teoria das Representações Sociais na qual as diferenças e conflitos de classe são evidenciados.

BECKER (1993) sinaliza possibilidades metodológicas extremamente convidativas ao sugerir o enfoque nas ações que levam à produção e consumo das representações sociais. De certa forma, reencontramos nesta perspectiva as observações de MAGNANI a partir de MALINOWSKI.

Na História da Cultura as representações sociais ganham uma dimensão não contemplada nas demais Ciências Sociais: o tempo, a luta de representações, as classificações e exclusões.

CHARTIER (1990) visualiza a importância de análise dos conflitos entre as diversas representações sociais nos jogos do poder e dominação.

Deparamo-nos nesta perspectiva com o conceito de "representantes" para designar os atores sociais, visíveis no palco de lutas das representações. Estas mesmas lutas carregam inerentemente classificações e exclusões que norteiam as construções sociais de um tempo e um espaço.

Entendendo-se **representações sociais** como as concepções, imagens e visões de mundo que os atores sociais produzem e consomem no âmbito de práticas sociais diversas em um tempo e espaços determinados, mostra-se extremamente convidativa a sua abordagem no campo da Ciência da Informação. No mínimo, poderão ser enriquecidas as pesquisas em torno do eixo temático informação/cultura/sociedade. Neste caso, uma vez mais defronta-se a Ciência da Informação com seus próprios apelos à interdisciplinaridade.

Observa-se, portanto, que face ao conceito de representações sociais, o cientista social vê-se mobilizado pela sua flexibilidade como instrumento de análise de uma dada realidade social, sendo porém desafiado a imprimir nitidez ao seu quadro teórico e postura metodológica. E o faz para, afinal, dar-se conta que o mundo como representação é possível, embora não necessariamente seja azul.

ABSTRACT

Social representation is a theme of social science which studies what people think and why. People's thinking is 'represented' in their language; its ideology or world vision is not necessarily conscientious; social sciences makes it conscientious through this sub-field called 'social representation', which may be studied by Antropology, History of culture, Sociology and Social Psychology.

Keywords: Social representation; Ideology; Information and social Sciences; Informational subject.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **Ce que Parler Veut Dire**: l'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1972.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CALDEIRA, Teresa. Memória e relato: a escuta do outro. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v.200, p.65-76, 1991.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.
- DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues". In: NUNES, Edson de O. (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DURKHEIM, E. **As Normas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Abril, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GÓMEZ, Maria Nélide G. de. Além do Estado e do Mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 118, n.3, set./ dez. 1994.
- JARDIM, José Maria. **Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos**. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense.

- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e Representação, ou de como os baloma de kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R. (org.) **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- MAUSS, M. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1992.
- MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SÁ, Celso Pereira de. **As Representações Sociais na Perspectiva de uma Psicologia do Conhecimento: Conceituação e Problematização s.e.,s.ed.**, 1993.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O.(org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AS FORMAS SOCIAIS DE CONSCIÊNCIA: O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

Alberto Haruyoshi HITOMI

RESUMO

As formas sociais da consciência como senso comum, bom senso, folclore, religião, ideologia e filosofia são analisadas como parte de uma teoria do conhecimento de acordo com o pensamento de Antonio Gramsci. Juntas, essas formas sociais da consciência constituem a 'filosofia de uma época'; elas explicam porque a ideologia é o terreno onde os homens adquirem consciência dos conflitos sociais e lutam para resolvê-los.

Palavras-chave: Formas sociais da consciência; Ideologia; Senso-comum; Filosofia; Materialismo histórico; Representação social; Gramsci; Teoria do Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma tentativa de, a partir de Gramsci, atualizar uma série de questões, cujas soluções podem ser encontradas na investigação do problema da ideologia. O estudo da ideologia tornou-se, para nós, um instrumento heurístico. Descrever geneticamente as condições que produziram tal posição é difícil. O que podemos fazer é fornecer as seguintes indicações:

1. Nossa formação é na área de Psicologia, e foi neste contexto que o interesse pelo tema da ideologia se estruturou. Na

época, pensamos hoje, o problema da ideologia era colocado como a questão da dialética objetividade-subjetividade, ou seja, o problema de como o indivíduo constrói sua subjetividade nas relações que estabelece com os objetos e os homens. O ponto de partida para se pensar essas questões era a concepção marxiana do trabalho.

Tratava-se, ingenuamente, de se pensar uma "teoria do indivíduo". As insuficiências dos três grandes sistemas que dominam a Psicologia - a Psicanálise, o Behaviorismo e a Psicologia Humanista - levaram-nos a acreditar que esse núcleo (a tal "teoria do indivíduo") poderia ser o fundamento de uma Psicologia realmente científica, diga-se, marxista, que teria como objeto o estudo da atividade. Partíamos, principalmente, de leituras dos *Manuscritos*, das *Teses sobre Feuerbach*, do *Capital* e, posteriormente, dos *Grundrisse*.

2. No curso de nossos estudos, nasceu-nos a convicção de que seria possível desenvolver uma formulação da ideologia a partir do *Capital*; especialmente da sua fenomenologia implícita e das construções sobre o fetichismo da mercadoria e sobre a reificação das relações sociais, assim como das relações que Marx estabelece, na Introdução de 57, entre os elementos do circuito Produção-Distribuição-Troca-Consumo.

2.1. As observações de Althusser sobre o papel da ideologia na reprodução das relações e condições sociais de produção no quadro da reprodução global das formações sociais; sobre a possibilidade de uma teoria geral da ideologia apoiando-se na Psicanálise; e, enfim, sobre o processo de constituição dos sujeitos, sintetizou várias de nossas preocupações.

2.2. Paralelamente, estudávamos a Epistemologia e a Psicologia Genéticas de Piaget, e nelas identificamos a fundamentação do que atrás designamos como uma teoria do indivíduo. Coincidências teóricas e metodológicas entre as formulações de Piaget e Marx, apontadas por Habermas e Goldman, reforçaram o desejo de aprofundar tais estudos.

3. Apoiando-nos em Marx e Althusser, de um lado, e em Piaget e Freud, de outro, escrevemos um projeto que combinava a análise de um aparelho ideológico (a escola) e das representações de adolescentes em processo de escolarização. Acreditávamos que

com esses quadros de referência poderíamos investigar, empiricamente, os problemas colocados pela ideologia.

3.1. Porém, o contato com os escritos gramscianos, associado a algumas dificuldades práticas de encaminhamento, conduziu-nos a rever nossas posições. Um trabalho que fizemos para esclarecer as relações entre Gramsci e Althusser permitiu algumas conclusões: o esquema básico de Althusser sobre os aparelhos ideológicos de Estado devia-se a Gramsci; algumas indicações de Marx no *Capital* eram decisivas para sua concepção de ideologia; a dialética objetividade-subjetividade poderia ser pensada em Gramsci através das relações que estabelece entre base e superestruturas na constituição do bloco histórico; as reflexões de Gramsci representam a atualização e o desenvolvimento das concepções marxianas nos âmbitos da filosofia, da política, da história, da economia e da cultura. Tais conclusões, entre outras, levaram-nos a sintetizar nossas questões a partir de Gramsci.

É claro que essas observações constituem o modo de hoje analisarmos e descrevermos esses acontecimentos. Pensar essas questões como problemas que se relacionam com a ideologia é, naturalmente, uma visão retrospectiva. O trabalho original que deu origem a esse artigo sintetiza várias dessas questões (Hitomi, 1993).

Propomos uma leitura do que Gramsci chama "concepções de mundo" como formas sociais de consciência e entendemos tais formas como elementos integrantes de uma teoria do conhecimento que está implícita nos *Cadernos*. Tentaremos mostrar como Gramsci estabelece a unidade histórica, filosófica e política das formas sociais de consciência, do próprio homem e da sociedade através do conceito de bloco histórico. Veremos, também de que modo o processo de tomada de consciência pode ser entendido como um momento do processo de constituição ontológica.

AS FORMAS SOCIAIS DE CONSCIÊNCIA

Todos os homens são intelectuais, todos os homens são filósofos, participam de uma concepção de mundo, possuem uma linha de conduta moral. Contribuem assim, ao mesmo tempo, para

manter ou modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover maneiras de pensar (GRAMSCI, 1989: 8-9). Pensar e agir são modos de participar de uma concepção de mundo, formas de compartilhar de um conjunto de valores e normas de conduta moral.

Todo homem tem dois tipos de consciência, uma consciência contraditória. Uma, implícita na ação, que o une a outros homens na transformação prática da realidade; e outra, verbal ou explícita, que herda do passado e acolhe sem crítica. Esta última também o liga a um grupo social determinado e influi sobre sua conduta moral (GRAMSCI, 1989: 20). O fato intelectual e a norma de conduta estão, frequentemente, em contradição. Existe, assim, em cada um de nós, "um contraste entre pensar e agir, isto é, uma coexistência de duas concepções de mundo, uma afirmada por palavras e outra que se manifesta na ação efetiva" (Ibid. p.14).

A diferença entre o homem comum e os filósofos profissionais ou técnicos não é qualitativa, apenas "quantitativa". E, nesse caso, quantidade indica maior ou menor "homogeneidade", "coerência", "logicidade", isto é, "quantidade de elementos qualitativos". "O filósofo profissional não só pensa com maior rigor lógico, mas também conhece toda história do pensamento". "Ele tem a mesma função que nos outros campos científicos têm os especialistas" (GRAMSCI, 1987a: 34-35). Existe, contudo, uma diferença entre o filósofo especialista e os demais especialistas. "É possível imaginar um entomólogo especialista sem que os outros homens sejam entomólogos, mas é impossível pensar em um homem que não seja também filósofo, já que o pensar é próprio do homem enquanto tal" (Ibid, p.35)

Existe uma "'filosofia espontânea' peculiar a todo mundo" que está contida na linguagem, no senso comum, no bom senso, na religião popular e no folclore (GRAMSCI, 1986a: 11)

A esta filosofia espontânea contrapõe-se uma filosofia sistemática ou homogênea, ou seja, a concepção de mundo que está contida na religião oficial, na ideologia, na política e na filosofia. São esses modos de pensar que se constituem como folclore, senso comum, religião popular, bom senso, religião oficial, ideologia, política

e filosofia que denominaremos formas sociais de consciência. Gramsci denomina-as concepções de mundo.

Na própria linguagem está contida uma concepção de mundo pois ela consiste de "um conjunto de noções e conceitos determinados" (Ibid.). "Toda a linguagem é um contínuo processo de metáforas, sendo a história da semântica um aspecto da história da cultura: a linguagem é, simultaneamente, uma coisa viva e um museu de fósseis da vida e das civilizações" (GRAMSCI, 1987a: 175). A linguagem é um amálgama sincrético do passado e do presente. Enquanto uma coisa viva, a linguagem acompanha o desenvolvimento das civilizações, é modificada pela cultura, pelas relações políticas: "*A linguagem se transforma com o transformar-se de toda a civilização, com o florescer de novas classes para a cultura, com a hegemonia exercida por uma língua nacional sobre as outras, etc., assumindo precisamente, de um modo metafórico, as palavras das civilizações e das culturas precedentes*" (Ibid., p. 176-177).

A exemplo das outras concepções de mundo, a linguagem é um nome coletivo que reflete diferenças sócio-culturais entre indivíduos: "*Linguagem é essencialmente um nome coletivo: ela não pressupõe uma 'coisa' única nem no tempo nem no espaço. Linguagem significa também cultura e filosofia (ainda que no senso comum) e, portanto, o fato 'linguagem' é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no extremo limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir. A cultura, em seus vários níveis, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos, em estratos numerosos, em contato mais ou menos expressivo, que se entendem entre si em diversos graus, etc.*" (Ibid, p.36)

Ou ainda: "*Se é verdade que toda linguagem contém todos os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo. Quem fala somente o dialeto e compreende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às diversas correntes de pensamento que dominam a história*

mundial. Seus interesses serão restritos, mais ou menos corporativos ou economicistas, não universais" (Ibid., p. 13).

Examinemos cada uma das formas de consciência e as relações que existem entre elas.

FOLCLORE

O folclore deve ser entendido como *"concepção de mundo" e de vida, em grande medida implícita, de determinados estratos (...) da sociedade, em contraposição (também no mais das vezes implícita, mecânica, objetiva) com as concepções de mundo 'oficiais' (ou, em sentido mais amplo, das partes cultas das sociedades historicamente determinadas) que se sucederam no desenvolvimento histórico"* (GRAMSCI, 1986b: 184)

É a concepção não elaborada e não sistemática do povo, quer dizer, do *"conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda a forma de sociedade até agora existente."* É *"reflexo das condições da vida cultural do povo"* (Ibid., p. 185)

Gramsci chega até mesmo a definir o folclore como *"aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções de mundo e de vida que se sucederam na história"* (Ibid., p. 184)

Porém, não é só o passado que alimenta o folclore, *"também o pensamento e a ciência modernos fornecem novos elementos ao "folclore moderno", na medida em que certas noções científicas e opiniões desligadas de seu contexto e mais ou menos desfiguradas, caem continuamente no domínio popular e são 'inseridas' no mosaico da tradição"* (Ibid.).

Enquanto filosofia espontânea, o folclore é composto, além das concepções de mundo e de vida, pela religião e moral do povo e pelo que poderia ser designado "folclore jurídico". A moral do povo pode ser *"entendida como um determinado conjunto (...) de máximas para a conduta prática e de costumes que derivam delas ou que as produziram; moral esta que é estreitamente ligada, tal como a superstição, às crenças religiosas: existem imperativos que são muito*

mais fortes, tenazes e eficientes do que os da moral oficial" (Ibid., p. 185).

Esta moral do povo, sendo parte do folclore, é constituída de elementos do passado e do presente: *"Também nessa esfera deve-se distinguir diversos estratos: os fossilizados que refletem condições de vida passada e que são, portanto, conservadores e reacionários; e os que são uma série de inovações, frequentemente criadoras e progressistas, espontaneamente determinadas por formas e condições de vida em processo de desenvolvimento que estão em contradição (ou são apenas diferentes) com a moral dos estratos dirigentes" (Ibid).*

O "folclore jurídico", por sua vez, é composto por "uma massa de opiniões 'jurídicas' populares que "assumem a forma de 'direito natural'" (Ibid., p. 187-188).

SENSO COMUM

O senso comum é dentre as formas sociais de consciência, aquele mais amplamente abordado e analisado, teórica e praticamente, por Gramsci. Neste momento, interessa-nos apenas caracterizá-lo, sem a preocupação de determinar as formas específicas que assumiu ou tem assumido na história.

Gramsci define o senso comum como o folclore da filosofia *"e, como folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões, das quais ele é a filosofia" (GRAMSCI, 1987a: 143).*

Afirma também que "os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões" (Ibid., p.144). *"Predominam no senso comum os elementos 'realistas', materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta", "elementos supersticiosos e acríticos" (Ibid., p. 144). "O senso comum é ainda ptolomáico, antropomórfico, antropocêntrico" (Ibid., p.144-145), "é dogmático, ávido por certezas peremptórias, tendo a lógica formal como sua*

expressão" (Ibid., p. 159). *É o senso comum que cria o futuro folclore* (Ibid., p. 178).

O senso comum emprega o princípio de causalidade: em uma série de juízos identifica a causa exata, simples e imediata. Nele existe certa dose de experimentalismo e de observação direta da realidade, embora empírica e limitada (GRAMSCI, 1987a: 35)

A exemplo da linguagem e do folclore, o senso comum não é uniforme nem imutável: *"Cada camada social tem seu próprio 'senso comum' e seu 'bom senso', que são, no fundo, a concepção de vida e do homem mais difundida. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de 'senso comum': é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo de rígido e imóvel, ele se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume"* (GRAMSCI, 1986A: 178).

BOM SENSO¹

São poucas as definições e análises de Gramsci do bom senso. Designa, para ele, uma concepção de mundo com uma ética adequada à sua estrutura. (GRAMSCI, 1987a: 33).

Em outra passagem, Gramsci distingue os representantes do bom senso: *"os representantes do bom senso são o 'homem da estrada', o 'frances médio' transformado no 'homem médio', 'monsieur tout-le-monde'. Na comédia burguesa deve-se buscar especialmente os representantes do bom senso"* (GRAMSCI, 1977: 272).

Em suas análises, a noção de bom senso torna-se mais clara. Gramsci demonstra, ao analisar a compreensão difundida de filosofia, que o bom senso é o núcleo sadio do senso comum: *"Qual a idéia que o povo faz de filosofia? Pode-se reconstruí-la através das expressões da linguagem comum. Uma das mais difundidas é a de 'tomar as coisas com filosofia', a qual, analisada, não tem por que ser*

(1) Por vezes, Gramsci iguala senso comum e bom senso. Conferir a respeito 1986a e 1987a: 35.

inteiramente afastada. É verdade que nela se contém um convite implícito à resignação e à paciência, mas parece-me que o ponto mais importante seja, ao contrário, o convite à reflexão, à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos. (...) Esse é o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente" (GRAMSCI, 1987a: 15-16).

Neste sentido, o bom senso, enquanto contraposição crítica e superação do senso comum, coincidiria com a filosofia (Ibid., p. 14).

RELIGIÃO

A religião constitui também um nome coletivo para um tipo de concepção de mundo. Representa a unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela (GRAMSCI, 1987a: 14 e 264). Fé deve ser entendida "*não como atividade teórica (de criação de um novo pensamento), mas sim como estímulo à ação" (Ibid., p. 212).*

A partir da definição de religião formulada por Nicola Turchi, Gramsci conclui que neste conceito: "*estão pressupostos os seguintes elementos: 1) a crença de que existe uma ou mais divindades pessoais que transcendem as condições terrestres temporais; 2) o sentimento dos homens de que dependem destes seres superiores que governam totalmente a vida do cosmo; 3) a existência de um sistema de relações (culto) entre os homens e os deuses" (GRAMSCI, 1989: 350).*

A religião cristã, particularmente, "*foi e continua a ser uma 'necessidade', uma forma necessária de vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida, fornecendo os quadros gerais para a atividade prática real." (GRAMSCI, 1987a: 24).*

Esta fé, ou seja, esta concepção de mundo e esta moral, não é filosofia espontânea, mas consciência social organizada e hierarquizada pelas igrejas: *"A religião - ou uma igreja determinada - mantém a sua comunidade de fiéis (dentro de certos limites fixados pelas necessidades do desenvolvimento histórico global) na medida em que mantém permanente e organizadamente a própria fé, repetindo infatigavelmente a sua apologética, lutando sempre e em cada momento contra argumentos similares, e mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestem à fé pelo menos a aparência da dignidade do pensamento"* (Ibid., p.27).

IDEOLOGIA

Em Gramsci a ideologia possui dois sentidos. Do ponto de vista gnoseológico, ideologia é o terreno no qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais ("das relações sociais", "do mundo econômico", "da posição social") (GRAMSCI, 1989: 13, 34 e 37; 1987a: 63 e 134). Em sentido geral, ideologia é *"toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem a resolver problemas imediatos e restritos"* (Ibid., p. 226-7). Ou seja, é o aspecto de massa de qualquer concepção filosófica, pois resulta de "vulgarizações" que "levam as massas à ação concreta, à transformação da realidade" (Ibid., p. 148). Em sentido geral, ideologia deve ser entendida como uma concepção de mundo que se "transforma num movimento cultural", isto é, *"um movimento que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como 'premissa' teórica implícita"*. É *"a concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas"*. A ideologia mantém, desse modo, *"a unidade de todo o bloco social, do qual é o cimento"*. (GRAMSCI, 1987a: 16). Aqui, ideologia é sinônimo de concepção de mundo, de "filosofia".

Quando Gramsci define ideologia como terreno no qual os indivíduos tomam consciência dos conflitos sociais, ela coincide com o conceito de superestrutura. É, portanto, a definição de Marx

expressa no *Prefácio ao Para a Crítica da Economia Política*, ou seja, ideologia como “formas ideológicas através das quais os homens tomam consciência dos conflitos entre as forças produtivas materiais e as relações de produção”. Entre as formas ideológicas, Marx inclui as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas (Marx, 1982, p. 25). Em geral, Gramsci identifica ideologia e superestrutura. Esta tomada de consciência, porém, para Gramsci, vai além das contradições entre forças produtivas e as relações de produção. A filosofia da **práxis**, por exemplo, “é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devenir” (GRAMSCI, 1987a: 270). E, como veremos, através dos intelectuais, os grupos sociais se unificam e tomam consciência de suas funções nas esferas econômica, social e política.

Gramsci especifica, entre as ideologias (além da arte e do direito), a religião (GRAMSCI, 1987a: 68 e 108; 1989: 11), a ciência (GRAMSCI, 1987a: 193) e, inclusive, a filosofia da **práxis** (Ibid., p. 270). Estabelece, ainda, a diferença entre ideologias orgânicas e ideologias arbitrárias: “*É necessário (...) distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, ‘desejadas’.* Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é uma validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são ‘arbitrárias’, elas não criam senão ‘movimentos’ individuais, polêmicas etc. (...) (Ibid p. 62-63; destaque do autor).

FILOSOFIA

Filosofia é a “*concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social, segundo seus interesses atuais e imediatos, mas também futuros e mediatos*”. (GRAMSCI, 1987a: 226)

Em sentido amplo a filosofia pode ser entendida como uma concepção de mundo, unidade da atividade teórica e prática dos

homens. Através da concepção de mundo, o indivíduo se vincula a um determinado grupo social, representa um modo de compartilhar de uma mesma maneira de pensar e agir: *"somos conformistas de algum conformismo, somos sempre 'homens-massa ou homens-coletivos'"* (Ibid., p. 12). Tal concepção de mundo expressa-se tanto na ação quanto no discurso e podem estar, como vimos, historicamente, em contradição (Ibid., p. 20-1). Somente a crítica da própria concepção de mundo lhe dá coerência e unidade. Somente através desse processo de crítica - que é para Gramsci a consciência da própria historicidade - adquire-se consciência daquilo que se é, a consciência da própria personalidade (Ibid., p. 12). Por esta razão *"não se pode separar a filosofia da História da filosofia, nem a cultura da História da cultura"*. Porque *"a própria concepção de mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade"* (Ibid., p. 13). Se essa concepção não se forma crítica e coerentemente, somos compostos bizarramente. *"Crítica a própria concepção de mundo (...) significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido"* (Ibid., p. 12).

É a política que estabelece a relação entre o senso comum e a filosofia superior, *"bem como a relação entre o catolicismo dos intelectuais e dos simples"*² (GRAMSCI, 1987b: 1383).

A consciência política representa a *"consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica"*, a *"primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam"* (GRAMSCI, 1987a: 21)

O momento da autoconsciência crítica, o momento da consciência política representa, "historica e politicamente, a criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'por si', sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria e prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica" (Ibid.).

(2) Simples, e não "simplicios" como está na edição brasileira (GRAMSCI, 1987a: 19). "Il rapporto tra filosofia 'superiore' e senso comune è assicurato dalla 'politica', così come è assicurato dalla politica il rapporto tra il cattolicesimo degli intellettuali e quello dei 'semplici'".

Na análise das relações de forças políticas Gramsci distingue três momentos da consciência política coletiva: o econômico corporativo, o da solidariedade econômica e o da superação dos interesses corporativos, que é "a mais abertamente política, a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas" (GRAMSCI, 1989). O terceiro momento é denominado, ainda, de momento catártico, isto é, "a passagem do momento puramente econômico para o momento ético-político": "a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens". (GRAMSCI, 1987a: 53).

A FILOSOFIA DA ÉPOCA

Considerado logicamente, o movimento que vai do folclore à filosofia - passando pela religião, senso comum, bom senso, ideologia e política - representa concepções de mundo cada vez mais coerentes, sistemáticas, complexas e integradas. O nível mais integrado é a concepção filosófica, que constitui uma ordem intelectual, ou seja "apresenta unidade e coerência tanto para a consciência individual quanto para a coletiva" (Ibid., p.14).

Folclore, religião, senso comum, etc., são nomes coletivos. Em cada época histórica "existem diversas filosofias ou concepções de mundo". Tome-se a religião, por exemplo. "*Toda religião é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas, frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo*" (Ibid.). Na medida em que, através de uma concepção de mundo, nos vinculamos a um determinado grupo social, "*a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são também elas fatos políticos*" (Ibid., p. 15). Enquanto fato político, a escolha de uma concepção de mundo pode ser decorrência "*da submissão e subordinação intelectual*", quando um grupo social a toma emprestado a outro grupo social (Idem), ou resultado da elaboração própria de uma concepção de um modo crítico e consciente, que significa

"participar ativamente na produção da história do mundo" (GRAMSCI, 1987a: 12)

A elaboração própria de uma concepção de mundo significa a manifestação do "espírito de cisão"³, ou seja, *a progressiva conquista da consciência da própria personalidade histórica*". (GRAMSCI, 1977: 220).

O conjunto das formas sociais de consciência de uma época, com exceção do folclore, constitui a Filosofia de uma Época. *"A filosofia de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos esses elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se 'história' concreta e completa (integral). A filosofia de uma época histórica (...) não é senão a 'história' dessa mesma época, não é sendo a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: neste sentido, história e filosofia são inseparáveis, formam um 'bloco'. Os elementos filosóficos propriamente ditos, porém, podem ser 'distinguidos' em seus diversos graus: como filosofia dos filósofos, como concepções dos grupos dirigentes (cultura filosófica) e como religiões das grandes massas; e pode-se ver como, em cada um desses graus, ocorrem formas diversas de 'combinação' ideológica"* (GRAMSCI, 1987a: 32).

Em outro momento, Gramsci inclui, entre os elementos da filosofia da época, "as opiniões científicas e o senso comum" (Ibid p. 180). Gramsci afirma, no trecho acima citado, que história e filosofia são inseparáveis, e isso porque a própria concepção de mundo responde a "determinados problemas colocados pela realidade", problemas historicamente determinados. Também que não é possível separar a filosofia da política, pois a escolha de uma concepção de

(3) Cisão é uma categoria utilizada por Georges Sorel, Charles Sanders Peirce e por Williams James. Sorel utiliza o termo "diremption para delinear o campo cindido em cujo interior se define uma nova ciência" (Badaloni, 1987, p. 109, nota 199). Gramsci utiliza essa noção para, por exemplo, indicar a autonomia da filosofia da práxis: "uma teoria é 'revolucionária' precisamente na medida em que é elemento de separação e de distinção consciente em dois campos, na medida em que é um vértice inacessível ao campo adversário". (GRAMSCI, 1987a: 187). Sobre a autonomia da filosofia da práxis (HITOMI, parte II.).

mundo é um fato político, na medida em esta concepção de mundo nos vincula a um a determinado grupo social. Em outras passagens Gramsci postula, ainda, a identidade entre:

POLÍTICA E HISTÓRIA

"Em que sentido pode-se **identificar a política e a História** e, portanto, toda a vida e a política? Como, em vista disso, todo o sistema das superestruturas pode ser concebido como distinções da política e, portanto, justifique a introdução do conceito de distinção numa filosofia da práxis? Como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de 'bloco histórico', isto é, a **unidade entre natureza e espírito** (estrutura e sueperestrutura), unidade dos contrários e dos distintos" (GRAMSCI, 1989: 12; grifos nossos).

E entre Política e Economia: "*Se o conceito croceano da paixão como momento da política choca-se com a dificuldade de explicar e justificar as formações políticas permanentes, como os partidos e mais ainda os exércitos nacionais e os Estados-Maiores, uma vez que não se pode conceber uma paixão organizada permanentemente sem que ela se torne racionalidade e reflexão ponderada, isto é, não mais paixão, a solução só pode ser encontrada na **identidade entre política e economia**. A política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes, na medida em que efetivamente se identifica com a economia. Mas esta também tem sua distinção, e por isso pode-se falar da 'paixão política' como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno 'permanente e orgânico' da vida econômica, mas supera-o, fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do proveito individual, etc.*". (Ibid., p. 14; grifos nossos).

As afirmações de Gramsci sobre a identificação ou unidade entre política e filosofia, história e filosofia, política e história e entre política e economia decorrem, em primeiro lugar, de uma nova concepção da própria filosofia e, em segundo lugar, da compreensão das relações entre base e superestrutura: "*A estrutura e as*

superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo - contraditório e discordante - das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção" (GRAMSCI, 1987a: 52).

No que se refere à filosofia, Gramsci parte de duas proposições fundamentais: da XI tese ad Feuerbach e da afirmação de Engels de que o movimento operário alemão é o herdeiro da filosofia clássica alemã.

Já neste nível altamente abstrato das formas sociais de consciência Gramsci determina a unidade e/ou identidade da política, história, filosofia e economia, que representa, em última análise, a unidade da teoria e da prática. Unidades e identidades que tem implicações para a compreensão do que se convencionou chamar de natureza humana". O próprio homem constitui a unidade das relações sociais e da subjetividade, unidade do objetivo e do subjetivo: "O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa - objetivos ou materiais - com os quais o homem está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo" (Idem p. 47).

Os elementos da concepção de mundo são, como vimos, a concepção de mundo propriamente dita (uma visão do homem e da vida e de suas relações) e uma norma ativa de conduta adequada a tal concepção. O próprio homem é um bloco histórico de elementos individuais e subjetivos e elementos de massa objetivos ou materiais. A individualidade só se realiza através da atividade transformadora. Tanto o homem quanto a sociedade constituem um bloco histórico!

Estabelecida a unidade filosófica, histórica, política e econômica da concepção de mundo, o processo de conhecimento torna-se ao mesmo tempo um processo de constituição ontológica. A proposição afirmada e insistentemente repetida por Gramsci da ideologia como terreno onde os homens adquirem consciência dos conflitos sociais, além do **valor gnosiológico**, tem **valor ontológico** pois representa a consciência das relações sociais, a consciência da

historicidade da própria personalidade, ou, antes, a possibilidade de sua construção histórica e autônoma. Para os grupos sociais, os responsáveis por essa elaboração crítico-histórica são os intelectuais.

O homem de massa ou o homem coletivo não é para Gramsci uma simples metáfora ou figura, ele possui uma "base econômica", objetiva, material: "grandes fábricas, taylorização e racionalização" (GRAMSCI, 1989; 169). Do mesmo modo, o conformismo apresenta-se como tendência no mundo contemporâneo, decorrente da "estandarização no modo de pensar e de atuar" que "assume dimensões nacionais ou definitivamente continentais" (ibid.)

CONCLUINDO

As formas sociais de consciência que acabamos de descrever constituem uma teoria do conhecimento. São o desenvolvimento e explicitação do porque a ideologia é o terreno onde os homens adquirem consciência dos conflitos sociais. Esta teoria do conhecimento apresenta-se como uma gnoseologia da política - para utilizarmos uma feliz expressão de BUCI-GLUCKSMANN (1990).

Constituem uma teoria do conhecimento porque descrevem o modo como a consciência social atinge um conhecimento do real, "primeiro no campo da ética, depois no da política" (GRAMSCI, 1987a: 21). É uma teoria do conhecimento e é também uma teoria da cultura. O conhecimento real é - para Gramsci - aquele que se fundamenta na concepção marxista da história, na compreensão da predominância do momento econômico na determinação histórica, na compreensão do modo 'como nasce o movimento histórico sobre a base da estrutura" (GRAMSCI, 1987a: 155). E não é precisamente no campo que habitualmente denominamos cultura que Gramsci desenvolve suas concepções? Gramsci demonstra que a cultura é a filosofia de uma época histórica, a direção intelectual e moral que a classe dirigente imprime a toda a sociedade.

É uma teoria do conhecimento e da cultura **marxista** porque Gramsci parte dos princípios ontológicos e metodológicos de

Marx e Engels. Existem, nos *Cadernos*, seis principais aforismos de Marx e Engels cuja virulência enigmática contagia e movimenta a reflexão gramsciana. Seu pensamento se dobra e se desdobra para atingir o sentido dessas afirmações e suas implicações. Um desses aforismos é o da ideologia como terreno onde os homens adquirem consciência dos conflitos sociais, contido no *Prefácio ao Para a Crítica da Economia Política*. No *Prefácio* a cultura está presente enquanto formas ideológicas. Formas pelas quais os homens adquirem consciência dos conflitos e das transformações sociais: as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas. Formas sociais determinadas de consciência adequadas à estrutura econômica da sociedade. Gramsci demonstra o caráter político da cultura e, por essa razão, a política constitui a chave da interpretação de sua teoria do conhecimento e da cultura. CHAUÍ (1986), por exemplo, elabora a fórmula de que o conceito gramsciano de hegemonia é a cultura numa sociedade de classes: *"A novidade gramsciana consiste em considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura como processo social global que constitui a 'visão de mundo' de um sociedade e de uma época, e o conceito de ideologia como sistema de representações, normas, e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata. Todavia, o conceito de hegemonia ultrapassa aqueles dois conceitos: ultrapassa o de cultura aqueles dois conceitos: ultrapassa o de cultura porque indaga sobre as relações de poder e alcança a origem do fenômeno da obediência e da subordinação; ultrapassa o conceito de ideologia porque envolve todo o processo social vivo percebendo-o como práxis, isto é, as representações, as normas e os valores são práticas sociais e se organizam como e através de práticas sociais dominantes e determinadas. Pode-se dizer que, para Gramsci, a hegemonia é a cultura numa sociedade de classes"* (*Ibid.*, p. 21)

Gramsci desenvolve, particularmente, a observação de Marx a respeito da solidez formal das crenças populares. Essa observação constitui um outro aforismo que Gramsci irá obsessivamente desenvolver⁴. Referindo-se a ela Gramsci assinala: *"Recordar*

(4) Os seis aforismos são: 1^o) "1. Nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2. Nenhuma sociedade se dissolve e pode ser

a frequente afirmação de Marx sobre a 'solidez das crenças populares' como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: 'quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares', etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material (ou algo semelhante), o que é muito significativo. A análise dessas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de 'bloco histórico', no qual justamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma - sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebidas sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais" (GRAMSCI, 1987a: 63).

A passagem de *O Capital* (MARX, 1966) a que Gramsci se refere é esta: *"Aristóteles não podia decifrar por si mesmo, analisando a forma do valor, o fato de que nas formas dos valores das mercadorias todos os trabalhos se expressam como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, porque a sociedade grega estava baseada no trabalho dos escravos e tinha, portanto, como base natural, a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor, a igualdade e equiparação de valor de todos os trabalhos, enquanto são e pelo fato de serem todos eles trabalho humano em geral, só podia ser descoberto a partir do momento em que a idéia de igualdade humana possuísse já a firmeza de um preconceito popular".* (Ibid., p. 26).

Gramsci interpreta essa referência à firmeza do preconceito popular como solidez do senso comum. O preconceito popular - cren-

substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações" (GRAMSCI, 1989: 45); 2º) "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, tratando-se agora de transformá-lo" (GRAMSCI, 1987a: 264). 3º) A solidez das crenças populares é um elemento necessário de uma determinada situação. (Ibid., 1987a: 63); 4º) "A filosofia clássica alemã tem como herdeiro legítimo o povo alemão" (Ibid., p. 84); 5º) "A materialidade do mundo é demonstrada pelo longo e trabalhoso desenvolvimento da filosofia e das ciências naturais" (Ibid., p. 170-1); 6º) A ideologia como terreno da tomada de consciência dos conflitos sociais. Gramsci, ao que parece, cita grande parte desses aforismos de memória e quando repete-os muda algumas expressões e a forma literária. Essas variações, na maior parte dos casos, não constituem imprecisões mas interpretações.

ça para Gramsci - que Marx analisa é o conceito da igualdade humana que se torna possível numa sociedade em que a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho.

Do mesmo modo que o dinheiro e a mercadoria, também as crenças solidificadas possuem a estabilidade - firmeza, tenacidade - das formas naturais da vida social, constituem também formas de pensamento socialmente válidas, objetivas para as condições desse modo de produção, como por exemplo o conceito, ou melhor, o preconceito de igualdade humana.

Para Gramsci, a teoria do conhecimento é uma das partes constitutivas do marxismo, ou seja, da Filosofia da Práxis (GRAMSCI, 1987a: 154-5). A teoria do conhecimento é a dialética (Ibid., p.181). E a dialética, por sua vez, é a "substância medular da Historiografia e da Ciência Política" (Ibid., p.159).

ABSTRACT

The social forms of consciousness such as common sense, folklore, good sense, religion, ideology and philosophy are analysed as part of a theory of knowledge, following Antonio Gramsci's thought. Together, these forms of consciousness constitute the 'philosophy of an epoch' and they explain why the ideology is a 'place' where men acquire consciousness of social conflicts.

Keywords: Social forms of consciousness; Common sense; Theory of knowledge; Ideology; Gramsci; Philosophy of Praxis; Marxism and consciousness; Social representation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADALONI, N. A Filosofia da Práxis como previsão. In: Hobsbawn, E. J. (org.). **História do Marxismo**, vol. X: o Marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do Stalinismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 1987.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**, 2ª ed. trad. bras. Rio de Janeiro: Angelina Peralva, Paz e Terra, 1990.

- CHAUÍ, M. S. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. 7ª ed. Trad. bras. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987a.
- **Os intelectuais e a Organização da cultura**. 6ª ed. Trad. bras. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986a.
- **Literatura e Vida Nacional**. 3ª ed. trad. e seleção Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986b.
- **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª ed. Trad. Luiz M. Gazzaneo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- **Pasado y Presente**. 1ª ed. Trad. esp. Manlio Macri. Barcelona: Gedisa, 1977.
- **Cartas do Cárcere**. 3ª ed. Trad. e seleção Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987b.
- HITOMI, A. H. **Ideologia: relações sociais e subjetividade; estrutura ideológica e formas sociais de consciência**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993. 289p. (Dissertação).
- MARX, Karl. Prefácio [à crítica da economia política]. In: **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro** (Os economistas), 1. ed., trad. Edgar Malagoldi et all. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

VALOR-TRABALHO E VALOR-INFORMAÇÃO*

Marcos DANTAS

RESUMO

O trabalho humano nas sociedades capitalistas avançadas tem por objeto básico o processamento, comunicação e registro da informação. Para o capital, a informação é um valor mas, por sua natureza, ela pode conter valor de uso e não conter valor de troca. Daí emergem novas contradições capitalistas que presidem os rearranjos institucionais em curso no mundo (legislação de patentes, desregulamentação nas telecomunicações), mas conduzem a sociedade aos seus atuais níveis de miséria e exclusão social.

Palavras-chave: Informação; Neguentropia; Entropia; Ruído; Valor-trabalho; Valor-informação; Capital; Marx; Sociedade da informação; Exclusão social.

"Assim como a entropia tende a aumentar espontaneamente num sistema fechado, de igual maneira a informação tende a decrescer; assim como a entropia é uma medida de desordem, de igual maneira a informação é uma medida de ordem. Informação e entropia não se conservam e são inadequadas, uma e outra, para se constituírem em mercadorias".

Norbert Wiener

(*) Este artigo sintetiza e, um pouco, atualiza a dissertação de mestrado de seu autor (DANTAS, 1994) cuja tese não poderia ter sido realizada sem a convivência e experiência adquirida com Ivan da Costa Marques, Arthur Pereira Nunes, Luis Sérgio C. Sampaio e outros batalhadores do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. O autor também muito deve às sugestões, críticas e exigências de seus dois orientadores: Vania Araújo (IBICT/CNPq) e José Ricardo Tauille (IEI/FEA), os quais, obviamente, não são responsáveis por equívocos e falhas do estudo. E-Mail: mdantas@ax.apc.org._

As palavras reproduzidas na epígrafe deste artigo, foram escritas há mais de 45 anos por Norbert Wiener, o "pai da Cibernética" (Wiener, 1978: 115) e, apesar da clara advertência nelas expressas por este cientista que é uma das maiores autoridade no assunto, o capitalismo parece não as ter levado em consideração: ao contrário, nesta nossa sociedade dita "de mercado" e também "da informação", a ninguém, numa primeira abordagem, ocorrerá que informação, por suas características intrínsecas, pode não se prestar a um tratamento mercantil.

Praticamente vencida a metade final deste nosso século, não nos deve surpreender tal desconsideração por parte daqueles que tratam de explicar, mas não de transformar, a realidade. O que realmente nos surpreende é a quase total ausência de real questionamento e de denúncia mesmo sobre a mercantilização da informação, por parte daqueles outros para quem fazer avançar a História continuaria na ordem do dia. A mercantilização e apropriação privada da informação certamente estão na raiz de toda a instabilidade, mudanças e desigualdade da vida social (pós)moderna e poderia servir de ponto de partida para novos e vigorosos estudos críticos sobre o desenvolvimento capitalista. Não é o que acontece. A advertência de Wiener caiu no esquecimento.

O estudo que originou este artigo - Dantas (1994) - foi motivado pela crença na necessidade e possibilidade de se iniciar e avançar um amplo programa de pesquisa e de prática social que ponha em questão justamente todo o arcabouço político e jurídico que testemunhamos ser montado nos dias que correm, visando reduzir a informação a recurso apropriável pelo capital, dela fazendo instrumento de poder e, concomitantemente, de exclusão social. Com isto, esperamos também poder contribuir para aquele movimento, ao qual se refere Leandro Konder (1992), de renovação da Filosofia da Práxis, tornando-a capaz de pensar e de agir sobre os processos sociais deste fim de século e começo do próximo. Para tanto, fizemo-nos a seguinte pergunta: qual a natureza real do processo produtivo na sociedade contemporânea, sociedade esta que vem merecendo tantos nomes - "da informação", "do conhecimento", "pós-industrial", "tecnocrônica" etc. - quantas são as máscaras atrás das quais querem esconder as suas contradições? Se ousarmos atacar

este problema, talvez comecemos a destrinchar o processo contemporâneo de valorização do capital, esclarecendo-nos a partir daí sobre o quê pode ser principal ou secundário nas lutas em que nos empenhamos contra a miséria, as injustiças, a razão cínica, a violência e tantas outras.

Para responder a essa pergunta, partimos da premissa que, inicialmente, devemos discutir e compreender a informação como fenômeno natural e social. Então, poderemos analisar a relação entre informação e trabalho, na sociedade industrial. E daí, lograremos avançar algum entendimento sobre o valor da informação no capitalismo contemporâneo.

1. ALTERNATIVAS EPISTEMOLÓGICAS

Apesar de o significante "informação" aparecer com demasiada frequência nos textos que discutem a atual sociedade, mais particularmente nos de economia e administração, uma correta compreensão do seu significado não parece preocupar a maior parte dos autores. Fala-se de "tecnologias da informação" ou de "sistemas de informação" mas, então, discute-se as "tecnologias" ou os "sistemas", fazendo-nos parecer que a informação que essas "tecnologias" ou "sistemas" processam ou transportam não é, em si, um problema. Fala-se até de "economia da informação", mas poucos autores arriscaram-se a discutir a informação, preferindo a maioria permanecer na economia...

Informação surge nesses enunciados como uma noção de senso comum, entendimento consuetudinário que não pode bastar-nos num esforço para uma correta compreensão científica dos processos percebidos a partir do que se entenda como originado dela. Porém, se buscarmos discutir ou firmar um conceito rigoroso de informação, logo descobriremos o quão difícil e cheio de armadilhas tem sido o caminho dos que o tentaram. Conceitos de informação existem centenas - um autor chinês catalogou mais de 400 (Yuenxiao, 1988). A partir daí são muitos os estudiosos que preferirão se entregar a exercícios lógico-formais de classificação e sub-classificação desses conceitos e definições, a avançar na elucidação do fenômeno mesmo,

a exemplo de Wersig e Neveling (1975), McGarry (1981), Yuexiao (1988) e Rowley e Turner (1978). Entretanto, se seguirmos as trilhas da crítica sugerida por Sfez (1994), concordaremos ser possível sair de tal emaranhado, ao perceber que ele, no fundo, acoberta duas matrizes epistemológicas básicas, dentre as quais haverá que fazer uma escolha: dualista cartesiana, de um lado; monista dialética, de outro.

Aquela remete à teoria de Shannon e desdobramentos, com sua relação rígida e determinada entre emissor (sujeito) e receptor (objeto), excluindo-se o terceiro (o ruído). Esta - opção atribuídos a Bateson, von Foerster e Atlan, entre outros - radicaria, segundo Sfez, no pensamento monista de Spinoza. Se assim é, nesta vertente caberia situar a dialética de Hegel e Marx, cuja essência monista foi bem entendida por Lukács (1989) e Prado Júnior (1969), e também sublinhada por Sochor (1987). Aqui, a informação não estará contida atomisticamente num único canal, mas articulará em diferentes graus distintos agentes, constituindo uma totalidade sistêmica concreta através da qual sujeito e objeto interagem num movimento permanente, a cada ciclo o sujeito podendo objetivar-se no real percebido e o objeto podendo subjetivar-se no sujeito que o percebe. No centro desta proposição, estará a noção de organização pelo ruído (Atlan, 1992), cuja noção percebe o ruído como um evento que amplia as alternativas da ação, logo adiciona ordem e faz crescer o sistema.

2. INFORMAÇÃO, ENTROPIA E NEGUENTROPIA

Sabemos, conforme as leis da termodinâmica, que todo conjunto de matéria, se isolado e fechado relativamente ao seu ambiente externo, tende irreversivelmente para a entropia, estado no qual um dado sistema, pela ausência de desequilíbrios térmicos internos, não mais logra realizar trabalho físico, não produz ou sofre transformações; está morto. Entretanto, até esgotar-se entropicamente, o sistema logrou realizar uma certa quantidade de trabalho porque detinha, num momento dado inicial, capacidade para fazê-lo. A esta capacidade, Brillouin (1988) denominou neguentropia, o contrário ou o negativo da entropia.

Como o estado neguentrópico implica necessariamente numa situação de desequilíbrio térmico, um sistema pode mantê-lo sempre que, a algum sinal de perda desse desequilíbrio (ou aumento de entropia) além de um certo grau, logre dar à sua capacidade ainda disponível de trabalho uma orientação, no sentido de absorver energia livre no ambiente que restaure aquele seu desequilíbrio inicial. O sinal que dispara e orienta esse trabalho não espontâneo é a informação que, num conceito elementar, pode ser entendida como um fenômeno natural que, dadas certas condições energéticas, permite ou provoca trabalho físico não espontâneo no interior de um sistema, mantendo ou ampliando a sua capacidade inicial para realizar trabalho espontâneo (entrópico).

Assim entendidos, os processos informacionais ganham existência real no mundo físico material. Localizados na origem da neguentropia de uma sistema, permitiram à biologia explicar o fenômeno da vida que, por muito tempo, pareceu em desacordo com as leis da termodinâmica: um organismo vivo se caracteriza e se define pela sua possibilidade de ampliar e sustentar uma dada capacidade de realizar trabalho (neguentropia), resistindo à desorganização e morte entrópicas, pelo menos durante algum tempo. Na base deste processo estão as enzimas, moléculas químicas capazes exatamente de absorver energia no ambiente à volta de modo a compensar a perda espontânea de neguentropia, conforme esclareceu Monod (1976).

Atlan (1992), Laborit (1988) e outros biólogos, desenvolvendo essas idéias, sugeriram que os sistemas vivos são constituídos por níveis de organização que se relacionam através de permanentes trocas energéticas e informacionais. Cada subsistema (ou nível de organização) precisa absorver energia livre encontrável em algum outro subsistema, para sustentar a sua neguentropia. Para tanto, ele entra em ação, acionado por uma informação, no ambiente do subsistema maior com o qual se relaciona. A ação é determinada tanto pelas exigências neguentrópicas exclusivas do subsistema, como pelas alternativas que o nível de organização englobante lhe oferece para supri-las. Estas alternativas constituem, num primeiro momento, incertezas que deverão ser removidas durante a ação

mesma. Assim, por exemplo, um animal predador, para recompor-se energeticamente, precisa de carne; mas atenderá a esta sua necessidade na medida em que no seu nicho ecológico, enquanto subsistema englobante, existirem presas adequadas e estas não lograrem escapar à sua ação de caça (o que às vezes acontece).

Quando um subsistema se põe em movimento, o conjunto sistêmico mostra-se altamente desordenado, tanto para aquele subsistema quanto para outros subsistemas também movimentados por essa ação. Progressivamente, os subsistemas em ação vão pondo em forma o ambiente, formas estas que lhes fornecem sentidos, orientações. Mas a recuperação da neguentropia por parte do subsistema que se pôs inicialmente em movimento (o animal predador, por exemplo) e, a partir dele, por parte de todo o conjunto do sistema, implicou na realização de trabalho não espontâneo dimensionado pelas alternativas e possibilidades efetivamente adotadas durante a ação. Quanto mais incerta, quanto mais dispersiva foi esta ação, mais trabalho não espontâneo nela se realizou, ao longo, obviamente, de um certo tempo. Como o tempo é entrópico, os subsistemas, agindo uns sobre os outros, devem tentar minimizar esse tempo. Noutras palavras, buscarão remover suas mútuas incertezas, no menor tempo. Onde, informação, agora num conceito mais abrangente, pode ser entendida como um "processo interativo que orienta a direção e o tempo de trabalho não espontâneo que um dado sistema precisará realizar para sustentar a sua neguentropia" (Dantas, 1994: 31). Ou, nas palavras de Guillaumaud, "informação é neguentropia potencial [que] se transforma em neguentropia pela ação que ela guia" (Guillaumaud, 1970: 103).

Os subsistemas mantêm entre si uma relação energética e informacional simbiótica e necessária. Cada subsistema é fonte de informação (e eventualmente, mesmo que a contragosto, fonte de energia), bem como receptor de informação, relativamente a outros subsistemas. Quando um subsistema emite uma mensagem, ele imediatamente aguarda mensagem de retorno da parte de outros subsistemas porque somente este retorno, completando o ciclo da mensagem, lhe definirá alguma ação subsequente. Voltando à analogia do animal predador, quando este, saindo à caça, é detectado por alguma possível presa, esta também reagirá, estabelecendo-se entre

ambos mútuas trocas de sinais, em função de seus respectivos objetivos de sobrevivência. Como os sinais percebidos ou selecionados na ação da caça devem motivar reações imediatas na ação do caçador e estas já motivam novas reações imediatas na ação da caça, vemos que "emissor" e "receptor" são, na realidade, dois pólos em permanente inter-ação. Dialeticamente, "emissão é imediatamente recepção; recepção é imediatamente emissão" (Dantas, 1994: 63).

Quando um pólo da interação percebe uma mensagem, identifica-a e a qualifica em meio a muitas outras mensagens percebidas, oriundas dos vários subsistemas com os quais interage. É esta concorrência entre as mensagens que pode nos levar, num modelo atomístico, à noção equívoca do ruído. Mas, se o objetivo do subsistema for recuperar ao máximo a sua neguentropia e, se possível, ampliá-la, os ditos ruídos poderão lhe trazer informação dotada com elementos novos, que preferirá a outras mais corriqueiras, pois aquela deverá lhe incorporar mais neguentropia. Isto é, o subsistema tenderá a responder mais ativamente a uma incerteza maior, menos prevista, que a outra menor, mais previsível. Por isto, conforme anotou Moles, "se uma mensagem é o que serve para modificar o comportamento do receptor, o valor de uma mensagem é tanto maior quanto mais capaz for de fazer modificações a esse comportamento, isto é, não precisa ser mais longa e sim mais nova, porquanto o que já é conhecido está integrado ao receptor e pertence ao seu sistema interior". Assim, o "valor está ligado ao inesperado, ao imprevisível, ao original" (Moles, 1978: 36).

Porém, se uma mensagem, por mais original que seja, não for processada num tempo adequado, o seu valor poderá revelar-se nulo ou até negativo, em relação ao subsistema em ação. É o caso típico de uma mensagem em código militar decifrada, pelo inimigo, depois de realizada a ação que ela orientava. Muito original, mas inútil. Portanto, "a questão do tempo é essencial em todas as estimativas do valor da informação" (Wiener, 1978: 122).

O problema de um subsistema obrigado a agir por suas exigências neguentrópicas, é fazer escolhas que lhe permitam recuperar e se possível ampliar a sua capacidade de realizar trabalho espontâneo, porém consumando a ação (trabalho não espontâneo) no menor tempo. Será relacionando essas duas dimensões (remoção

de incertezas e poupança de tempo) que um subsistema atribuirá um valor às mensagens que processa, a fim de selecionar as que lhe possam ser mais úteis. Portanto, o valor da informação se pode medir pelo trabalho necessário não espontâneo que conduz, logo pelo rendimento neguentrópico que proporciona ao conjunto do sistema e a seus subconjuntos, enquanto pólos interativos em ação.

3. ORGANIZAÇÃO PELO RUÍDO

Cada nível de organização de um sistema pode re-agir a alguma mensagem porque esta contém um conjunto de sinais ou de signos, organizados de tal forma que lhe permite relacioná-lo a algum outro conjunto de sinais ou de signos já incorporados à sua própria organização informacional prévia. A mensagem precisa ser-lhe minimamente previsível, embora a maior ou menor previsibilidade seja também um forte indicativo do tempo, menor ou maior, que consumirá para decifrá-la e agir conforme. Esta previsibilidade define um código: um repertório relativamente limitado de sinais ou signos, com suas regras de combinação, que um dado agente pode reconhecer, instintiva ou culturalmente, daí perfazendo as escolhas que orientam a sua ação.

Percebemos um código pela sua redundância, isto é, pelo excesso de sinais ou signos sobre o necessário, para a transmissão de uma mensagem. A redundância dá segurança ao código pois permite ao agente identificar, delimitar ou prever as ações possíveis sobre o objeto da ação - que pode ser outro agente - enquanto limita este a ser decodificado (reconhecido) se, e somente se, estiver ou possa vir a ser codificado conforme alguma forma imediata ou mediatamente perceptível por aquele. É o caso típico do sinal de trânsito que, para exprimir apenas duas possibilidades de ação - "pare" e "siga" -, utiliza um conjunto mais complicado de lâmpadas e cores, de modo a assegurar sua correta decodificação, mesmo em caso de falhas ou panes.

Vamos porém imaginar um sistema "esquina de duas ruas" que engloba os subsistemas "motoristas", "autoridades de trânsito", "assaltantes" etc. Neste conjunto pode acontecer de um "motorista",

principalmente nas madrugadas, não obedecer às mensagens de "pare" ou "siga" que a "autoridade de trânsito" lhe envia através do canal "semáforo". Porque o "motorista" se sente ameaçado por um assalto, o signo (lâmpada vermelha) que transmite a mensagem "pare", parece significar-lhe "pare, mas se não vier outro carro na transversal, pode prosseguir"; e o signo (lâmpada verde) que transmite a mensagem "siga", inversamente, pode significar-lhe "siga, mas verifique antes se algum outro carro, na transversal, não ameaça avançar sobre o seu sinal". Estamos diante de um caso de subtração da redundância original do código: este se torna mais dúbio, mais ambíguo, isto é, transmite mais informação porque incorpora, para o motorista, outras mensagens também contidas no conjunto do sistema "esquina de trânsito". Com base neste aumento de informação, o motorista tomará as suas decisões.

Para a "autoridade de trânsito", estas outras mensagens que modificam o comportamento que ela esperaria do "motorista" são ruídos, ou interferências indesejáveis no processo de decodificação da mensagem enviada. Porém, para o "motorista", porque ele se relaciona com várias outras fontes de informação além das "autoridades de trânsito", o "ruído", na verdade, forneceu-lhe mais informação sobre o sistema, sugerindo-lhe maiores alternativas de ação, alternativas estas que até podem ser-lhe mais úteis à sua, digamos, "estratégia de sobrevivência". Se ele estivesse se limitado a re-agir conforme uma exclusiva mensagem - como acontece nos motores e outros mecanismos que, diante de certas condições imprevistas, sofrem disfunções ou entram em pane - poderia não se modificar frente a fatores aleatórios que intervêm na sua ação; não seria capaz de se adaptar a circunstâncias novas ou inesperadas. Não daria valor à originalidade, em suma.

Compreendendo isso, Atlan (1992), a partir de Heinz von Foerster, desenvolveu o princípio da organização pelo ruído. Organização é neguentropia: massas materiais postas numa forma dada, de acordo com memórias (genéticas, neurológicas etc.) que os seres vivos acumulam nessas mesmas massas materiais, e as orientam nas suas ações neguentrópicas. A necessidade anti-entrópica que motiva alguma mensagem original será transferida para níveis sucessivos de organização (da molécula à célula, ao órgão, ao corpo,

ao ambiente etc), provocando, a cada nível, trabalho (ações) correspondente. Todo o sistema se ajusta e se ordena, não porque tenha sido afetado por alguma intervenção externa que lhe ameaçasse o "equilíbrio" mas, exatamente, porque o seu inerente desequilíbrio neguentrópico apenas pode ser sustentado através dessas intervenções sucessivas, de dentro para fora. A fonte desse movimento é justamente o "ruído" (informação adicional) introduzido em algum canal do sistema. O "ruído", pois, põe o sistema como um todo em movimento, é essencial à sua organização e capacidade de ajustamento ao universo entrópico à sua volta, é fator de aprendizagem e crescimento.

4. INFORMAÇÃO SINTÁTICA E SEMÂNTICA

Para agir num todo sistêmico, um subsistema conta com um conjunto de informação antecipadamente dado que lhe fornece, por redundância, os elementos iniciais da sua relação com o ambiente (informação estrutural). Este ambiente, porém, é um outro conjunto (maior) de informação, não dado inteiramente a priori, que apenas poderá ser identificado através das escolhas efetivamente feitas no curso da ação (informação funcional) (Atlan, 1992). A ação orientou-se a partir de um conjunto mais ou menos redundante de elementos, mas consumou-se removendo incertezas no tempo, durante o qual a redundância inicial é diminuída e a quantidade de informação é aumentada. A informação contida nesta diferença, enquanto indicar o curso da ação mas não a sua conclusão, fornecerá novas orientações circunstanciais para o subsistema, possibilitando-lhe decisões ad hoc, embora imprevisíveis relativamente ao tempo. Ela contém uma quantidade de eventos, porém uma quantidade que pode apenas ser calculada posteriormente quando, concluída a ação, revelar-se o seu resultado em um novo conjunto redundante ampliado. Logo, a princípio, toda informação, isto é, o conjunto de incerteza que um subsistema seleciona, pode conter uma dimensão imediatamente quantificável e outra apenas quantificável depois de concluída a ação - se e quando concluída a ação. A teoria de Shannon apenas tratou daquela primeira dimensão. Atlan, ao introduzir o princípio da

organização pelo ruído, apontou um caminho para clarear este outro e fundamental aspecto.

Informação imediatamente quantificável é informação processada por algum código sintático, constituído por elementos discretos organizados conforme regras combinatórias quantitativa e qualitativamente rígidas. Exemplos: o código genético, os códigos da informática etc.

Já a informação não quantificável a priori é informação processada por algum código semântico. Os seus elementos e suas regras de combinação admitem alternativas de uso que não reduzem as escolhas a um conjunto já previamente dado no início. O aleatório também pode articular as relações entre os elementos do código, também integra, tornando ambíguo e relativamente imprevisível, o seu universo de possibilidades. A base de um código semântico - por onde ele pode ser inicialmente reconhecido - é o código sintático que o estrutura. Mas sua decodificação não deriva diretamente desses seus elementos e regras rígidos, mas das circunstâncias que relacionam esses elementos e regras, na ação.

Os códigos semânticos são integrados por signos (daí significado, significação), ou seja, algo que "está em lugar de outra coisa"; enquanto que os códigos sintáticos contêm sinais, evento que "provoca diretamente esta outra coisa" (Eco, 1981: 22). Um código sintático provoca uma relação imediata do tipo estímulo-resposta. A sineta que chama um cachorro, condicionado pelo seu som, para alimentar-se, não passa de um sinal, motivando o animal direta e univocamente a uma ação, tanto quanto uma lâmpada subitamente acesa num ambiente escuro nos faz irrefletidamente piscar os olhos. A sineta que convoca os soldados de um quartel para o rancho, provoca-lhes um conjunto de outras ações (lavar as mãos, verificar o uniforme, fazer brincadeiras ou especulações sobre a qualidade da comida e até recusar-se a comer) que mediatizam e dão uma razão cultural para a resposta ao som.

Isto implica em reconhecer que os subsistemas biológicos naturais, embora possam e devam agir com certo grau de opção nas suas buscas negentrópicas, operam sempre determinados por códigos sintáticos mais ou menos redundantes. As escolhas a fazer por um animal em uma dada ação concreta podem não lhe ser de todo

conhecidas a priori, mas já lhe são estreitamente limitadas desde o início, sobretudo na sua fase adulta, possibilitando-lhe pouquíssimas variações funcionais que, de algum modo, não estejam contidas em seus códigos estruturais.

Quando nos defrontamos com situações exclusivamente humanas, isto é, culturalmente mediatizadas, as escolhas quase sempre estarão abertas a incomensuráveis opções. "Há tantas significações possíveis quanto contextos possíveis", ressalta Bakhtin (1986: 106). Tomemos como exemplo a seguinte frase dita por uma dona de casa à sua empregada, em tom imperativo: "o cinzeiro está cheio". A quantidade de informação corresponde a 21 letras e espaços, mas esta quantidade não contém toda a dimensão da frase, pois a dona de casa não está apenas constatando as condições do cinzeiro mas, implicitamente, está ordenando à empregada que o limpe. A frase completa (e maior) seria: "o cinzeiro está cheio e você deve limpá-lo". Não foi preciso, porém, empregar nesta frase todos os seus signos elementares, pois uma específica circunstância - a relação dona de casa/empregada - fornecia-lhe o seu completo significado. Mas, se "o cinzeiro está cheio" pode significar "limpe o cinzeiro", quando dito à empregada; também pode significar "use outro cinzeiro", se dito ao marido; "vou providenciar a troca do cinzeiro", se dito numa reunião social; até "vou eu mesma trocar e limpar este cinzeiro", se dito por uma dona de casa menos formal ou menos aristocrática. Uma mesma quantidade discreta de sinais contém diversos significados, o que torna incerto e virtualmente inconclusivo qualquer exercício para calcular a informação total do ambiente mesmo a posteriori, pois o código estrutural básico, nesta relação semântico-sintática, remete à circunstância social do enunciado, e somente nesta circunstância ele exprime a ação.

A relação entre códigos sintáticos e semânticos - quantificáveis e não-quantificáveis - é das mais complexas em toda discussão sobre informação e, mais do que outras, explicita questões de fundo metodológico e epistemológico, pois a distinção e irreduzibilidade lógico-formal entre os universos da quantidade e da qualidade, virtualmente inviabilizam qualquer solução para o problema que não seja opondo-os em classes estanques. Mas se aceitamos que o código semântico opera num espaço virtualmente não quantificável,

na medida em que pode ser aplicado às quase infinitas circunstâncias sociais nas quais um mesmo código sintático - que lhe serve de estrutura básica - pode ser empregado, então poderemos afirmar que "passamos de um código qualitativamente sintático para um código qualitativamente semântico quando acumulamos uma quantidade de informação tal que supere qualquer possibilidade de medida; quando passamos de uma dimensão claramente finita para outra, a princípio (até, pelo menos, que se revelem todas as suas determinações estruturais e funcionais), aparentemente infinita. Consta-nos que, em alguns códigos linguísticos de índios brasileiros, existem significantes que exprimem as quantidades 1, 2, 3, 4... 'muitos'. Para esses índios, qualquer quantidade acima de 4 não pode mais ser medida; muda de qualidade, torna-se semântica" (Dantas, 1994: 94).

A informação semântico-sintática, nas suas mais variadas formas linguísticas (verbais, rituais, icônicas, matemático-formais etc.), constitui um nível de organização exclusivo e inerente deste animal especial autodenominado *homo sapiens sapiens*. Ela dotou-o da propriedade única, dentre todos os animais, de transmitir as memórias de cada um de seus indivíduos a outros indivíduos próximos e às suas descendências diretas e, mesmo, mais distantes. Assim, a acumulação da memória na espécie deixou de depender de um longuíssimo, penoso e quase imperceptível processo de aprendizagem natural, e acelerou-se à velocidade do tempo histórico. A memória humana não é apenas o que os indivíduos têm registrado em seus sistemas nervosos, imunológicos, genéticos, mas o que produzem e registram cotidiana e significativamente em suas mentes, inclusive o que fixam para sempre, gerações pós gerações, em meios técnicos, sejam pedras, papiros, papéis... disquetes de computador. Enquanto um animal qualquer relaciona-se imediatamente com o seu ambiente pelos sinais que nele capta ou nele introduz, o homem não: na nossa espécie, esta relação é mediatizada pela linguagem simbólica que articula a nossa vida em sociedade e, como parte dela, erige em Conhecimento a nossa interação com a Natureza. Os subsistemas linguísticos constituem-se, por isto, em aspectos indissociáveis da neguentropia do ser humano. E a História, possibilitada pela linguagem, é a realização dessa neguentropia.

Para estudarmos a informação nas sociedades humanas, teremos que sair, como diria Eco, do "universo dos sinais para o universo dos sentidos" (Eco, 1976: 19), ou da informação

exclusivamente sintática para a informação semântico-sintática. E, aqui - embora correndo o risco de estarmos enunciando a 401ª definição - chegamos a um conceito de informação que articula a especificidade histórica do ser humano à totalidade material e natural, na qual se insere e vive: "informação é um processo de interação semântico-sintática que orienta o trabalho não espontâneo necessário à manutenção e expansão da neguentropia dos sistemas históricos" (Dantas, 1994: 96).

5. TRABALHO SEMÂNTICO E SINTÁTICO

Orientado por informação semântico-sintática, o trabalho humano transforma neguentropia potencial em neguentropia concreta, forma material (produto) que ele pode usar ou consumir para recompor as suas necessidades neguentrópicas, sejam energéticas, sejam simbólicas.

Nas sociedades pré-capitalistas, a realização do produto era parte do conhecimento geral de uma comunidade, conhecimento adquirido através da vivência familiar, da interação gregária, da experiência mesma no trabalho. Embora não formalizado, não sistematizado mas, por outro lado, dia a dia enriquecido pela prática, o conhecimento para o trabalho estava inteiramente contido no próprio processo de trabalho e, daí, incorporava-se no objeto final.

O trabalho pré-industrial consistia em dar alguma forma útil à matéria natural, aplicando nela diretamente a força do sistema muscular humano - às vezes com ajuda de instrumentos simples, animais de tração, outras forças naturais - orientada pela informação semântico-sintática organizada e contida na mente do produtor. Trabalhar, numa palavra, consistia em transformar conscientemente a matéria com as próprias mãos. Nobres, filósofos, guerreiros, sacerdotes não descreviam as suas atividades como trabalho: não lhes cabia cuidar diretamente de transformar a natureza para o consumo humano. O trabalho era uma atividade subalterna, própria dos escravos, servos, camponeses, artesãos.

O significado do trabalho começará a ser valorizado, até alçar-se à dimensão econômica e ética central que desfruta ainda

hoje, durante o desenvolvimento do capitalismo - ou formação da modernidade. Os reais produtores de riquezas, ao longo de um processo histórico que começa no século XVI e se consolida politicamente nos séculos XVIII e XIX, assumem o comando das principais instituições sociais e, ao mesmo tempo, passam a ditar os rumos do pensamento filosófico, criticando as antigas escolas especulativas que ainda se remetiam a Aristóteles, substituindo-as por novas concepções de mundo (empirismo, racionalismo etc.) que, apesar de suas diferenças, tinham em comum a referência básica ao conhecimento prático da realidade, oriundo das oficinas, da agricultura, da navegação etc. (Rossi, 1989).

Esta noção moderna do trabalho contendo imediatamente o conhecimento aplicado à produção está nos alicerces de toda a teoria do valor-trabalho, conforme a conceberam Smith, Ricardo e Marx. Confirma-o uma carta de Marx para Engels, na qual aquele pergunta como agia o fiandeiro antes da invenção da máquina de fiar, quando a transformação ainda dependia da ação consciente direta do trabalhador sobre a linha e o tecido. Marx, então, distingue o trabalho enquanto força motriz - que tanto pode ser humana ou animal - do "trabalho propriamente dito, isto é, bater, esmagar, moer, pulverizar etc." que "se refere ao processo, à ação direta sobre o material a ser transformado". Marx lembra que antes da Revolução Industrial, essa ação direta só não se realizava em alguns poucos e antiquíssimos casos, como nos que empregavam moinho ou arado. "A Revolução Industrial começou tão logo os mecanismos foram empregados onde, desde os tempos antigos, o resultado final requeria trabalho humano [...] onde, pela natureza das coisas, o homem não agiu desde sempre [apenas] como força" (Marx e Engels, 1975: 129). O trabalho humano - sobretudo em Marx, cujo aparato conceitual era mais rigoroso devido à sua formação filosófica - é percebido espontaneamente como uma unidade semântico-sintática que incorpora, num mesmo produtor individual, a capacidade mental de conceber o objeto e a constituição físico-orgânica necessária - "cérebro, nervos, músculos, mãos" como, mais de uma vez, escreve Marx - para pô-lo na forma (em-formar, informar) previamente determinada.

Nas sociedades capitalistas, a maior parte dos produtos realizados pelo trabalho são mercadorias, objetos destinados a trocas

entre os homens visando atender mútuas necessidades, mas também - e principalmente - destinados a valorizar o capital. O capital produz mercadorias como meio: o seu fim é a auto-valorização; logo só produz mercadorias que lhe viabilizem essa auto-valorização e conseqüente acumulação. A questão do valor erigiu-se por isto num problema teórico central da Economia Política.

Na crítica que desenvolveu às teorias econômicas do seu tempo, Marx apontou para a relação semântico-sintática contida nas mercadorias e no próprio trabalho, ao introduzir os conceitos de valor de uso e valor de troca - que ele considerava das suas mais importantes descobertas. O valor de uso de um bem e o trabalho útil nele realizado são condicionados, objetiva e subjetivamente, pelas relações culturais que articulam produtores e consumidores numa sociedade dada, pelos códigos sociais que orientam produtores e consumidores, pelas condições históricas e demais circunstâncias semânticas que determinam os agentes produtivos. O valor de uso é tanto criado pela produção, pois apenas se consome o que é efetivamente produzido; como cria a produção, pois se produz aquilo que, presume-se, será consumido. Nos termos de Marx: "A produção é imediatamente consumo; o consumo é imediatamente produção" (Marx, 1974: 115).

Mas, "abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho [...] dispêndio da força de trabalho simples que, em média, toda a pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico" (Marx, 1974: 51). O corpo humano - "cérebro, nervos, músculos, mãos" - está organizado para, concebido o produto conforme as circunstâncias sociais, alcançar um resultado que deve ser obtido na forma mais rápida, mais fácil, na qualidade necessária. Este trabalho tende a ser sintático. Se dele abstrairmos (como sugere Marx) os conteúdos culturais inerentes à mente humana e, inclusive, constituintes das próprias rotinas conforme estabelecidas e socialmente aceitas, encontraremos uma força de trabalho que busca obedecer, no máximo possível, a um código dado, restrito, redundante, determinado por sua finalidade imediata de uso, código este que pode ser descrito em todos os seus elementos; pode ser fixado como uma rotina

rigorosamente única a ser obedecida por todos os trabalhadores envolvidos numa determinada tarefa; pode ser formalizado, "algoritmizado" e, até, por fim, congelado nos sistemas de maquinaria. O trabalho simples, como todo processo sintático, pode ser medido. Por isto, o quantum de trabalho sintático atribui uma qualidade única a todas as mercadorias - o valor de troca - que equaliza valores semânticos distintos, não comparáveis quantitativamente.

O valor de uso expressa a realização da cultura de uma época nos produtos do trabalho: ele traduz, na forma concreta de uma mercadoria, a idéia, a concepção que dela já se tinha antes de iniciada a sua produção real. Mas o valor de troca diz exatamente do tempo consumido entre a idéia e a sua concretização: ele indica o esforço efetivamente realizado pelo trabalhador na transformação da matéria. Isto é: ele mede a perda de neguentropia do próprio corpo humano - cérebro, nervos, músculos, mãos - durante o processo de trabalho. Esta perda - que o trabalhador repõe através dos meios de subsistência que obtém com o seu salário - é o valor de troca da força de trabalho.

Como sabemos, para Marx, existia uma diferença entre o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de valores úteis à reposição da neguentropia da força de trabalho, e o tempo (maior) que esta força de trabalho poderia ser empregada para em-formar os demais valores de uso. A esta diferença, ele denominou mais-valia, fonte do lucro e da acumulação de capital.

6. ROMPE-SE A UNIDADE DO TRABALHO

Toda a lógica do desenvolvimento capitalista industrial, até os tempos presentes, é a da progressiva ruptura naquela relação entre a dimensão semântica e a sintática no processo imediato de trabalho. O capital, por razões que não vamos repetir aqui mas que foram definitivamente esclarecidas nos Grundrisse (Marx, 1971) e n' O Capital (Marx, 1983), tende a incorporar em um sistema sócio-técnico de maquinaria todo o conhecimento imediato necessário à produção, extraindo desse conhecimento, quando imediatamente empregado, as suas dimensões semânticas, reduzindo-o às suas dimensões exclusivamente sintáticas. Como conseqüência, o capital

tende a desvalorizar, até suprimir, o valor da força de trabalho humana, ela mesma: "assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho" (Marx, 1983, I,2: 48).

A máquina é redundância concreta, rigidamente organizada para cumprir uma estrita finalidade. A aparência externa de um sistema de maquinaria, os formatos de brocas, fôrmas, prensas, engrenagens, tubos, válvulas, visores, painéis de controle etc; os ritmos em que pode operar e as direções possíveis de seus movimentos, tudo isso é informação cristalizada, na qual o capital congelou o conhecimento que um dia - há muito, muito tempo - foi do trabalhador. Com a disseminação dos sistemas de maquinaria, o "processo de produção deixa de ser processo de trabalho no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante [e] o produto deixa de ser produto do trabalho imediato" (Marx, 1971, II: 219, grifos meus - MD). O elemento humano (semântico-sintático) que ainda pode restar nele, aí permanece apenas para cumprir funções de assistência à máquina, para observá-la, controlá-la, ajustá-la em detalhes, alimentá-la materialmente, introduzir-lhe parâmetros elementares, prevenir disfunções, em tudo agindo conforme rotinas altamente formalizadas, através das quais o capital busca eliminar ao máximo as possibilidades de ruídos. O fator humano, neste subsistema, é apenas mais um elemento objetivado, subordinado e subvalorizado, de um processo sintaticamente redundante.

No capitalismo avançado em que vivemos nos nossos dias, "a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregados, que dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder por seu turno [...] que não guarda nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas sim depende do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação da ciência à produção" (Marx, 1971, II: 227).

Ou seja: em Marx já estava claro que chegaria um momento, determinado pela própria lógica contraditória do capital, quando a geração de valor se deslocaria da produção imediata para o processo geral de produção. Eventualmente, ele acreditava que este salto de

qualidade implicaria também na própria superação do modo de produção capitalista por algum outro que escolheu denominar "comunista". O salto se deu; mas não acoplado a um amplo conjunto de outras transformações sociais que deveriam conduzir as sociedades historicamente modernas para uma nova, mais justa e mais democrática organização econômica e política - ou melhor, outras transformações também aconteceram, mas em direções opostas àquelas que seriam as esperadas ou desejadas por Marx.

O capital parece continuar crescendo como "valor que se valoriza a si mesmo" (Marx, 1983, I-1: 161). Entretanto, "o trabalho, em sua forma imediata cessa de ser a grande fonte de riqueza [e] o tempo de trabalho deixa de ser sua medida e, portanto, o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso" (Marx, 1971, II: 228). Tal evolução, hoje em dia consumada, coloca-nos diante da crucial questão de reexaminar o problema do valor, sem o quê não se explica nem a acumulação, nem a apropriação. Se o conhecimento social e, não, o trabalho, transformou-se em força produtiva imediata; se o trabalho simples imediato foi reduzido a um momento insignificante do processo de produção; vemo-nos ante o desafio de investigar como segue crescendo o capital, porque não se esborou, como parecia previsto. Esta é uma questão que Marx nem aceitaria se colocar. A resposta para ela, se existir, devemos buscá-la além de Marx.

7. TRABALHO COM INFORMAÇÃO

Excluído da produção imediata, o trabalho vivo transfere-se em proporções determinantes, tanto quantitativa quanto qualitativamente, para o tratamento e comunicação de informação. O capital desenvolveu uma nova esfera de trabalho social geral na qual obtém, processa, registra e comunica, em alguma forma científico-técnica, a informação semântico-sintática necessária ao trabalho produtivo imediato mecanizado e automatizado. Essas atividades atravessam todos os níveis e organismos da empresa e demais instituições da sociedade capitalista, nelas se distribuindo entre os

seus diferentes escalões e níveis hierárquicos, conforme os graus de complexidade ou de redundância das informações que processam e comunicam, desde aquelas que tratam do planejamento e projeto, até as relativas à operação direta das máquinas e equipamentos. Todos os subconjuntos de trabalho vivo são articulados e integrados por sistemas sócio-técnicos de processamento, registro e transmissão de informações que, até passado recente, consistiam em bibliotecas, arquivos, almoxarifados, com seus escriturários e suas regras de arquivamento, indexação ou estocagem; e, atualmente, estão se transformando em completos e complexos sistemas técnicos de informação, com seus analistas, programadores e suas regras de especificação e codificação de circuitos (hardware) e de programas (softwares).

Nesta esfera, o produto é todo abstrata e interativamente (comunicacionalmente) concebido, planejado, calculado, desenhado e, ao cabo, registrado em suportes materiais: maquetes, leiautes, protótipos, textos e desenhos impressos, arquivos magnéticos, painéis de controle, sinalizações etc. Estes registros, no conjunto, orientarão as ações sociais sobre os sistemas sócio-técnicos redundantes de trabalho, durante a produção. O objeto imediato do trabalho com informação é, portanto, o registro, na forma de dados, da informação processada. E o trabalho com informação, ele mesmo, é a atividade de processar e comunicar cumulativamente esses dados, inclusive à máquina que realizará a transformação material final.

Em cada específico subsistema social (empresa, órgãos públicos etc.), o indivíduo torna-se receptor e fonte de informação para algum outro indivíduo, e se identifica, sendo identificado, em função de sua maior ou menor competência informacional, enquanto codificador/decodificador de informação semântico-sintática. Cada indivíduo é parte de um elo informacional, recebendo, processando e passando adiante informações que fluem pelo interior do subsistema social ao qual se liga. Nesse subsistema e em cada uma das suas partes componentes - seja o escritório particular, sejam as mesas de um grande escritório burocrático, seja a bancada do laboratório, seja a linha de montagem fabril, sejam as poltronas da sala de comando de uma refinaria ou da cabine de pilotagem de um avião - qualquer anônimo indivíduo processa alguma quantidade imediata de

informação com base numa capacitação informacional maior ou menor, que lhe é dada pelas relações sociais concretas nas quais se insere e submerge, relações estas que lhe suprem mais ou menos do conhecimento e da competência para o manejo da língua e seus léxicos, de códigos formais ou informais, explícitos ou tácitos que, a cada momento, organizam e orientam as suas escolhas.

No processo de produção material simbólica - isto é, no processo de trabalho cujo objeto é registrar ou operar dados significativos apresentados em algum suporte material de comunicação - a valorização e acumulação do capital será função do valor da informação processada e registrada por esse trabalho geral. O processo de trabalho mobilizado pelo capital visará, pois, remover a maior quantidade de incerteza, no menor tempo. E todo trabalho humano que não contribua para isto, tende a não ter mais valor para o capital.

Consideremos, por exemplo, um montador numa fábrica de produtos eletro-eletrônicos (Dantas, 1994: 210 passim). Durante a sua jornada, ele deve implantar uma quantidade pré-determinada de componentes numa placa de circuito impresso. Os componentes, conforme cada tipo, estão distribuídos em gôndolas à sua frente. Eles são de formas e cores diferentes e o montador os identifica por essas formas e cores que, por sua vez, correspondem a um desenho que o orienta quanto à posição exata de cada peça, na placa. Entre o montador e este desenho se estabelece uma relação denotativa, quase sintática. Ele não precisa saber os nomes dos componentes, nem as suas funções. Os traços e cores do desenho são-lhe signos que significam, cada um, uma posição exata na placa. Não são, para o montador, "transistores", "capacitores", "dijuntores"; são posição exata. E tudo o que lhe cabe, quase num processo estímulo-resposta, é obedecer à mensagem que o desenho lhe transmite.

Observe-se que o montador, virtualmente, não realiza qualquer transformação na matéria mesma. Os componentes e a placa já chegaram até ele devidamente fabricados, num processo quase todo realizado pelo que Marx denominava trabalho morto: o sistema objetivado de produção automática. A tarefa do montador será apenas ordenar esses componentes conforme determinado pelo

desenho. Ele é um canal quase sintático de informação que capta sensorialmente os signos do desenho e dos componentes, orientando os seus próprios nervos e músculos para agir conforme as mensagens recebidas. O resultado da sua atividade já está dado previamente. Esse resultado não é, para o nível de organização englobante (o departamento de produção, a empresa), uma fonte de incerteza. Ou melhor: a única fonte de incerteza aí será o permanente risco de um possível erro. Se por algum motivo semântico - distração, cansaço, decodificação errada de algum signo etc. - o montador cometer um "erro", a placa montada chegará no posto de trabalho seguinte com mais informação do que entrara no seu próprio posto de trabalho, porém este acréscimo de informação - "ruído" - obrigará o subsistema englobante a fazer um "retrabalho" que, para este subsistema implicará em perda de tempo. Relembrando a nossa discussão mais acima sobre o valor do tempo para um subsistema nequentrópico, o aumento de informação, neste caso, introduziu valor negativo no processo de trabalho. Por isto, a empresa capitalista, desde os seus primórdios, vem desenvolvendo métodos de organização cada vez mais objetivos e tecnologias cada vez mais sofisticadas para lidar com o "erro" (isto é, com as interferências semânticas indesejadas) e suprimi-lo ao máximo possível, no limite eliminando toda força de trabalho humana simples da produção imediata.

Na outra ponta do processo geral de produção - na da pesquisa, planejamento, especificação, projeto etc. - dá-se o oposto. A placa que está sendo redundantemente montada no chão de fábrica foi projetada por engenheiros, a partir de uma "especificação" que lhes estabeleceu limites máximos de ação, mas os deixou com certa margem, maior ou menor, para realizar escolhas imediatas. O ponto de partida da equipe de engenharia é pouco redundante e um tanto incerto: um objetivo geral do qual não poderá afastar-se e algumas regras lógicas científicas ou estatutos sociais, que precisará obedecer. A partir daí, a cada evento novo, caberá a ela decidir: "interessa ao objetivo"; "não interessa ao objetivo"; "será melhor por aqui"; "será melhor por ali"... O conhecimento de cada engenheiro individual e de toda equipe, as suas experiências, um artigo que "acabei de ler naquela revista", uma visita a uma feira de produtos, todo um grande e não previsto conjunto semântico ajudará a descartar o que não interessa e incorporar o que interessa, para o avanço da ação. Aos

poucos, são construídas relações basicamente mentais que constituem novos e maiores conjuntos de informação, registradas em papéis, arquivos magnéticos, protótipos etc. Para o trabalhador simbólico com incertezas, a tarefa é relacionar os signos entre si, atribuindo-lhes novos significados que, então, serão registrados semântica e sintaticamente (conforme as normas da língua e os códigos formais científicos) numa descrição material simbólica. O resultado deste trabalho é uma informação nova, original, que a unidade de capital introduzirá no seu nível englobante de ação (o "mercado"). O "erro", aqui, é parte do processo de seleção, é pressuposto dele, embora, claro, quanto menos algum engenheiro "erre", mais demonstrar-se-á competente e produtivo. Isto é, mais logrará remover incertezas, no menor tempo; mais o seu tempo de trabalho valorizará o capital que o emprega.

Daí que o conceito clássico de mais-valia não mais explique a lógica de acumulação do capitalismo contemporâneo. Embora a mais-valia possa permanecer como o seu substrato último e, certamente, como o seu ponto de partida, ela não mais o determina. O capital alcançou um nível de desenvolvimento que elevou a limites extremos a sua composição orgânica, causando um salto de qualidade em seu padrão anterior de acumulação, nele incorporando, como polo dinâmico principal, as formas simbólicas ou informacionais de trabalho.

8. REALIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO VALOR

Como, para o capital-informação, o valor do trabalho está na máxima incerteza removida no menor tempo, tudo que o sistema produtivo não precisar processar ou investigar porque algum dado (informação redundante congelada) está registrado e pode ser recuperado em algum lugar, representar-lhe-á um ganho de tempo. O engenheiro, pois, deverá usar um programa CAD para realizar o seu projeto, porque nesse programa já estão resolvidos e objetivados milhares de cálculos e problemas, permitindo-lhe concentrar-se na solução de questões novas, originais. Assim, em termos de valor-trabalho, o valor da informação encontra-se justamente no trabalho que

poupa, no tempo que algum subsistema social não precisou consumir porque pôde beneficiar-se do resultado da busca feito por algum outro subsistema.

Consideremos um dado que chamaremos I. Ele resulta de outros dados - a, b, c,... i - relacionados entre si e nele incorporados e contidos. Um subsistema que recebe este dado I poupou-se o tempo de processar os elementos que o geraram mas deverá relacioná-los a novos elementos - d, e, f,... m - para obter um novo dado J que fornecerá a outro subsistema. Este outro subsistema poupou-se o tempo de busca em J e, também, o tempo de busca em I, contido em J, mas haverá de relacioná-los a p, q, r,... n para obter K. Se transferir K, o novo "receptor" terá sido poupado do tempo de busca em todos os elementos contidos em I, J e K, mas prosseguirá processando novos elementos para obter o dado L. Logo, cada subsistema vai-se adjudicando e repassando o valor de sucessivos não-tempos acumulados, isto é de sucessivas buscas, ou trabalho, que se poupou a si mesmo porque realizadas noutros elos da cadeia.

Em resumo, ao possibilitar a sucessivos agentes eliminar tempo socialmente acumulado de busca, o valor de uso da informação não transfere o tempo de trabalho social nele incorporado. Assim, qualquer subsistema social, mesmo que eventualmente disposto a atribuir valor à busca que lhe poupou tempo, não aceitará arcar com o custo de todo o tempo de trabalho efetivamente nela empregado, tempo este que deveria incorporar também os tempos secundários ou indiretos. Defrontamo-nos pois com uma inerente desigualdade entre o valor do trabalho para quem o realizou e o valor do resultado para quem o utilizará. E não poderia ser diferente, já que o desequilíbrio está na origem e na natureza da informação.

Porque o valor de uso resultou do menos-tempo proporcionado na obtenção de uma informação útil, o tempo de quem a processou e a tornou disponível - o tempo em suma da empresa geradora ou processadora - tende a ser desvalorizado. O capital, como valor que se valoriza a si mesmo, teria alcançado nesta sua nova etapa, a sua completa negação, tornado-se ironicamente valor que se desvaloriza a si mesmo... A expressão maior dessa desvalorização é o fenômeno conhecido como "pirataria". As dimensões que ela alcança nesta sociedade nos sugerem

enfaticamente que não a podemos tratar como algo marginal ou anômalo. Ao contrário, é um processo social e econômico perfeitamente "racional" (no significado estratégico que os economistas costumam dar a este significante), nos marcos do capital-informação. Ela é inerente à mesma lógica, pois os "piratas" apenas se apropriam dos valores secundários oriundos da poupança de tempo resultante de algum trabalho com informação realizado noutro nível da organização capitalista. Perceba-se que o valor desse trabalho, além de exprimir poupança de tempo, realiza-se na comunicação e exige comunicação para realizar-se. Por isto, sua apropriação deveria ser socialmente pactuada, como expressão da interação que a viabiliza. "De fato, o processo básico de informação não é a troca, mas a partilha. Depois de uma 'transação de informação', ambas as partes detêm a informação que foi objeto da transação [...] O valor associado a tal transação deve portanto ser equacionado de um modo totalmente diferente. A operação das economias modernas, em que a informação é um recurso dominante, está portanto crescentemente dependente de partilhas [...] As próprias filosofias da propriedade e da hierarquia (que se baseiam nos princípios da 'escassez' e do 'segredo') terão que ser repensadas" (Caraça, 1993: 43).

Como, ao invés de acordos socialmente pactuados, a ideologia privada de apropriação e a exigência capitalista de acumulação pretendem que apenas um dos pólos da interação tenha o poder de determinar as fatias nequentrópicas que caberão às demais partes do conjunto social, será natural que essas outras partes se movimentem para se assegurar também dos rendimentos nequentrópicos possíveis, acabando por contribuir, nesse movimento, para ressocializar e redistribuir a informação apropriada. O capital, portanto, enredou-se num dilema quase insolúvel: por um lado, precisa tornar disponível um valor de uso que é tempo poupado; por outro, precisa obrigar o usufrutuário desse valor a reconhecer e remunerar o tempo de trabalho empregado (trabalho este que o usufrutuário poupou-se e somente por isto dá valor à informação dele oriunda), e fazê-lo na forma e dimensão necessária à acumulação (enriquecimento) desejada pelo gerador. Movido por esta contradição, em cuja base está a impossibilidade de equalizar trocas com informação, o capital vem introduzindo profundas reformas políticas

e jurídicas no seu ordenamento institucional, cuja finalidade última é possibilitar a apropriação do valor da informação pela privatização da informação mesma. Essas apropriação e privatização da informação serão asseguradas pelo poder coercitivo do Estado - se este Estado for suficientemente poderoso para garanti-la. São assim relações de poder - relações erigidas e herdadas das etapas anteriores do capitalismo, relações que pressupõem o emprego da força, relações de natureza político-jurídicas - que determinarão as fatias negentrópicas que caberão a cada subsistema social envolvido interativamente na geração de valores informacionais. Disso não há melhor exemplo do que as novas leis sobre direitos intelectuais, cada vez mais abrangentes e draconianas, leis estas impostas unilateral e universalmente pelo poder imperial dos Estados Unidos, centro e matriz das principais corporações privadas capitalistas transnacionais. Através delas, a informação, embora socialmente gerada e comunicada, pode ser reduzida a registros documentais, formas objetivadas e materializadas com base nas quais se atribui a uma organização capitalista o poder jurídico de apropriação monopolista das rendas daí derivadas.

9. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

A comunicação do valor da informação requer algum meio material de transporte - algum suporte físico - interligando "emissor" e "receptor". A fixação da informação processada neste suporte poderá exigir uma boa quantidade de trabalho simbólico redundante, trabalho de baixo e até negativo valor informacional. A quantidade deste trabalho dependerá, geralmente, das dimensões dos suportes: de uma película cinematográfica a um navio supergraneleiro. Quanto mais material contiver, quanto mais demoradas forem as suas etapas de transformação físico-químicas, mais a comunicação deverá demandar trabalho relativamente redundante, seja em digitação, desenhos finais, montagem de componentes ou peças, operação de máquinas-ferramentas, controle de processos através de painéis etc. O subsistema gerador produziu um valor que é não-tempo para o seu usuário. Este não-tempo, porém, não se efetiva e pode mesmo ser

anulado, enquanto todo o trabalho necessário à fixação da informação, no suporte adequado, não estiver completado.

Por isto, "reduzir o tempo" - o tempo de trabalho redundante - tornou-se uma questão crucial para o capital-informação. "As organizações estão começando a gerenciar o tempo explicitamente, como um recurso corporativo, tanto quanto gerenciam o seu pessoal e os seus ativos de capital", sentencia a Anderson Consulting, em relatório para os seus clientes (Anderson Consulting, 1991: 31). Cortar "tempos mortos", produzir "apenas-a-tempo" são temas recorrentes na literatura gerencial recente. Daí porque "a compressão do tempo tem sido a força dirigente por trás dos desenvolvimentos nas tecnologias da informação" (Anderson Consulting: 1991: 25).

As tecnologias da informação favorecem o acesso quase imediato aos valores de uso criados pelos geradores de informação, na medida em que derrubam as barreiras espaciais ou temporais que possam retardar as buscas. Sua função essencial é congelar em códigos sintáticos toda forma de informação social, através da digitalização de todo o tipo de sinal informacional: "a informação, uma vez digitalizada, perde o seu estatuto original; não será mais possível diferenciar a voz digitalizada, do texto escrito digitalizado ou da imagem digitalizada" (Mizrahi, 1986: 206). A informação social é assim despojada de suas diferentes expressões semânticas, referidas às situações concretas de enunciação e interlocução, sendo objetivada em códigos binários rigidamente organizados conforme estritas regras sintáticas, passíveis de fixação e tratamento por circuitos físicos materiais. O ruído é - ou deve ser - eliminado. Igual à força de trabalho simples, a informação sintática pode ser quantificada e medida no tempo. Por outro lado, ao contrário do trabalho "sem mais nem mais", essa informação material redundante é valor pelo tempo que poupa, não pelo sobre-tempo que agrega.

Para tornar cada vez mais efetivo e eficaz o tempo poupado, as unidades de capital tendem a se articular e se integrar numa cadeia de subsistemas empresariais sucessivos - a "cadeia do valor" de Porter (1985). Cada empresa torna-se um elo entre outras, todas interligadas pelas tecnologias da informação e pelas telecomunicações. Este conjunto, no limite, forma grandes e internacionais constelações capitalistas que articulam fornecedores,

produtores, distribuidores e consumidores em gigantescas redes de comunicações que terão em seus centros umas poucas centenas de corporações industrial-financeiras transnacionais. Esta é a lógica que se esconde por trás dos discursos correntes sobre "terceirização" (autonomização aparente dos elos produtores), "globalização" (internacionalização aparente dos conjuntos produtores) etc. O capital é a rede.

A mesma lógica comanda as grandes e radicais transformações político-institucionais que testemunhamos ocorrer nas telecomunicações públicas. Redes corporativas privativas propõem-se a substituir as redes públicas como meios de transporte da informação social, claro que se apropriando dos valores informacionais aí gerados. E empresas e pessoas aceitam integrar-se a tais redes porque, de algum modo, nelas obtêm vantagens negentrópicas (ou "competitivas") ou, ao contrário, minimizam desvantagens entrópicas. Para cada subsistema haverá alguma rede mais útil ou menos útil em função do poder que lhe confira na barganha pelas rendas informacionais. Cada grupo de pequenos ou grandes negócios, instituições públicas, unidades familiares etc. que se identifique numa dada necessidade fará uso de uma determinada rede; e somente haverá essa rede se existir algum grupo suficientemente dimensionado para viabilizá-la. As necessidades sociais de comunicação tendem assim a se fragmentar entre redes que servem a diferentes subconjuntos geradores de valor. E porque podem determinar o resultado das barganhas pelas rendas informacionais, o controle e o domínio sobre tais canais de distribuição da informação tornaram-se vitais para o processo de acumulação: "a exploração efetiva das redes de informação por parte da firma - e, portanto, a obtenção da máxima potencialidade contida nas tecnologias de informação - depende da sua habilidade de acessar e, no limite, gerenciar e controlar o conjunto de alternativas - físicas, gerenciais e aplicativos - associadas às redes que se encontram disponíveis para as empresas [...] Neste sentido, a existência de uma infraestrutura de teleinformática extensa e moderna é condição necessária, mas não suficiente, para a exploração efetiva das redes de informação por parte dos usuários de negócios. As empresas também precisam de liberdade para moldar as opções disponíveis da rede, na medida em

que suas estratégias de competição evoluem no tempo" (Fagundes e Tauile, 1994: 7).

Mas, como outra face da mesma moeda, os segmentos sociais que não são geradores de valor para o capital-informação deixam de ser atendidos ou começam a ser excluídos do sistema. Este fenômeno é claramente perceptível nos Estados Unidos, onde desde a quebra do monopólio da ATT, em 1984, as tarifas telefônicas residenciais subiram 60% acima da inflação norte-americana, prejudicando os usuários de baixa renda, ao mesmo tempo em que os investimentos na melhoria ou expansão das redes vêm se concentrando nas regiões, cidades ou mesmo bairros urbanos onde se encontram os mercados financeiros, as grandes indústrias, os principais laboratórios e universidades, e as famílias de mais alta renda (Boruss et alii, 1984; Lohr, 1994; Markoff, 1993).

10. CONCLUSÃO: MAIS EXCLUSÃO

O capital alcançou uma nova etapa em sua evolução, na qual defronta-se com a contradição básica entre a natureza intrinsecamente social, interativa, da informação e as relações capitalistas de apropriação. O seu problema central é apropriar-se de um valor que não é mercadoria, não é neguentropia concreta; é valor de uso que não contém valor de troca.

Por um lado, para isso, ele necessita produzir uma sociedade cada vez mais capacitada, por seus níveis de renda e padrões culturais, a desfrutar dos valores de uso que incessantemente cria, renovando o consumo e realimentando freneticamente o ciclo da produção material simbólica. Esta produção semântica da sociedade é realizada pela indústria cultural, pelos meios de comunicação social e pela publicidade, que passaram a ocupar um lugar fundamental no processo capitalista de acumulação.

Por outro lado, por causa disso, o capital produz exclusão social. O novo padrão de acumulação está gerando uma "sociedade caracterizada por uma minoria tecnologicizada em seu topo e uma

massa populacional em baixo, cujo trabalho é destruído pela automação e desqualificação" (Mosco, 1988: 12). Ou, como diz Vania Araújo, a sociedade se divide entre uma parte "rica em informação" e outra "pobre em informação" (Araújo, 1989: 5). Os grupos sociais ricos em informação exercem atividades que são produtivas para o capital. Os grupos sub-informados tendem a se tornar, nas palavras de Adam Schaff, "desnecessários" (Schaff, 1993: 21). Ironicamente, se a velha dicotomia "trabalho produtivo-trabalho improdutivo" ainda terá hoje algum significado, é justo o trabalho simples que tende a se tornar improdutivo, enquanto o trabalho simbólico mais ou menos intelectual, o trabalho que gera valor informacional, o trabalho que oferece ao seu agente capacidade de produção e capacidade de desfrutar da riqueza acumulada nesta etapa do capitalismo, este trabalho, sim, tende a se tornar produtivo para o capital que se apropria da informação social.

Porém, como é evidente, os homens e mulheres supérfluos não deixam e não podem deixar de buscar os meios para a sua sobrevivência. Na medida em que milhões de seres humanos, em todo o mundo, tanto nos países centrais quanto, principalmente, nos periféricos, tornam-se sem-valor para o capital pois este já não precisa, para se valorizar, da mais-valor gerada pela força de trabalho simples; na mesma medida surge e se expande, a lateralidade do modo de produção capitalista científico-técnico, todo um conjunto de atividades, não raro "selvagens", que se dinamizam conforme regras e lógicas próprias e, ao mesmo tempo, pelas relações econômicas, sociais e políticas que mantêm com a esfera capitalista formal. São os negócios "informais", o tráfico de drogas e de armas, o banditismo puro e simples etc. Paralelamente, muitos outros milhões de seres humanos não logram sobreviver nem assim, e são diariamente assassinados pelas doenças, pela fome, pelas guerras tribais ou étnicas.

Não temos, nem nacional, nem mundialmente, qualquer programa claramente formulado para reverter esse processo que nos leva a uma sociedade cada vez mais desumana e à expansão global da barbárie e de toda sorte de irracionalidade. Para as muitas forças e agentes sociais que, pelos mais diversos motivos, a ele resistem, ainda não está claro que, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, o problema central, hoje, é a apropriação da informação

produtiva pelo capital. Se entendido isso, então as lutas sociais poderiam assumir como ponto de partida para a formulação de um novo programa para o futuro e como eixo principal para a mobilização no presente, democratizar do acesso à informação em todas as suas formas de expressão e meios de difusão. Isto inclui, sobretudo, aquelas necessárias à produção e distribuição da riqueza, como as que o capital açambarca via concessão de patentes e direitos autorais a empresas; ou as que ele tende a encarecer e tornará inacessível à maioria da população, como as transportadas pelas redes de comunicação. "Nas lutas futuras, informação e comunicação serão decisivos campos de batalha" (Schiller, 1986: 125).

ABSTRACT

Human labor in the advanced capitalist societies has the basic aim of processing, communication and registering information. Information is a value to capital although by its nature, information may contains use-value: exchange value does not apply. New contradictions arise as consequence which determine new institutional models (patent law, de-regulamentation in telecommunication) conducting society to a certain social exclusion level.

Keywords: Information; Neguentropy; Entropy; Noisy; Labor theory of value; Information value; Capital; Marx; Information society; Social exclusion.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON CONSULTING. **Trends in information technology.** Barbara McNurlin (ed.), 4ª ed., Arthur Anderson & Co., 146 p., 1991.
- ARAÚJO, Vania M. R. Hermes. **Informação: instrumento de dominação ou de submissão?** Escola de Comunicação/UFRJ, 1989, mimeo.
- ATLAN, Henri. **Entre o cristal e a fumaça.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. 268 p.

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BORRUS, Michael, BAR, François, WARDE, Ibrahim. The impacts of Divestiture and Deregulation: infrastructural changes and competition in the U. S. telecommunications industries, University of California, 303 p., set. 1984.
- BRILLOUIN, Léon. **La science et la Théorie de l'Information**. Paris: Éditions Jacques Gabay, 1988. 302 p.
- CARAÇA, João. **Do saber ao fazer: porquê organizar a ciência**. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda., 1993. 204 p.
- DANTAS, Marcos. **Trabalho com informação: investigação inicial para um estudo na Teoria do Valor**, Dissertação de Mestrado, UFRJ, mimeo, Rio de Janeiro, 1994.
- ECO, Umberto. **O signo**. Lisboa: Editorial Presença, 1981. 190 p.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. 426 p.
- FAGUNDES, Jorge e TAUILE, José Ricardo. **Telecomunicações e competitividade industrial** - relatório preliminar do módulo 4, Projeto "Telecomunicações: impactos econômicos e sociais, oportunidades e políticas governamentais", Embratel/FUJB/IEI-UFRJ, mimeo, Rio de Janeiro, RJ, jul. 1994.
- GUILLAUMAUD, Jacques. **Cibernética e materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1970. 168 p.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992. 140 p.
- LABORIT, Henri. **Deus não joga dados**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988. 148p.
- LOHR, Steve. Estudo revela elitismo nos projetos de infovia, **O Estado de S. Paulo**, p. G-12, 30/05/1994.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Rio de Janeiro: Elfos Editora Ltda, 1989. 378p.

- McGARRY, K. J. **The Changing Context of Information**. London: Clive Bingley, 1981. 189p.
- MARKOFF, John. Building the Electronic Superhighway. **The New York Times**, EUA, Section 3, p.1, 24/01/1993.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 4v.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858**. Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1971. 3 v., trad.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. S. Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 35, p.107-263. (Os pensadores)
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Selected Correspondance**. Moscou: Progress Publisher, 1975. 552p.
- MIZRAHI, Jean. **L'échiquier de l'électronique**. Paris: Hachette, 1986. 350p.
- MOLES, Abraham. **Teoria da informação e percepção estética**. Rio de Janeiro: Editora Universitária de Brasília/Edições Tempo Brasileiro, 1978. 308p.
- MONOD, Jacques. **O acaso e a necessidade**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976. 219p.
- MOSCO, Vincent. Introduction: Information in the Pay-per Society. In: MOSCO, Vincent e WASKO, Janet (eds). **The Political Economy of Information**. The University of Wisconsin Press, Wis. EUA, 1988. 334 p.
- PORTER, Michael E. **Competitive Advantage**. New York: The Free Press, 1985.
- PRADO JR., Caio. **Dialética do conhecimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. 2v.
- ROSSI, Paolo. **Os filósofos e as máquinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 183p.
- ROWLEY, J. E. e TURNER, C. M. D. **The Dissemination of Information**. London: Andre Deutsche/A Grafton Book, 1978.

- SCHAFF, Adam. **O futuro do trabalho e do socialismo, o Socialismo do Futuro**, Instituto Pensar, Bahia, p. 11-23, jul. 1993.
- SCHILLER, Herbert I. **Information and the Crisis Economy**. New York: Oxford University Press, 1986. 133p.
- SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 389p.
- SOCHOR, Lubomir. **Lukács e Korsch**: a discussão filosófica dos anos 20 in HOBSBAWM, Eric J. (org.). **História do Marxismo**, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. v.9.
- WERSIG, Gernot e NEVELING, Ulrich. **The phenomena of interest to Information Science**. *The Information Scientist*, 1975. p. 127/140.
- WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Editora Cultrix, 1978. 190p.
- YUEXIAO, Zhang. **Definitions and Sciences of Information. Information Processing and Management**, v.24, n.4, p. 479-491, 1988.

BIBLIOTECÁRIOS, JORNALISTAS E INFORMÁTICOS: A OCUPAÇÃO DE POSIÇÕES RELATIVAS NO CAMPO DE ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO

Patricia Zeni MARCHIORI

RESUMO

Extrato de dissertação, discutindo alguns dos conceitos da Teoria Etnometodológica de Pierre BOURDIEU, no que diz respeito à constituição e às características dinâmicas de um possível Campo de Atividades de Informação, ao qual concorreriam os profissionais da informação em busca de posições relativas. Estas são fruto de "lutas" constantes pelo quantum de poder que este Campo apresenta, tanto para indivíduos como para a própria profissão como um todo. Apresenta resultado parcial da descrição e análise sociológica de três profissões de informação: Biblioteconomia, Jornalismo e Informática

Palavras-chave: Profissionais da informação; Campo de Atividades de Informação; Teoria Etnometodológica - Conceitos; Pierre Bourdieu.

1. INTRODUÇÃO

Enquanto área de investigação, a Ciência da Informação tem se preocupado, de maneira ampla, com a identificação e análise dos fenômenos da informação e da comunicação. Para tal, surgem e são aperfeiçoados modelos metodológicos os mais variados, que

lançam luzes sobre os problemas da área, bem como favorecem e instigam novas pesquisas e investigações.

A multifacetada gama de possibilidades de análise de tais fenômenos, demonstra a transdisciplinaridade da Ciência da Informação, indicando, por um lado, a dinâmica de uma área que busca sua identidade científica e, por outro, a flexibilidade na abordagem de diferentes temas relacionados ao binômio informação/comunicação.

Dentre as inúmeras abordagens de pesquisa na área, atenção especial tem sido dada à análise dos fluxos de informação nos processos (formais ou informais) de comunicação, de diferentes tipos de comunidades, em sistemas institucionalizados ou não. Como agentes integrados a tais sistemas e elos de ligação nos processos de tratamento, disseminação e transferência de informações, os chamados profissionais de informação podem ser reconhecidos hoje, como uma categoria diferenciada de profissionais. Esta categoria é formada e aceita socialmente, pelo conjunto de habilitações legitimadas pela ação pedagógica da universidade. Destacam-se entre estes, tanto as profissões consideradas mais tradicionais (no sentido de tempo de existência) como a Biblioteconomia, Arquivística, Jornalismo e a própria Ciência da Informação, além das recém criadas profissões na área de processamento de dados.

A existência de competências distintas, para cada uma destas áreas de atuação, tem provocado um redimensionamento na configuração do mercado de trabalho para estes profissionais. Uma das características do que poderia ser empiricamente chamado de Setor de Atividades de Informação, ou, como será utilizado neste trabalho, um Campo de Atividades de Informação (CAI), é que este se configura como um espaço para o qual se dirigem tais profissionais, havendo uma certa concorrência pelas posições que reais ou potencialmente dispostas neste Campo.

As condições de manutenção, expansão ou perda de tais posições relativas, tanto por indivíduos ou como grupos (enquanto categoria profissional), têm sido discutidas por vários pesquisadores das áreas citadas acima. Estes observam que a soma de fatores internos, tais como as características de personalidade, aliados a fatores externos, como o meio ambiente familiar e profissional e demais condições de contexto, são os responsáveis por esta dinâmica.

Dos fatores de contexto, a formação acadêmica, e mais especificamente os conteúdos subjetivos desenvolvidos nos currículos dos diferentes cursos, tem sido apontada insistentemente como o calcanhar de Aquiles na estruturação competitiva destes profissionais no mercado de trabalho.

Analisando-se estas questões, dois pressupostos podem ser considerados:

1) o perfil acadêmico, traduzido pelos "domínios" e "saberes" dispostos na seqüência lógica dos conteúdos curriculares, funciona como um fator coadjuvante, porém não determinante do sucesso ou fracasso do profissional no mercado de trabalho. Neste sentido, concorreriam outros fatores, tais como a trajetória de vida do profissional (antes mesmo de sua formação acadêmica), suas aptidões culturais, profissionais, políticas e sociais;

2) a diferenciação curricular por tipo de habilitação (ou curso específico), aliada a um diagnóstico das características da atual posição relativa dos profissionais, caso consideradas em um conjunto único, delineia um dos aspectos da própria constituição de um Campo de Atividades de Informação em um contexto espaço-temporal determinado.

Na impossibilidade de se descrever a totalidade do estudo original, este artigo resume: 1) o quadro conceitual construído para a análise e considerações sobre estes pressupostos, com base nos conceitos da chamada Teoria Etnometodológica desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre BOURDIEU e 2) os resultados parciais da pesquisa, compreendendo o estudo de caso com os egressos dos Cursos de Biblioteconomia, Jornalismo e Informática, graduados pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), descrevendo e analisando suas posições relativas na atuação no mercado de serviços de informação no Município de Curitiba¹.

(1) O outro resultado parcial diz respeito às análises sincrônicas e diacrônicas feitas com os currículos plenos dos Cursos de Biblioteconomia, Jornalismo e Informática da UFPR. Para estes, verificou-se que, embora a formação profissional esteja fragmentada em currículos distintos, o conjunto destes representa os aspectos constituintes e multidisciplinares do CAI, reforçando, assim, as condições de sua existência.

OS CONCEITOS DE BOURDIEU E A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE UM CAMPO DE ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO

Diferentes fatores, além da formação acadêmica legitimada pelas universidades, podem afetar a posição relativa dos profissionais em suas ações no campo de atividades de informação. Existem outras forças coadjuvantes neste processo, que podem ser identificadas como as condições de luta que o indivíduo desenvolve para disputar os diferentes tipos de poder em jogo nas relações sociais e profissionais. Tais condições se desenvolvem e se articulam durante suas trajetórias de vida, englobando experiências antes, durante e depois do processo formal de profissionalização. O sociólogo francês, Pierre BOURDIEU, tem desenvolvido extensa teoria sobre estas condições de luta, nas suas diferentes incursões pelas pesquisas etnometodológicas e antropológicas.

A partir do resgate da figura do agente social, em oposição às concepções estruturalistas que pretendem aboli-lo, BOURDIEU tece uma rede de conceitos que permite a leitura da "luta de classes através do estilo de vida e da escolha estética dos indivíduos" (ORTIZ, 1983: 64). Para ele, o fato das condutas poderem ser orientadas em relação a determinados fins, sem serem conscientemente dirigidas a esses e por esses fins, leva à noção de 'habitus', em que a prática social pode ser considerada como um produto de um senso prático ou de um "social incorporado", e não de uma mera obediência à regras.

A teoria do 'habitus' pretende fundar uma "ciência das práticas", que possa escapar à alternativa do finalismo ou do mecanicismo (BOURDIEU, 1983: 93), com o objetivo de se distinguir da filosofia da consciência "sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto" (BOURDIEU, 1989: 62). Considerado como "gramática geradora de condutas", ou como "...social incorporado, logo individuado...", o 'habitus', como um conhecimento adquirido, passa a ser um terreno comum em meio do qual se desenvolvem os empreendimentos de mobilização coletiva, cujo êxito depende forçosamente de um certo grau de coincidência e acordo entre as disposições dos agentes mobilizados e as disposições dos grupos ou classes cujas aspirações, reivindicações e interesses,

os primeiros empalmam e expressam através de uma conduta exemplar ajustada às exigências do 'habitus' e através de um discurso novo que reelabora o código comum que cimenta tal aliança (BOURDIEU, 1987: xii).

O 'habitus', então, pode ser compreendido como um fundamento objetivo de condutas regulares, que faz com que os agentes se comportem de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias, de acordo com variáveis de lugar e de momento. Deduz-se daí que: a prática, geradora destas disposições adquiridas e socialmente constituídas, é inerente ao agente social ativo que tem uma apreensão ativa do mundo, constrói sua visão do mundo, mas que esta é operada por coações estruturais (BOURDIEU, 1990: 157).

O 'habitus', transmitido pela educação familiar e regras de classe, pode ser chamado de 'habitus' primário. A educação escolar, a indústria cultural e os meios de comunicação de massa constituem-se no 'habitus' secundário. Para BOURDIEU, o 'habitus' pode ser inculcado de maneira implícita, quando ocorre de maneira inconsciente na educação familiar e de classe, ou de modo explícito quando é "metodicamente organizado enquanto tal por princípios formais e mesmo formalizados" (1982: 57).

Como ação pedagógica, pode-se considerar uma ação não necessariamente escolar (no sentido institucional), que "reproduz a cultura dominante, contribuindo deste modo para reproduzir a estrutura das relações de força numa formação social..." (BOURDIEU, 1982: 21). Tal estratégia pressupõe uma cultura dominante a ser inculcada, que pode ser determinada como um arbitrário cultural que "é aquela que exprime o mais completamente, ainda que sempre de maneira mediata, os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes" (BOURDIEU, 1982: 23,24).

Para o agente, esta construção do 'habitus' representa a possibilidade de convivência dentro de um espaço social, na medida em que se elegem categorias de percepção deste, que são essencialmente produtos (...) da incorporação das estruturas objetivas do espaço social (...) que levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele (...) implica uma aceitação tácita da posição, um

sentido das distâncias a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar -, e isto, sem dúvida de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência de quanto mais rigorosa é a imposição do princípio da realidade (BOURDIEU, 1989: 141).

Para BOURDIEU o indivíduo é, então e em primeira instância, um agente social que transita nos campos ou regiões em que se subdivide um espaço geograficamente determinado, ou seja, o espaço social. Tais campos se recortam em partes, pela afinidade ou pela diferenciação de interesses desses agentes, que partilham o mesmo sentido de jogo de modo a viabilizar uma "luta" pelo poder simbólico em disputa no campo.

A existência de um campo implica no reconhecimento do processo de sua relativa autonomia. Este processo se desdobra em dois momentos: o primeiro, internalizado, em que se reúnem e se fragmentam competências para a ação profissional, em conjunto com o desenvolvimento de uma produção intelectual que confira aos agentes certo reconhecimento do conteúdo subjetivo específico, passível de constituir-se em capital simbólico. O segundo momento, externalizado, reflete-se na interação com outros campos de forma materializada, isto é, pelo posicionamento e ação dos agentes legitimados, o surgimento e o acatamento social das instituições e entidades representativas das categorias profissionais que o compõem.

O campo tanto produz modificações no contexto onde se insere, como é produto deste. É neste processo contínuo e dinâmico que se vai distinguir o campo e defini-lo de modo exclusivo. Segundo BOURDIEU, tal processo varia, de acordo com as épocas de uma mesma sociedade e, ainda, de acordo com as sociedades (1990: 175). O próprio aparecimento dos agentes legitimados, suas entidades representativas, dependem de tais variações, que também podem contribuir para a manutenção ou desaparecimento de determinada categoria profissional, conforme as modificações de valores e das necessidades de tais sociedades.

O espaço social pode desdobrar-se em inúmeros campos. Em cada um deles, a definição do quantum de valor levará a uma "luta" entre os agentes que passam a disputar o poder que tal campo apresenta. Tais "lutas" se dão num sistema de posições e de relações

objetivas, que caracterizam o tipo de poder, simbólico que será o fator de "luta" entre os agentes. Cabe aqui ressaltar que as noções de "força" e de "poder" para BOURDIEU, são conceitos mais vinculados às condições de luta sutil e estratégica entre os agentes, uma vez que estes se movem, partilham e dependem da colaboração mútua para o desenvolvimento do campo de atividades em comum.

Uma vez que as atividades sociais significativas e reiteradas estruturam-se em campos, pode existir um campo de atividades científicas, um campo de atividades culturais, um campo de atividades educacionais, um campo de atividades artísticas e assim por diante, aos quais diferentes agentes concorrem com seu capital simbólico e tomam posições no campo. Tais posições são relativas, uma vez que a própria dinâmica de "luta", entre os agentes, gera uma troca de tais posições, de acordo com o capital simbólico posto em jogo.

Os campos, contudo, não são estanques. Os agentes têm certa mobilidade de transitar entre os vários campos do espaço social. Porém, as características peculiares a cada campo e o nível de reconhecimento de sua autonomia determinam o tipo de jogo e as condições de "luta" que serão apresentadas aos agentes, bem como as regras às quais estes serão submetidos. Desta forma os tipos de capitais que compõem o capital simbólico são valorizados de maneira particular, tanto pelo nível de autonomia do campo, como pelo que a dinâmica deste campo determina como o capital de maior poder.

O capital simbólico como aquele que é posto em jogo nas "lutas" e condicionante da posição do agente no campo, é a soma de diferentes tipos de capitais. Os possíveis grandes grupos de capitais poderiam ser divididos, conforme o conjunto de suas características distintivas em:

a) **Capital cultural**, que pode ser considerado como a educação recebida pelo agente. Incluindo-se a formação de segundo grau, outros cursos além da graduação e, principalmente, o tipo de experiência e perfil obtido durante a formação acadêmica;

b) **Capital profissional**, traduzido pelo cargo/função desempenhada no local de trabalho, nível de hierarquia em que se encontra, pessoas sob sua responsabilidade, entre outras variáveis;

c) **Capital político**, que reflete o prestígio do agente dentro da área e da comunidade em geral, em relação às suas atividades associativas, sindicais, entre outros indicadores;

d) **Capital sócio-econômico**, como o conjunto das variáveis sócio-econômicas que representam tanto o capital inicial que o agente traz de sua origem, como o pagamento por sua força de trabalho, isto é, o seu salário.

Para BOURDIEU, o capital econômico por excelência é o único que têm seu valor reconhecido em qualquer um dos campos, mantendo seu poder apesar da transição do agente de um campo para outro. O capital econômico, na atividade profissional representado pelo salário, é também decisivo nas estratégias de luta pelo poder simbólico e pela posição relativa que o agente ocupa no campo.

Como os demais campos, o Campo de Atividades de Informação surgiu das transformações sociais que reificaram a informação enquanto insumo e entidade passível de processos valorativos os mais variados. Sua autonomia tem sido crescente, alterando-se as condições de "luta" bem como as estruturas de posições de seus agentes. É por meio de seu trabalho, da visão que tem de si mesmos de sua identidade social e de categoria, que o agente reconhece o mundo social tal como ele é, e que lhe dá o sentido da posição, como "um sentido das distâncias a marcar, e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar" (BOURDIEU, 1989: 14). Para ele, o nome da profissão e o título desta, dado ao agente e aos grupos, é que lhe determinam as posições relativas nos campos. É desta forma que os agentes se constituem em grupos organizados a fim de assegurarem a defesa dos interesses de seus membros (1989: 149).

Em estudos próximos de alguns conceitos de BOURDIEU, M.L. BLAKE apresenta uma derivação da teoria Darwinista de evolução das espécies. Para ele, as sociedades evoluem não só pela ocupação de "nichos" espaciais, mas também pela ocupação de "nichos" temporais. ALLEY, citado por BLAKE, diz que "nicho" ou "profissão" pode ser tido como um sistema dinâmico, onde espécimes (unidades orgânicas, espécies ou grupos de indivíduos) competem pelo mesmo espaço (BLAKE, 1985: 126). Para o autor, os profissionais da

informação podem, potencialmente, competir pelo espaço físico de trabalho, mas também pelo domínio do tempo em que a informação surge, é coletada, analisada e disseminada, sendo esta mais uma condição de controle social.

O fato dos nichos/profissões de informação serem afetados pela questão espaço/tempo, determina novas visões no campo, em que o capital de cada agente vai ser colocado em jogo pela competição, manutenção e expansão de suas posições. Para que haja o jogo, e a "luta" entre os agentes se faça de forma ética, estes têm na "doxa" a garantia da validade de seus capitais e das suas estratégias. A "doxa" pode ser entendida como os pressupostos que os "antagonistas" admitem como evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita da discussão (ORTIZ, 1983: 146). BOURDIEU destaca a função da 'doxa', quando diz que "o fato de pertencer a um grupo profissional exerce um efeito de censura que vai muito além das coações institucionais e pessoais: há questões que não são colocadas, que não podem ser colocadas, porque tocam nas crenças fundamentais que estão na base da ciência e do funcionamento do campo" (1990: 20-21). A "doxa" esconde uma censura sutil mas radical em relação ao que se vai por em jogo na discussão. A crença e aceitação da "doxa" pelo indivíduo é, em grande parte, responsável pela existência e integridade de qualquer Campo.

A habilitação do agente para "jogar o jogo" do Campo de Atividades de Informação, determinando suas ações e atividades, bem como sua localização na hierarquia de posições estruturadas entre os agentes, é produto de um conjunto de variáveis. Tais variáveis, que vão compor seu capital simbólico, são formadas pelas ações pedagógicas, primeiramente a nível familiar, como as "trajetórias de carreira" (em grande parte já definidas pela posição dos pais). Mais explicitamente, são formadas pelo capital obtido na incorporação juridicamente garantida pela ação pedagógica da Universidade, enquanto instituição legitimadora não só das competências básicas para a ação profissional dos diferentes tipos de agentes, como produtora da oferta destes no mercado de trabalho.

As posições possíveis de serem ocupadas no Campo de Atividades de Informação são alvo de interesse de diferentes categorias de agentes legitimados. Neste sentido, a Universidade apresenta os

monopólios de competência, fragmentados nos diferentes cursos oferecidos e respectivas disciplinas que compõem o currículo, delineando o perfil acadêmico desejado para o desempenho tido como satisfatório pelas exigências sociais.

Ao mesmo tempo em que se pode falar de uma fragmentação em nível acadêmico, poder-se-ia dizer que tais competências desenvolvidas são intercomplementares. Isto pode significar que, caso estes perfis fossem reunidos e analisados em conjunto, identificar-se-ia, nas diferentes facetas das ações dos agentes envolvidos, um diagnóstico do próprio Campo de Atividades de Informação, em que se poderiam trabalhar as relações entre a oferta institucionalizada e demanda social por tais agentes.

Na medida em que as demandas se modificam, tais instituições procuram acompanhar estas evoluções, quer atualizando os currículos dos cursos envolvidos, quer estabelecendo estratégias de educação continuada (como cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado), ou ainda criando novos cursos de graduação.

A posse de tais competências legitimadas mais o conjunto dos demais capitais, que acumula em sua trajetória de vida, constituem o capital global do agente, e o que lhe permite disputar, manter e até ampliar seu poder no Campo de Atividades de Informação.

É de se esperar que os diferentes tipos de agentes informacionais legitimados partilhem concepções de "doxa" e utilizem estratégias geradas por seus "habitus" primário (aquele transmitido pela educação familiar ou de classe) e secundário (incorporado pela educação escolar, indústria cultural e meios de comunicação de massa, entre outros). Contudo, é importante destacar que as condições determinantes das posições relativas dos agentes não se relacionam apenas com a ação pedagógica em nível de disciplinas dos currículos plenos. São igualmente coadjuvantes neste processo a soma dos demais capitais (sócio-econômico, profissional e político) que são afetados, tanto quanto o capital cultural específico, pelas modificações espaço-temporais das sociedades em que estes profissionais exercem suas ações, e que são em parte representadas pelas fragmentações dos currículos acadêmicos.

A POSIÇÃO RELATIVA DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO - ESTUDO DE CASO

A universidade, ao mesmo tempo em que fragmenta as competências profissionais em função da constituição diferenciada dos currículos plenos para cada área de informação, sobredetermina a oferta de profissionais no mercado de trabalho. Estes são formados segundo um perfil legitimado e vão, na seqüência de suas carreiras, ocupar e disputar posições no campo. Todavia, ao colocar-se no jogo dinâmico das lutas pelo poder simbólico, o profissional traz, não somente o capital exclusivo da formação acadêmica legitimada em nível de terceiro grau, mas também o conjunto de suas relações familiares, econômicas, políticas e mesmo aquelas desenvolvidas no decorrer de suas atividades no CAI (para além da formação da graduação). Por outro lado, estes profissionais tendem a ter uma visão de si mesmos e das posições que ocupam, em função da série de ações pedagógicas e da dinâmica dos capitais simbólicos adquiridos, acumulados, interpretados, modificados e até certo ponto cristalizados, por força das lutas levadas a efeito nos diferentes espaços sociais, e que juntos, vão lhes determinar sua posição e suas condições de jogo.

A análise de tais conjuntos de capitais pode levar num primeiro momento, à descrição da posição relativa de indivíduos e grupos de uma mesma profissão e, num segundo momento, revelar suas relações com outras profissões também aptas a jogarem o jogo do Campo. A identificação de perfis e competências, teoricamente legitimadas, e o estabelecimento de um quadro analítico de tais posições podem delinear a constituição do próprio CAI, que inexiste sem a atuação de seus agentes legitimados.

O estudo de caso, realizado por meio de questionário enviado a egressos dos Cursos de Biblioteconomia, Jornalismo e Informática da UFPR, permitiu a descrição e a análise dos diferentes capitais (cultural, profissional, político e sócio-econômico) que, em conjunto, constituem o capital simbólico destes indivíduos/profissionais.²

(2) Universo para a aplicação do instrumento de coleta de dados: 240 profissionais. Universo real de respostas obtidas: a) Biblioteconomia: enviados 117 questionários, com um retorno de 61 (52%); b) Jornalismo, enviados 41 questionários, com um retorno de quinze (37%); c) Informática, enviados 82 questionários, com um retorno de 30 (37%). A participação foi voluntária.

O CAPITAL CULTURAL

A Biblioteconomia confirmou-se como uma profissão predominantemente feminina, o que implica em carregar para a ação profissional os preconceitos da mulher enquanto indivíduo social ativo e as condições que acompanham a sua opção como trabalhadora (a dupla jornada de trabalho, baixos salários em relação ao mesmo profissional do sexo masculino e assim por diante). Os jornalistas parecem ter um equilíbrio nesta composição, contudo têm também o seu estigma social, no qual sua imagem está ligada ao trinômio boêmio-literato-filósofo (no sentido pejorativo). Na área de Informática o sexo masculino predomina o que, segundo Theodore Roszak, tem a ver com a característica "yang" (masculina), da máquina (computador) e do tipo de trabalho nela realizado, em contrapartida aos ambientes silenciosos e "ying" (feminina) das bibliotecas tradicionais, ou ainda à propalada "desorganização" das redações de jornais, canais de televisão ou rádio.

Como área emergente e altamente prestigiada, a Informática atrai candidatos à formação profissional, comparativamente mais jovens do que a Biblioteconomia e o Jornalismo. A atração exercida por uma profissão de natureza contestadora e de grande visibilidade social, (no caso da reportagem televisiva, radiodifusão e cinema) faz do Jornalismo uma área de atuação cobiçada, havendo certa equivalência entre os candidatos mais jovens e outros não tão jovens.

Os mitos que envolvem a Biblioteconomia, aliados ao fato dela não estar ligada a instituição, ambiente ou instrumento de caráter vanguardista ou desafiante, foram refletidos na média de idade alta de seus graduados. Neste caso, a procura por um curso da área humanística, com pequena concorrência de candidatos no concurso vestibular, parece se encaixar na preferência de candidatos(as) que, entre outros motivos, já tem uma relação familiar estabelecida e que sentem necessidade de "voltar a estudar". Percebeu-se que muitas das candidatas à área de Biblioteconomia cursaram magistério, enquanto que os candidatos às duas demais áreas, em geral, ou fizeram cursos propedêuticos e preparatórios para o vestibular, ou

cursos profissionalizantes de natureza técnica. A proveniência de uma área humana pode indicar a opção por um Curso nesta mesma área. O mesmo podendo ser caracterizado para a proveniência de uma área técnica/tecnológica. Embora não se tenham dados consistentes para uma generalização, os indicadores ocupação da mãe e trabalho do pai/esposo (quando tratando-se do pai) ilustrou levemente a inclinação dos filhos (e filhas) a seguirem a mesma carreira dos pais. No caso dos bibliotecários, a formação de segundo grau recaindo na opção magistério, deveu-se, quando indicado, ao fato da mãe ser professora, ou mesmo bibliotecária. Em outros casos, para as demais profissões, mesmo quando a opção de terceiro grau muda totalmente da área escolhida para o curso secundário, esta última está intimamente relacionada à atividade de trabalho dos genitores.

É provável que uma parcela da "apatia" atribuída à área de Biblioteconomia esteja ligada ao fato de muitos graduados não terem a área como primeira opção no concurso vestibular. Esta situação pode ter algumas implicações: 1) o candidato ingressa no curso em segunda ou terceira opção e utiliza-o como "trampolim" para o curso desejado; 2) desiste do curso; 3) faz sucessivos trancamentos até seu jubramento; 4) tem uma carreira acadêmica marcada por reprovações, terminando o curso, muitas vezes, no prazo máximo; 5) não avança nas disciplinas, reprovando até o jubramento; 6) acomoda-se, mesmo sem nutrir interesse especial pela profissão, apenas para garantir o tão desejado diploma universitário. De todas estas possibilidades, a quarta e a última das relacionadas acima são as mais perniciosas, enquanto formação de recursos humanos para a área (sem contar os gastos para o poder público na manutenção de alunos de carreira acadêmica irregular). Estes profissionais tendem a eximir-se das lutas e jogos que definem as posições individuais no Campo, bem como prejudicam a transparência social da profissão e a sua força grupal a fim de defender, expandir ou mesmo manter as possibilidades de ação da área frente as demais de mesma natureza. As reopções e reaproveitamentos de curso podem ser, de certa maneira, positivos para a área, quando não é causado apenas pela necessidade financeira, isto é, deixar um curso de uma universidade paga ingressando na universidade pública/gratuita naqueles cursos que oferecem mais

vagas nesta modalidade (como é o caso da Biblioteconomia). A maioria absoluta de primeira opção identificada para as duas outras áreas pode, segundo o raciocínio acima, contribuir para uma maior força destas na luta pelo poder simbólico em disputa do CAI.

A educação continuada parece ser uma preocupação constante para o bibliotecário. O perfil técnico/generalista da graduação, aliado às opiniões dos entrevistados sobre esta necessidade para o crescimento profissional, levam-no à constante atualização. Embora os universos profissionais estudados tenham tido dimensões diferentes, especulou-se que o oferecimento de cursos na própria área da graduação, tanto para a Biblioteconomia como para a Informática, é comparativamente maior do que para o Jornalismo. Para este último a oferta e/ou a preferência recai sobre os cursos instrumentais (como ferramentas à oratória ou interpretação de textos, por exemplo), ou ainda em áreas distintas da graduação mas que, pela natureza inquisitiva da profissão, passam a ser de interesse. Os cursos instrumentais são igualmente importantes para a Biblioteconomia e, em menor escala, para a Informática. A preocupação com o impacto das novas tecnologias nos sistemas de informação leva o bibliotecário a buscar aperfeiçoamento nesta área, o que parece não preocupar os jornalistas.

Em relação aos cursos atuais (à época da coleta de dados), os informáticos pareceram optar por mais uma graduação na área de Administração de Empresas (confirmando a tendência para o trabalho autônomo) ou aos cursos instrumentais para o domínio da língua inglesa. Os bibliotecários também optaram pelo aprendizado de língua estrangeira, principalmente o francês. Este pode ser considerado um estudo com poucas aplicações na atuação profissional, uma vez que as informações para a atualização sobre o estado da arte no exterior encontram-se, em geral, em inglês ou espanhol. Os jornalistas, no entanto, tornam a privilegiar os cursos na própria área ou em áreas instrumentais.

Considerada como uma das condições para a obtenção de prestígio na área, tanto para bibliotecários como para informáticos, os estudos de pós-graduação são privilegiados pelos primeiros. Estes parecem investir em cursos da própria área da graduação, e na sua maioria são cursos de especialização. A outra área apontada é a de

recursos humanos. Pode-se especular que a tendência destes profissionais é direcionarem-se para cursos na área de informática. Os informáticos, por sua vez, preferem investir tanto em sua própria área como na de administração e gerência de sistemas de informação. É neste particular que os jornalistas apontaram algum interesse sobre as aplicações da nova tecnologia na área, bem como continuam a buscar aperfeiçoamento na área de graduação.

Considerada pelos jornalistas como uma conseqüência direta de seu trabalho, e pelos bibliotecários como uma das possíveis condições de obtenção de prestígio, a produção intelectual é heterogênea para estes últimos. Predominam as comunicações em anais, seguido da publicação de artigos nas revistas especializadas da área, e em menor número os livros de assuntos correlatos. Os artigos de jornais raramente são feitos pelos entrevistados da área de Biblioteconomia e de Informática, que poderiam utilizá-los como um instrumento de visibilidade social, veiculando avanços na área e seus impactos na sociedade como um todo. Neste sentido embora, quantitativamente, o jornalista seja pródigo em artigos, parece não escrever sobre sua própria área de atuação (publicando artigos em anais de eventos, por exemplo). A tendência a privilegiar a publicação em círculos restritos (revistas e anais da própria área) tem como conseqüência, a médio prazo, a estagnação de conteúdos e idéias.

As três profissões parecem ter pessoas investindo em outros tipos de literatura (romances, poesias), o que pode ser reflexo das demais ações pedagógicas, ou mesmo de dons pessoais.

Para os entrevistados na área de Biblioteconomia, os fatores internos/pessoais foram os mais apontados como razões que levam ao receio na tomada de atitudes inovadoras. Para estes, o comodismo, a insegurança e a inibição são as condições internas mais apontadas. Quanto às externas, a mais citada foi a rigidez da formação acadêmica. Segundo os entrevistados, o profissional da área carece de uma série de posturas, classificadas como falta de reconhecimento, apoio, vontade, oportunidade. O medo de perder o emprego foi pouco citado, o que pode ser creditado a dois possíveis fatores: 1) o fato da maioria destes profissionais atuarem em cargos públicos, que habitualmente são revestidos de certa estabilidade, e/ou, 2) consideram que sua atividade não chega a ser "estratégica" o

suficiente para que a tomada de atitudes inovadoras possa alterar o andamento da instituição a ponto de colocar o emprego em risco. A possível pressão dos pares também é apontada, bem como o medo do fracasso e do ridículo. As opiniões também relacionaram-se à condição tipicamente feminina da profissão, o conservadorismo da classe e sua desunião.

Os informáticos, por sua vez, entendem que as condições externas são, em grande parte, responsáveis por um possível receio. Apontaram para a falta de investimento da empresa, o meio ambiente desfavorável para mudanças, a complexidade dos assuntos envolvidos e o alto custo do erro. Foram também citados a rigidez da formação acadêmica, o medo de perder a posição adquirida e o comodismo (em menor escala). É importante destacar que alguns entrevistados além de não considerarem o profissional, em geral, receioso da tomada de atitudes inovadoras, escreveram comentários relativos ao fato da profissão em si levá-los a tomarem tais atitudes.

Os Jornalistas, no entanto, ao invés da falta (como posturas a serem desenvolvidas pelo bibliotecário), apontaram o fator medo (de perder o emprego, de revelar-se, da concorrência). Criticam a postura conservadora da profissão bem como a existência de "panelas" que obstaculizam a tomada de novas atitudes. A questão do salário é mais uma vez citada, como um problema crônico que pode afetar a criatividade, bem como os fatores contextuais, como a liberdade de imprensa e a rigidez, tanto do sistema dos meios de comunicação de massa, mas também da sociedade como um todo.

Em geral, os profissionais entrevistados consideram-se acima da média em relação a sua situação cultural, à exceção da Biblioteconomia (normalmente apontada como uma área cultural). Comparativamente, os Jornalistas têm elevada alta estima neste aspecto, o que pode ser devido à sua formação acadêmica, voltada para compreensão e interpretação de contextos. Já para a Biblioteconomia, o privilégio dado às técnicas torna este profissional mais um manipulador, ou mesmo operador, ou ainda o "filtro" entre informações e usuários do que propriamente um produtor de informações, como é o caso do jornalista. O mesmo pode ser dito do Informático que, todavia, considera as suas aptidões culturais acima da média.

O CAPITAL PROFISSIONAL

A maioria dos bibliotecários exerce suas funções em instituições públicas, o que já é o inverso para as demais áreas. Aprofundando-se esta análise, os informáticos estão concentrados no trabalho em bancos e no setor de comércio/serviços. O jornalista e o bibliotecário atuam maciçamente nas instituições que lhes são tradicionalmente próprias: meios de comunicação de massa, e bibliotecas de instituições públicas (instituições de ensino superior, secretarias de Estado, empresas de economia mistas, entre outras), respectivamente. Curiosamente, à exceção dos meios de comunicação de massa, os bibliotecários estão presentes nos demais setores. Esta não ocorrência pode ser um alerta para a revisão do tipo de formação acadêmica destes profissionais, uma vez que a informação tem ultrapassado, há muito, os limites "geográficos" da biblioteca ou sistema de informação tradicional. Os informáticos, por sua vez, comprovam a rápida expansão de seu campo de atuação, tendo representantes em todos os setores considerados. De todos os profissionais envolvidos, são os jornalistas que apresentam um espectro de atuação menos variado, ao mesmo tempo que têm maior mobilidade para o trabalho autônomo (não institucionalizado).

Enquanto para os jornalistas e informáticos as condições externas e ambientais prevalecem como determinantes na tomada de atitudes inovadoras, a obtenção de prestígio na área é condicionada, na opinião dos entrevistados, às posturas e atitudes individuais. Os bibliotecários entrevistados apontam as características individuais (ou grupais, no sentido de categoria), como fatores que influenciam tanto na tomada de atitudes inovadoras, como para a obtenção de prestígio na área. A condição mais citada para jornalistas e informáticos foi competência, enquanto que os bibliotecários consideram como fatores críticos a atuação na classe e a divulgação de seu trabalho. Para estes, a condição de competência profissional aparece em segundo lugar. Jornalistas e bibliotecários também consideraram importante a questão da ética e a da criatividade. Os informáticos apontaram o conhecimento técnico como uma variável importante. Menos citada, a educação continuada, na forma de cursos após a formatura e pós-graduação, foram também indicadas como pertinentes. Bibliotecários e informáticos, consideram o bom

relacionamento com o usuário outro fator de importância. Isto pode ser resultado do tipo de trabalho exercido, em que estes dois profissionais têm contato direto com os seus clientes, sendo que o jornalista, à exceção do repórter de rua, produz a informação para inúmeros leitores, telespectadores, ouvintes, etc. Os jornalistas entrevistados, em geral, consideram o prestígio relacionado a posturas individuais de comportamento. Os informáticos percebem o fato como um conjunto de habilidades técnicas e profissionais, enquanto os bibliotecários interpretam o prestígio ligado às relações entre os próprios profissionais (na atuação e valorização das entidades de classe) ou como uma posição adquirida pela produção literária ou títulos acadêmicos. Alguns ainda relacionaram o nível de prestígio ao salário recebido.

Os jornalistas novamente relacionaram os baixos salários recebidos com sua auto-imagem profissional, assim como alguns bibliotecários (em menor escala). Nenhum dos jornalistas entrevistados situou-se na categoria ótima, como o fizeram alguns bibliotecários e informáticos (estes, em sua maioria, colocaram-se na categoria boa). O tempo de exercício profissional parece ter certa influência nos rendimentos profissionais de bibliotecários e jornalistas, o que já não é tão facilmente identificado para os informáticos.

O CAPITAL POLÍTICO

Os bibliotecários, por trabalharem em sistemas de informação (considerados aqui como bibliotecas, centros de documentação, e demais do gênero) contam normalmente com auxiliares para os serviços rotineiros, e no caso de chefes e diretores de bibliotecas têm, sob sua responsabilidade, outros bibliotecários. As duas demais áreas parecem não ter esta característica, embora alguns entrevistados tenham declarado ter pessoas sob comando. Para estes, o tipo de atividade e hierarquia exercida tendem a determinar a existência e o número de subalternos.

Os bibliotecários, quando relacionam as características necessárias para a tomada de atitudes inovadoras e à obtenção de prestígio na área, insistem na necessidade de participação em

entidades de classe. Esta participação obrigatória é evidente, uma vez que é necessário o registro profissional para a atuação legal na área. As demais entidades da categoria existem mas tem seus membros ligados a ela voluntariamente, como é o caso do Jornalismo e da Informática. Para estas entidades, sindicatos principalmente, que tratam de assuntos relacionados a salário e condições de trabalho, tal participação decresce sensivelmente, a ponto da maioria dos entrevistados da área de informática declarar não ser membro de qualquer entidade associativa. Apesar de, atualmente, o mercado de trabalho para os informáticos ser auto-regulador, este já apresenta alguns sinais de estrangulamento, o que poderá acarretar um direcionamento a entidades associativas (quer por categoria profissional, quer por segmento econômico).

A existência de entidades representativas da categoria dos profissionais em Biblioteconomia acarreta a necessidade de participação para a própria sobrevivência destas. A participação é decrescente para as outras duas áreas, coerentemente à existência de apenas uma entidade (no caso do Jornalismo) ou de entidade não específica de profissionais em nível de terceiro grau (no caso da Informática). Alguns profissionais bibliotecários e jornalistas declararam ter funções em outras entidades que não as específicas da área, o que reforça a indicação de que estes profissionais (e mesmo os informáticos) agregam-se por setor econômico e não necessariamente por categoria profissional.

O CAPITAL SÓCIO ECONÔMICO

Os rendimentos (à época do estudo) para estes profissionais situavam-se na faixa de cinco a quinze salários mínimos, com alguns expoentes nas áreas de Biblioteconomia e Informática. Levando-se em consideração que praticamente a metade dos informáticos entrevistados ainda não havia terminado a graduação na época da coleta de dados, percebe-se que esta passa a ser a categoria melhor remunerada. Os bibliotecários que recebem salários mais elevados já têm uma carreira definida e mais longa se comparada às demais áreas. Os jornalistas são, comparativamente, o segmento com menor remuneração.

A auto-imagem social dos entrevistados reflete as opiniões colocadas em relação aos ganhos salariais, condições de trabalho e auto-imagem profissional. Jornalistas e bibliotecários indicaram-se na categoria social média baixa, como uma maneira de expressar um comprometimento sério nas relações de reconhecimento e prestígio social, identificada precisamente pelos baixos salários conseguidos por estas categorias em geral. Contudo, alguns informáticos e bibliotecários também indicaram a categoria média-alta, o que pode ser creditado ao salário expoente (em alguns casos) ou ainda à situação familiar (em outros casos).

A análise da composição do Capital Cultural dos profissionais entrevistados aponta um maior peso para a área de Biblioteconomia (mesmo que os entrevistados tenham se colocado com uma auto-imagem "modesta", neste particular, em relação às demais), seguindo-se o Jornalismo e a Informática em ordem decrescente. As diferenças de universo para cada área podem ter contribuído para esta distribuição, adicionando o fato de que praticamente a metade do universo da área de Informática compôs-se de formandos.

Para o conjunto das variáveis relativas ao Capital Profissional, justificadas as razões acima, coloca o profissional bibliotecário como o detentor do maior peso também neste tipo de capital, o mesmo acontecendo para o Capital Político. Contudo, quando analisado o Capital Econômico, o único tipo de capital que tem o seu valor reconhecido em qualquer um dos campos em que o agente se apresenta, é o informático que tem, neste tipo de capital, o seu maior peso (ainda consideradas suas peculiaridades). Quando analisado o Capital Global, os bibliotecários são os profissionais que tem o maior peso total comparativo. Contudo, uma vez que o salário, enquanto capital econômico construído em função da carreira escolhida, é decisivo nas estratégias de luta pelo poder simbólico, de certa forma referendando as posições relativas destes agentes, são os informáticos os que se apresentam como a área detentora do poder simbólico no CAI.

CONSIDERAÇÕES PARA DISCUSSÃO

Enquanto indivíduos e grupos, os profissionais apresentaram-se para a luta pelas posições no Campo unidos da composição

de seus capitais que, em conjunto, compõem o seu capital simbólico. Estes conjuntos de capitais são constituídos durante toda a vida do agente, podendo ser reunidos em grandes grupos. Destes, a formação acadêmica aparece como um dos possíveis fatores que podem afetar o tipo e qualidade do capital posto em jogo pelo agente, e, em consequência, influenciar tanto sua posição relativa no campo, como a posição da própria profissão nos recortes que o Campo apresenta.

A tipologia de capitais, apresentada neste trabalho, visou reunir um número de informações que refletisse o total de capital simbólico de cada profissional (em termos objetivos e subjetivos), bem como a sua composição. Assim, por extensão, para cada área selecionada, o conjunto de capitais simbólicos de seus agentes representa igualmente o capital simbólico da profissão e, mais especificamente, com qual tipo de capital que estes grupos de agentes concorrem com mais força nas lutas pelo poder no campo. Embora a Biblioteconomia apresente um capital global maior em relação às demais áreas, a posição relativa de seus agentes não se configura tão flexível quanto a dos Informáticos, cujas possibilidades de atuação atingem um amplo espectro, quando comparadas às demais áreas.

O Jornalismo, comparativamente às outras duas áreas estudadas, é a que apresenta o menor capital global (praticamente em função dos baixos salários), embora a análise dos capitais isolados a posicionem logo após a Biblioteconomia. Contudo, segundo os estudos sobre a estrutura e a tipologia dos profissionais que trabalham com informação, estas três habilitações são consideradas como "semi-profissões", quando comparadas em termos de prestígio, salário e condições de trabalho, a outras profissões, tais como: Contabilidade, Arquitetura, Direito, Física, entre outras (KLING, 1990: 91).

A auto-estima, ligada aos conceitos de atuação na área, como "doxas" tanto na tomada de atitudes inovadoras, como para a obtenção de prestígio na área, parecem ser fatores condicionantes da posição relativa do agente (e da própria profissão) no CAI. Neste particular, os profissionais de Biblioteconomia, por suas declarações, parecem não acreditar em sua própria competência profissional,

assim como em sua capacidade cultural, o que traz reflexos pouco positivos nos processos de "luta" e "jogo" do CAI.

A estruturação progressiva da rede de telecomunicações no país, juntamente com a proliferação e barateamento de equipamentos e custos de acesso às informações nas mais diversas áreas, já são inevitáveis, ao mesmo tempo que a questão se volta para a formação do recursos humanos. Na medida em que o CAI se constitui, novas e variadas oportunidades se apresentam ao profissionais de informação. Além das características inerentes ao indivíduos, qual seria, então, o papel da instituição legitimadora nos processos de antecipação da demanda e percepção da dinâmica do mercado de trabalho.

Uma possível "resposta" poderia estar na modificação da própria filosofia dos cursos de graduação, em busca da interdisciplinaridade já em nível acadêmico, que permitisse o incremento das relações entre tais profissões, ampliando as possibilidades de atuação dos profissionais, de modo que as fragmentações não isolem, ou de certa forma, cristalizem o CAI, mas sim que se adie o máximo possível encontro com os limites impostos pela dinâmica social.

Os fatores e capitais, aqui analisados, demonstram o que os agentes trazem e desenvolvem antes e depois da formação acadêmica. Num primeiro momento, estes fatores resultam na opção por uma ou outra profissão de informação. Seria igualmente importante a ampliação do foco de análise para além do descrição da oferta e posicionamento relativo de tais profissionais. Neste sentido, a análise da demanda do mercado de trabalho explicitaria outras condições, intenções e perspectivas do Campo de Atividades de Informação, não menos decisivas nos processos de luta pelo poder simbólico, e que resultam na posse relativa de melhores ou piores posições no curso das carreiras profissionais (enquanto indivíduos) e na visibilidade e viabilidade da própria profissão que representam.

ABSTRACT

Master Dissertation abridgement which presents some concepts of BOURDIEU's Etnomethodolgy Theory, about the constitution and the

dynamics characterization of the Information Activity Field (taking over its existence). In this Field, the information professionals are looking for relative positions. They "fight" to get the power quantum that could be reached by them, not only for the individuals, but for the professions as a whole. It presents parcial results: description and sociological analisys of three information professions (Librarianship, Journalism and Informatic).

Keywords: Information professional; Information Activity Field; Ethnomethodology; Theory - Concepts; Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAKE, M. L. Human evolution in space and time, with reference to the niches of librarianship and information processing. **Journal of Information Science: Principles & Practice**, Amsterdam, v. 11, n. 3, p. 125-129, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234 p.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 361 p.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 311 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução** : elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 238 p.
- KLING, Rob. More information, better jobs?: occupational stratification and labor-market segmentation in United State information force. **The Information Society**, v. 7, n. 2, p. 77-107, June 1990.
- ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. 191 p.

A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO

Lúcia MARENGO

RESUMO

Este artigo contempla os principais aspectos da Dissertação de Mestrado sobre a questão da qualificação da mão-de-obra e o mercado de trabalho inserido no contexto da Sociedade de Informação. Foram analisadas a demanda de vagas e ofertas de diferentes tipos de ocupações em trabalhos com informação e demais profissões apresentadas pela fonte utilizada, durante o período de 1992 a 1994. Constatou-se que o mercado de trabalho é composto na sua grande maioria por profissionais de nível médio e com características qualificadoras diferentes das descritas pelos teóricos das emergentes sociedades ditas da informação e que o setor de informação vem crescendo, mas sua representatividade dentro do mercado focalizado ainda é pequena.

Palavras-chave: Mercado emergente de informação; Sociedade de informação; Trabalhadores do conhecimento; Trabalhadores de serviço; Pesquisa de jornal; Folha de São Paulo; Mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

Administrar informação é atividade essencial em todas as empresas e instituições. Tal atividade está mobilizando pessoal

(*) Extrato de Dissertação de Mestrado apresentada à Puccamp sob a orientação da Prof^a Dr^a Solange Puntel Mostafa.

habilitado, dentro das mesmas, no sentido de capacitá-lo, instrumentalizá-lo e incentivá-lo à qualificação necessária para o exercício da nova função.

São inúmeras e variadas as origens e atividades de informação que circulam nestes ambientes, assim como, são bastante diversificados os profissionais que trabalham nessas atividades. Em função disto, o mercado de trabalho, hoje, além de apresentar uma diversidade de novas ocupações, fruto do desenvolvimento e uso de novas tecnologias, apresenta-se aberto à área da informação, cujos profissionais têm variadas procedências e funções.

Este artigo procurou analisar tal fenômeno, focalizando aspectos ocorridos nas últimas décadas e que inevitavelmente constituem pano de fundo para a chamada Sociedade de Informação, até especificamente o setor informacional, seu comportamento, seus respectivos representantes e atuais áreas de atuação profissional.

A chamada Sociedade de Informação vem provocando questionamentos que exigem certo aprofundamento. Questões fundamentais devem ser revistas como níveis de ocupação, qualificação da força de trabalho, conhecimentos adquiridos, locais e formas de construção das experiências sociais e da identidade das pessoas, dos grupos e das classes. É observado também a interferência na natureza das ocupações, incitando, assim, a idéia do surgimento de uma nova classe social, a dos trabalhadores do conhecimento.

O setor de informação não se restringe exclusivamente aos bibliotecários, mas é, hoje, questão fundamental que perpassa todas as áreas do conhecimento e aos seus representantes. Deve-se isto à constatação de que se vive numa sociedade, onde critérios e exigências de produção e qualidade estão baseados na eficiência do trato com a informação. Com a introdução das novas tecnologias e a valorização da informação como bem econômico, o mercado profissional na área de informação está cada vez mais aberto a diversas áreas profissionais. É preocupação das chamadas tradicionais profissões da informação, ou seja, aquelas cujas atividades profissionais têm origem na organização, guarda e disseminação da informação, obter um diagnóstico atualizado da situação da estrutura ocupacional brasileira que poderá reverter numa postura crítica e real da profissão perante seu mercado de trabalho.

O fato de vivermos numa Sociedade de Informação nos apresenta novos desafios no campo de atividades profissionais. O crescimento do mercado informacional é um fenômeno global. A demanda crescente e variada por informações está ocorrendo na sociedade como um todo. O setor de informação parece não ser mais um constructo acadêmico. Novas ocupações estão sendo criadas, novas oportunidades se abrem, novas habilidades estão sendo demandadas, surgindo, assim, uma diversidade de carreiras relacionadas com informação. Todos os profissionais hoje estão sendo entendidos como profissionais de informação, pois necessariamente precisam manipular informação para o desempenho de seus papéis econômicos, políticos e sociais, como exigência natural da ordem dominante. "...agentes de extensão, professores, gerentes, analistas de investimento, engenheiros, arquitetos, etc, são todos parte do setor de informação (definidos por PORAT e RUBIN)" (VITRO, 1993: 23). Verifica-se portanto, uma diversidade de carreiras relacionadas com informação, as quais precisam ser estudadas e melhor conhecidas.

BELL (1973), ao identificar um novo sistema social, previu tendências sociais como a criação de uma economia de serviços e que causaria uma revolução na estrutura das ocupações. Novas ocupações seriam assumidas por trabalhadores de informação. É o que se está efetivando nos dias de hoje. A tese central de BELL (1973: 29-31) é que "nas sociedades industriais, o trabalhador semiqualficado tem constituído a categoria mais numerosa na força de trabalho. [Porém] ...a expansão da economia de serviços, dando destaque ao trabalho em escritórios, à educação e ao governo, provocou naturalmente uma mudança de tendências, que se voltara para o funcionalismo. Nos EEUU, em 1956, o número de empregados em escritórios superou, pela primeira vez na história de uma civilização industrial, o número de operários na estrutura ocupacional... em 1970, a proporção entre empregados de escritório e operários era de mais de cinco para quatro... Contudo, a mudança mais impressionante foi o aumento de empregos de natureza profissional e técnica - para funções que exigem geralmente certo grau de educação superior - numa proporção duas vezes maior que a média... em 1975 existiam 13,2 milhões de indivíduos técnicos e profissionalizados, colocando-se em segundo lugar entre as oito ocupações mais numerosas do país,

sobrepujada apenas pelos operários semiqualeificados[...]enquanto o índice de crescimento da classe profissional e técnica em geral foi duas vezes maior que o da média de força de trabalho, o índice de aumento do número de cientistas e engenheiros foi três vezes maior que o da população operária". Conclui, então: "ocupações profissionais e técnicas - núcleo da sociedade pós-industrial".

É mister reconhecer que a análise de BELL é acertada, em relação ao crescimento da área de serviços, como também é acertada a análise do crescimento dentro dos serviços, de um setor "técnico-científico" ou "profissional" trazido pela popularização das universidades e das profissões, processo esse iniciado na década de 60, em todo o mundo ocidental. Inclusive no Brasil. A Inglaterra, por exemplo, saiu na frente com a idéia das escolas politécnicas de nível superior que então se diferenciavam das universidades propriamente ditas, diferenciação hoje que já vai se apagando, com a equiparação das politécnicas às universidades, tal o nível de excelência que as politécnicas alcançaram .

Esta análise deixa transparecer que serviços (ou escritórios), ou balcões, como caracterizou MOSTAFA (1991), são um todo homogêneo ou que a parte dos serviços técnico-científicos são, como afirma BELL, o núcleo da sociedade pós-industrial. São sim, do ponto de vista de valorização do capital. O valor ou a riqueza das nações no final do século XX é retirado na luta competitiva da inovação tecnológica, mas não do ponto de vista da quantidade de trabalhadores.

DRUCKER (1994, XVI, XVII) apoia esse ponto: "... os principais grupos sociais da sociedade do conhecimento serão os 'trabalhadores do conhecimento'- executivos que sabem como alocar conhecimento para usos produtivos, assim como os capitalistas sabiam como alocar capital para isso... o desafio econômico da sociedade pós-industrial será a produtividade do trabalho com conhecimento e do trabalhador do conhecimento. Entretanto, o desafio social da sociedade pós-ca-pitalista será a dignidade da sua segunda classe: os trabalhadores em serviços. Como regra geral, esses trabalhadores carecem da educação necessária para serem trabalhadores do conhecimento. E em todos os países, mesmo nos mais adiantados, eles constituirão a maioria".

CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA

Reconhecer que se vive em uma nova sociedade com novos setores de produção, com a preponderância do setor terciário sobre o setor secundário, e tendo o avanço tecnológico como condição para alcançar elevados índices de produtividade, como também o valor e o papel da informação para manter o seu desenvolvimento, são premissas que irão percorrer este artigo.

As inovações tecnológicas propiciaram uma extensão quase que incomensurável das fronteiras territoriais entre nações, modificações nos processos e mercados de trabalho, surgindo novas relações de trabalho, como o trabalho informal, tercerização e uma reestruturação das potências econômicas nos países centrais.

Concomitante com essas mudanças, o espectro produtivo numa economia globalizada passa a exigir um padrão de competitividade e qualidade. Em função disto, o mundo caminha industrialmente em direção a mudanças expressivas e, que, conseqüentemente, neste processo de transformação, estão envolvidos os atores sociais e, mais especificadamente, os que estão associados às questões do trabalho. Segundo XAVIER SOBRINHO (1992), a busca de produtividade e maior competitividade exigem estratégias de reconquistas por parte das empresas, que se constituem em amplas reformulações na organização do processo de trabalho; na substituição de trabalho humano por equipamentos automatizados e a desintegração vertical, que consiste na terceirização de etapas dos processos produtivos e concentração e esforço de aprimorar as atividades que constituem a vocação principal da empresa.

Neste contexto se diferenciam vários setores com impacto no perfil da força de trabalho (BELL, 1973) trazendo transformações mais precisamente no setor terciário.

A constatação da intensa expansão do setor de serviços, e sua influência no produto interno e na participação da força de trabalho levou, entre muitos cientistas, a suposições teóricas de que este fenômeno geraria uma nova sociedade devido as mudanças nas

características e funcionamento nas estruturas sociais, econômicas e políticas. "Há uma notável confusão nas pesquisas empíricas e na literatura teórica quanto às características sociais desse "setor" - que pretensamente teriam efeitos determinantes sobre a estrutura global da sociedade" (OFFE, 1991, 12). Essas características divergem e entre diversos autores as tentativas de definição deste setor baseiam-se também em diferentes causas : um elevado status e altas exigências de formação à força de trabalho (BELL, 1972), um grau especial de interação no trabalho (GRAUHAN/LINDNER, 1972), um uso intensivo de informação (PORAT, 1976)" (OFFE, 1991: 13).

Assim, a generalização que fazem vários autores, que o setor de serviços será o setor de maior expressividade quantitativa em trabalhadores, não corresponde e não se harmoniza com sua outra prerrogativa sobre a alta qualificação e remuneração da força de trabalho neste mesmo setor. Isto pede um exame da ideologia subjacente.

IDEOLOGIA DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

A capacidade tecnológica de modificar a sociedade, a mudança nas relações sociais, novas características na acumulação do capital, enfim, muitos são os argumentos que determinam a existência de uma sociedade pós-moderna. Porém, são estes mesmos argumentos que determinaram e determinam a modernidade, com a ressalva de que, hoje, há uma intensificação das características anteriores.

Os processos de mudanças tecnológicas, subordinados à produção do conhecimento científico, apoiam-se no dado fundamental das alterações da base do tratamento, conservação e transformação das informações. PINTO (1992: 43), caracterizando a Sociedade de Informação resalta que com a "introdução de máquinas e a proliferação intensiva de informações científico-tecnológicas o trabalho torna-se cada vez mais vinculado à capacidade de manipular informações."

A concepção da informação na sociedade moderna, como recurso fundamental para a economia e a crescente diversidade de

atividades de produção e extração da informação, resultou na implantação de uma infra-estrutura tecnológica no sistema de telecomunicação, gerando uma variedade de indústrias da informação. Para CARVALHO (1992: 7), "A principal fonte de transmissão da aceleração do progresso técnico se encontra no desenvolvimento e na difusão abrangente da Tecnologia da Informação (TI), compreendendo a microeletrônica, a informática e demais tecnologias que nela estão baseadas."

A Sociedade de Informação, segundo BARRETO (1994), objetiva-se basicamente pela produção do conhecimento sustentado pela produção de informação. A socialização do fenômeno da produção da informação se faz através das estruturas da informação (bibliotecas, bases de dados, sistemas de informação) que são responsáveis pela operacionalização da produção do conhecimento. Para o autor estas estruturas são constituídas pelas indústrias de produção de conhecimento, indústrias de produção de estoque de informação organizada e indústrias de transformação da informação. Estas estruturas funcionam com racionalidades diferentes. As indústrias da informação se orientam por uma racionalidade técnica, buscam eficiência técnica e econômica, indispensável para a produção do conhecimento, mas não produzem conhecimentos, apenas procuram ordenar a explosão da informação.

Para o Autor, esses instrumentos e mecanismos de ordenação e organização seguem princípios da ideologia posta, ou seja, "de uma racionalidade técnica e produtivista" e produzem grande quantidade de estoques, o que não corresponde a função da produção do conhecimento, pois diminui seu critério de qualidade. Além disso, esses estoques estão sendo distribuídos de acordo com uma ideologia de distribuição de quanto maior quantidade maior o grupo para cobrir o custo da informação, assim surgem estratégias de distribuição que procuram contemplar e dividir entre os diferentes grupos de consumidores esses estoques. Neste processo de distribuição e diferenciação apenas alguns privilegiados têm acesso a determinadas informações, geralmente este grupo de elite possui, além das competências dos demais, "características políticas e econômicas que lhes permite assegurar e manter o poder político e econômico". Assim esta distribuição ocorre de forma que somente uma elite tenha as informações seletivas, cujo grupo é minoria.

ECONOMIA DA INFORMAÇÃO

Em função das modernas tecnologias informacionais convivemos diariamente com diferentes culturas, através dos excêntricos e variados instrumentos dos meios de comunicação. A quantidade de informação de diferentes lugares do mundo nos oferece uma pluralidade de culturas, fornecendo uma visão global do mundo. A possibilidade de circulação de informação sem barreiras geográficas causou um processo de transformação no comércio entre os países, fazendo emergir, como alguns teóricos chamam, a Economia Global. A união entre as telecomunicações e a economia proporcionou a realização de transações com qualquer parte do mundo.

Para KLING (1990), a idéia da economia da informação associada à economia global, à qualificação e à mudança na produção de bens para a dos serviços merece um estudo da estrutura de trabalho informacional na sociedade moderna. A expansão do setor de informação corresponde às características de uma economia global. Nesta economia global, o mercado de informação se expressa globalmente, com grande amplitude, extrapolando sua especificidade, atingindo, assim, todos os setores da sociedade, em suas múltiplas manifestações. Dessa forma, a força de trabalho em informações está distribuída em diferentes ocupações, não se restringindo somente aos profissionais, especificamente ligados ao elemento informação. O setor de informação inclui uma série de tipos de trabalhos, diferenciados pela forma de pagamento, pelo status e pelo poder, reflexos evidentes da ordem social dominante.

Hoje, é senso-comum acreditar que a classe trabalhadora deva estar bem mais instruída e qualificada para compor a força de trabalho nos diversos setores econômicos da sociedade moderna.

Em relação a extensão dos novos conhecimentos exigidos dos trabalhadores da produção, CARVALHO (1992: 17 e 18) observa que "parece claro que os novos perfis profissionais associados ao avanço da automação e à difusão dos novos métodos de organização da produção requerem maior capacidade de abstração, o exercício do discernimento, e certas qualidades comportamentais relacionadas com a confiança e a cooperação."

Mesmo sendo a tendência, nesta fase histórica de desenvolvimento tecnológico, o aumento do grau de qualificação médio da força de trabalho, um significativo aumento do nível de escolaridade entre trabalhadores, o Brasil ainda é um país onde a estrutura ocupacional ainda é bastante estratificada e com uma grande parcela composta por trabalhadores pouco qualificados e instruídos, conforme indicam os números do IBGE (1990: 100).

SETOR INFORMACIONAL

Com o crescimento considerável da importância das informações, o setor de informação aumentou em tamanho e poder, supondo uma mudança na estrutura de classes.

Para BELL (1973: 198), não obstante, as alterações nas tendências ocupacionais, nas quais a classe profissional e técnica surgem como grupo ocupacional predominante, se devem à passagem de uma economia de bens para uma de prestação de serviços. " Nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento tem levado a uma divisão do trabalho e a relacionamentos interdependentes, assim processos similares de diferenciação atuam na especialização dos empregos, surgindo novas vocações profissionalizantes". Caracteriza-se, portanto, um aumento da especialização das funções do campo econômico ao intelectual. Para o Autor, um dos aspectos da sociedade pós-industrial é uma maior especialização do trabalho intelectual "a ênfase é atribuída a uma espécie diferente de serviço. Se reunirmos os serviços em diversos grupos, como pessoal (lojas varejistas, lavanderias, garagens, salões de beleza) negócios (bancos, finanças, imóveis, seguros) saúde, educação, pesquisa e governo, o desenvolvimento desta última categoria é que será decisivo para a sociedade pós-industrial. E é esta categoria que representa a expansão de uma nova intelligentsia - no âmbito das universidades, das organizações destinadas à pesquisa, das profissões e do governo."

É importante aqui a afirmação de BELL de que "Uma sociedade pós-industrial tem como base os serviços. Assim sendo, trata-se de um jogo entre pessoas. O que conta não é a força muscular ou a energia, e sim a informação. A personalidade central é a do

profissional, preparado por sua educação e por seu treinamento exigidos numa sociedade pós-industrial" (BELL, 1973: 148). Explicita-se, assim, o alargamento que Bell dá ao vocábulo Informação, bem como ao profissional da informação. A sociedade pós-industrial é informacional porque os seus atores se comunicam mais, fazem mais cursos, compram mais bens, se educam melhor, enfim, circulam mais. Aí está a conotação social que BELL imprime à informação.

Essa sociedade é uma sociedade onde a própria produção de bens é mais dinâmica e, portanto, desenvolvem-se também os aparatos financeiros de sustentação à circulação de bens. Como os bens circulados precisam ser consumidos, os atores se "educam" para este consumo. Serviços, portanto, para BELL, significa, além de transportes, finanças, hotéis, venda/compra de bens duráveis e de luxo, também "saúde, educação, lazer e artes - agora considerados desejáveis e possíveis para todos" (BELL, 1973: 148).

Os profissionais a que BELL se refere não são, portanto, os profissionais da informação strictu sensu do setor da Ciência da Informação. São todos os atores sociais.

Porat, ao sugerir um quarto setor na economia, o setor informacional, pressupõe que "a atividade de informação inclui todos os recursos envolvidos na produção, processamento e distribuição de mercadorias e serviços de informação". Obtendo, desta forma, "um setor amplo, incluindo atividades até então consideradas díspares e pertencentes a mundos diferentes, como os serviços de jornalismo, a pesquisa científica, a produção de computadores e a burocracia" (MALIN, 1992: 12).

A demanda emergente por qualificação profissional é percebida pelo fato de diversas funções estarem passando por modificações significativas. VIEIRA (1993: 111), após relacionar os elementos que determinam essa demanda, sugere que "o novo profissional da informação deverá ter competência profissional ampla, envolvendo conhecimento interdisciplinar, habilidades gerenciais, técnicas e políticas, além de atitude ética (profissionalismo)".

Segundo PORAT (1987), o setor informacional, composto por trabalhadores de diferentes ramos ocupacionais, está cada vez mais se ocupando com atividades ligadas à informação. Desta forma,

pode-se afirmar que os novos profissionais da informação não são mais exclusivamente os tradicionais profissionais como os bibliotecários, arquivistas, documentalistas... (CRONIN, 1993, KLING, 1990, CIANCONI, 1992, entre outros) mas "são todos aqueles que, independentemente da formação acadêmica, estão envolvidos, principalmente com a administração da informação como recurso utilizando sempre que possível novas tecnologias" (CIANCONI 1992: 3).

Reforçando e contribuindo para a identificação do mercado emergente no setor de informação, CRONIN (1993) desenvolveu uma pesquisa, cuja proposta era fazer um mapeamento do mercado emergente tanto no Estado de Indiana como nacionalmente (EUA), através dos anúncios veiculados na imprensa. A pesquisa revelou que este mercado é bastante difuso, que não está vinculado necessariamente a nenhum corpo profissional ou disciplinar estabelecido, que as oportunidades estão espalhadas entre vários setores, onde os títulos dos cargos e das funções são extremamente variáveis. Aponta ainda que as prováveis áreas de oportunidades parecem estar associadas com os setores de serviços educacionais, mercantis, industriais, administração de recursos humanos e produtos químicos e afins.

Conforme KLING (1990), trabalhos no setor de informação variam amplamente em qualidade, resultando em uma mistura de empregos que são diversos em sua forma de pagamento, status e poder. Esta divisão interna reflete padrões de segmentação que se desenvolvem em outros lugares da sociedade, caracterizando, assim, um mercado de informação dual.

Se BELL entende que estamos diante de uma nova sociedade porque há hoje muitos cientistas e engenheiros, KLING polemiza afirmando que cientistas e engenheiros formam apenas uma pequena fração da força de trabalho, inclusive nas sociedades mais avançadas. É interessante a argumentação de KLING: o setor de serviços é composto por dois tipos de trabalho, tais como, trabalhos onde as pessoas oferecem serviços diretos, como caixa de banco, garçoneiro, advogados, agentes de seguro, e trabalhos no centro administrativo das empresas, como pessoal de escritório, contadores, gerentes, trabalhos estes encontrados em todos os

setores , não somente nos de serviços. Alguns trabalhos que provêm informação como elemento central estão nos setores de agricultura, manufatura ou serviços. Para o Autor, a linha divisória não é marcante, mesmo percebendo que a maioria dos trabalhadores de informação são profissionais, o trabalho com informação também inclui outras categorias como os operadores de máquinas e reparadores.

Portanto, existe uma dificuldade em aceitar os pressupostos de que a economia de informação seja um fato consumado dentro da economia global, fato esse caracterizado pela predominância de trabalhos altamente qualificados. Como também em aceitar a idéia de que o setor de informação é o 4º setor na economia da informação. O setor de informação permeia os três setores econômicos: agricultura, manufatura e serviços.

NOVOS PERFIS PROFISSIONAIS

A realidade é que o novo setor pede profissionais com características e habilidades específicas e não encontradas plenamente desenvolvidas nas profissões já existentes. Muitos já não se ajustam à demanda.

Atualmente, novas formas de uso da força de trabalho estão sendo delineadas, assim como, novas exigências em termos de qualificação para o trabalho, decorrentes dos impactos da revolução tecnológica. Novos mercados para setores emergentes foram abertos devido a aceleração do progresso técnico, refletindo principalmente na natureza do trabalho. O trabalho estaria deixando de ser percebido - e utilizado - exclusivamente como componente de custos, para se tornar, adicionalmente, uma fonte de recursos. Resultando desta forma, numa busca, por parte das empresas, do aumento do grau de qualificação da força de trabalho, do nível de escolaridade e de uma re-profissionalização do trabalho industrial. Diante dessas perspectivas, o perfil profissional e sua respectiva qualificação se configura em consonância com as novas tarefas e novas concepções de produção. Segundo LOJKINE (1995: 12), a "reprofissionalização do trabalho (polivalência, formação qualificadora e pluridisciplinar, responsabilização..) não se restringe aos operários; envolve,

maciçamente, também, os empregados burocráticos e o conjunto dos assalariados dos serviços - sua posição social nos novos modos de tratamento da informação constitui um problema tão central, em face dos monopólios sociais da informação estratégica, quanto a reprofissionalização operária."

O profissional da informação, hoje, está sendo entendido como aquele profissional que manipula, articula e domina tecnologia e serviços informacionais. Pressupondo viver numa sociedade de informação, onde tais tecnologias e serviços são recursos econômicos, grande parcela das atividades nela desenvolvidas, como também sua força de trabalho, envolvem informação.

Portanto, definir mercados para profissionais de informação e distribuí-los entre as inúmeras ocupações existentes, torna-se complexo. PORAT (apud MARCHIORI 1992: 44) o fez quando identificou 188 ocupações e as distribuiu entre três categorias: mercados para a informação, informação nos mercados, infra-estrutura da informação.

Assim são muitas as diferentes e novas nomenclaturas surgidas para denominar o profissional de informação, mas que de uma maneira geral, segundo CRONIN (1993), representam atividades semelhantes às profissões tradicionais.

Diante de inúmeras novas funções e atividades surgidas neste setor, bem como diferentes e novas nomenclaturas para denominar o profissional de informação, este estudo aborda esse profissional de dois ângulos: um mais geral sugerido pela literatura onde toda a força de trabalho está envolvida de algum modo com informação (por isso Sociedade de Informação) e outro bem mais particular abrangendo profissões tradicionalmente conhecidas e descritas como sendo as de informação.

Portanto, foi objetivo da pesquisa desenvolvida verificar a evolução das ofertas no mercado de trabalho da grande São Paulo, veiculadas pelo Jornal Folha de São Paulo, ao longo de um período de 3 anos, focalizando alguns segmentos profissionais com destaque para os Bibliotecários, Jornalistas, Programadores e Advogados. Assim, para alcance do mesmo, dividiu-se nas seguintes etapas o processo de investigação:

(1) - identificou-se a estrutura da força de trabalho entre as categorias apresentadas pela Folha de São Paulo, verificando as categorias de maior demanda;

(2) - verificou-se a demanda de vagas entre os grupos dos Trabalhadores do Conhecimento e Trabalhadores de Serviços, comparando-os entre si;

(3) - verificou-se o espaço no mercado de trabalho veiculado pela Folha de São Paulo no que diz respeito às profissões da área de informação: Bibliotecários, Jornalistas e Programadores;

(4) - comparou-se entre si os espaços relativos a cada uma das profissões referidas no item anterior;

(5) - comparou-se um espaço dos profissionais referidos do item três com outra profissão de outro setor da atividade humana - o Advogado;

(6) - analisou-se a evolução dos dados relativos aos objetivos três, quatro e cinco ao longo de uma marcha histórica de três anos (1992/1994)

Os dados obtidos têm a particularidade de se referirem a um grande jornal de circulação nacional, editado na maior cidade do Brasil e uma das maiores do mundo, apresentando características de um grande centro industrial, comparável a grandes cidades do primeiro mundo, com diferenças quantitativas, mas que, qualitativamente, reúne em sua dinâmica de universo econômico todas as condições, tensões e contradições de uma grande cidade industrial, encontrada em qualquer parte do mundo. Neste sentido, a escolha dos mesmos oferece maior base de sustentação para a análise e mesmo para se proceder alguma generalização. Desta forma, os dados alcançam aspectos de uma realidade desejada, e, principalmente, oferecem a possibilidade de confrontar com alguns pressupostos de determinadas linhas de pensamento que, salvo melhor juízo, apresentam-se de forma superficial e simplista.

A análise dos resultados proporcionou, no decorrer deste trabalho, a discussão de alguns pontos relevantes que remetem a esta dificuldade de lidar com o processo histórico em curso. Esta tarefa ultrapassou os resultados dos dados, remetendo à discussão de certas concepções sobre a época em que se vive e, em que medida e até que ponto, elas correspondem à realidade. Optou-se, portanto, por uma análise predominantemente sincrônica da distribuição da força de trabalho pelos cargos hoje aceitos internacionalmente, numa dada base de dados.

Foi utilizado como material para a pesquisa o conjunto de sessões específicas do jornal Folha de São Paulo, o qual, publica semanalmente, durante três anos, sempre aos domingos, um encarte sobre empregos, recursos humanos e mercado de trabalho.

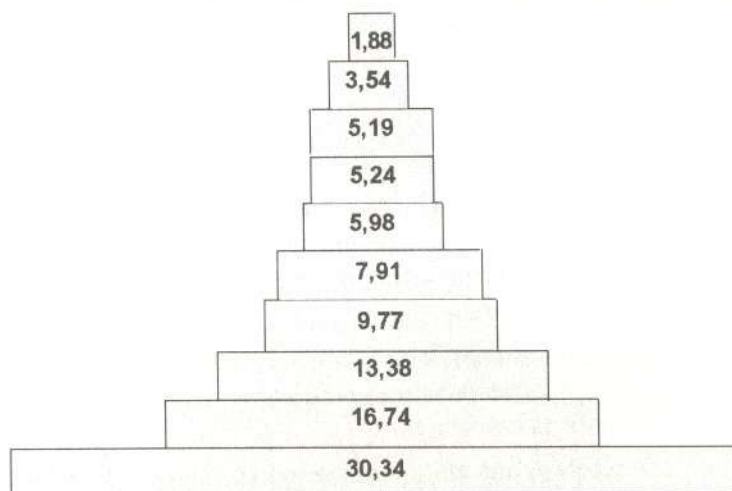
Para efetivação da segunda etapa formaram-se dois grupos com algumas categorias de modo a separá-las em Trabalhadores do Conhecimento (como define DRUCKER) ou profissionais e técnicos (como propôs BELL) e os Trabalhadores dos Serviços ou escritórios ou balcões (como identifica MOSTAFA). Há grande dificuldade em separar o que são atividades terciárias das atividades de produção do conhecimento, pois, além da heterogeneidade da natureza dos serviços e a coexistência de uma gama de atividades de alta produtividade e qualificação de mão-de-obra, existem atividades de baixa produtividade e informais entre ambas as atividades. Assim, para a distinção entre essas categorias, optou-se por selecionar dentro do setor de serviços, atividades semelhantes às descrições de Drucker (1993) e que compreendem os dois primeiros setores que compõem o terciário: distributivo e produtivo, cujas atividades neles desenvolvidas correspondem: comércio, armazenagem, transportes e comunicações, serviços técnicos-profissionais, serviços de apoio à produção e à atividade profissional, crédito, capitalização, comércio de valores, administração e comércio de imóveis.

Ficando, então, no primeiro grupo as categorias: Diretores e Gerentes, Chefias, Ocupações de Nível Superior, Assessores e Assistentes e Analistas. No segundo grupo, ficaram os cargos arrolados para Ocupações de Nível Médio e Administração / Vendas / Finanças e Ajudantes e Auxiliares. Utilizou-se o mesmo procedimento anterior para este processo, procurando verificar o grau de frequência entre os dois grupos. Tal divisão exigiu a retirada das categorias de Ocupações da Produção e Outros Serviços por as mesmas não contemplarem as características de profissões descritas para o objetivo proposto. Desta forma, dentro do total das categorias, diminui-se o total de vagas da referida categoria, possibilitando a divisão dos dois grupos.

Para verificar e comparar as profissões da área de informação no mercado de trabalho, como também, seu desempenho em relação à outra profissão foram selecionadas as profissões de Bibliotecário, Jornalista, Programador e Advogado, dividiu-se em dois grupos, o grupo das profissões ligadas à informação e o grupo dos Advogados.

RESULTADOS: ESTRUTURA DA FORÇA DE TRABALHO

As ocupações que apresentaram maior demanda no mercado são aquelas que compõem a categoria Administração, Vendas e Finanças e, segundo os dados do Ministério do Trabalho (1982), o setor da economia que compreende esses tipos de atividades é o setor dos serviços, assim como também o nível de escolaridade predominante entre as ocupações deste grupo é o segundo grau completo. Na categoria Administração, Vendas e Finanças estão incluídos os caixas, os compradores, escriturários, recepcionistas, secretárias, vendedores, telefonistas entre outros, conforme figura 1.



1,88	- Diretores e Gerentes	7,91	- Ocupações Nível Médio
3,54	- Chefias	9,77	- Outros Serviços
5,19	- Analistas	13,38	- Ocupações da Produção
5,24	- Assessores e Assistentes	16,74	- Ajudante e auxiliares
5,98	- Ocupações Nível Superior	30,34	- Administração/Vendas/Finanças

Figura 1 - Representação de estrutura da força de trabalho de acordo com os percentuais dos números de vagas das Categorias Profissionais ao longo dos anos 1992 a 1994

A segunda categoria mais numerosa, Ajudantes e Auxiliares, representa no seu escopo de características, algumas semelhanças consideráveis à sua antecessora. Esta categoria é composta de ocupações cujos níveis de escolaridade variam entre o primeiro e segundo grau e suas atividades também estão direcionadas às funções criadas para o setor de serviços: ajudantes de cozinha, de pedreiro, de motorista, auxiliares administrativos, de arquivo, de vendas, de pessoal, de enfermagem, consistindo, geralmente em atividades de apoio para o pessoal técnico. É fácil perceber nesta lista de trabalhos da segunda categoria mais numerosa, que profissões como cozinheiro, pedreiro e motorista não trabalham com informação diretamente, ou seja, não manipulam papéis na maior parte do seu tempo. Já os auxiliares administrativos, o pessoal de arquivo, vendas perfazem trabalhos informacionais. Contudo, Ajudantes e Auxiliares, como categoria neste base de dados, não faz essa diferenciação entre trabalhos informacionais e não informacionais.

Observa-se que as duas categorias mais numerosas são compostas, na sua maioria, por profissionais de informação no sentido amplo, conforme discutido anteriormente, porém são profissionais de nível médio.

Portanto, o setor de serviços e o médio nível educacional parecem caracterizar as principais ocupações da força de trabalho das mais numerosas categorias.

As categorias de menor expressividade quantitativa, Diretores e Gerentes (1,88%) e Chefias (3,54%) não correspondem às expectativas de um mercado, cujos critérios estão a cada dia solicitando pessoal qualificado para gerência.

A gerência, entre os inúmeros novos e emergentes postos de trabalho, de tão tematizado que está na literatura, parece ser o mais solicitado nos últimos anos. Não é porém o que dizem os dados. É certo que a categoria Diretores e Gerentes se subdivide em aproximadamente setenta nomenclaturas ou títulos de cargos. Mas essa diversificação não equivale a maior demanda por gerentes na sociedade atual: representa apenas 1,88% da força de trabalho.

As categorias gerenciais exigem geralmente profissionais mais especializados e qualificados, porém, mesmo diante do crescimento e incremento da escolarização/ educação/ profissionalização, verificou-se que, além de um pequeno número de trabalhadores estarem voltados para essa área, a sua variação de vagas, durante os anos, manteve-se muito baixa em relação às demais categorias.

A maior tendência de números de vagas entre todas as categorias foi de decréscimo, espelhando um mercado em recessão. As categorias, onde se observa um relativo crescimento de números de vagas, foram a dos Analistas (4,00%, 5,44%, 6,62%), as Ocupações de Nível Médio (7,89%, 7,23%, 8,75%) e de Produção (11,82%, 14,12%, 14,76%), conforme Tabela 1. Analistas na base consultada são relacionados como analistas contábeis, analistas de crédito, de mercado, de sistemas, de orçamento, de custos, de recursos humanos e outros. Considerados de nível superior, os Analistas destacam-se nos três últimos anos como uma categoria que manteve um crescimento estável.

As categorias em crescimento (desenhistas, operadores, programadores, projetistas, técnicos, analistas, afiadores, carpinteiros, eletricitas etc.) representam hoje os atuais trabalhadores da sociedade mais solicitados em uma estrutura econômica com desenvolvimento tecnológico.

Ao que tudo indica, portanto, as possibilidades do aumento de ofertas está condicionada a um grau médio de instrução ou de qualificação. Observa-se que os Analistas, ocupação que se pode considerar moderna quando contraposta à Produção, é uma categoria em crescimento, Mas o pessoal da Produção também cresce. O critério por demanda de vagas entre essas categorias e o caráter de suas ocupações variam entre atividades modernas (Analistas) e tradicionais (Produção). Sugere-se também que, pela ocorrência de baixas demandas por vagas entre as demais categorias, esteja havendo um contingente muito pequeno desses profissionais na participação no mercado.

Tabela 1 - Frequência de vagas por categoria profissional - 1992/1994

ANO	1992		1993		1994		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Diretores e Gerentes	711	1.84	521	1.66	584	2.20	1.816	1,88%
Chefias	1.912	4.96	822	2.62	671	2.53	3.405	3,54%
Assessores e Assistentes	2.430	6.30	1.389	4.43	1.226	4.63	5.045	5,24%
Ocupações de Nível Superior	2.465	6.40	1.752	5.59	1.541	5.82	5.758	5,98%
Ajudantes e Auxiliares	6.121	15.89	5.484	17.52	4.505	17.04	16.110	16,74%
Analistas	1.541	4.00	1.705	5.44	1.751	6.62	4.997	5,19%
Ocupações de Nível Médio	3.039	7.89	2.264	7.23	2.315	8.75	7.618	7,91%
Ocupações da Produção	4.556	11.82	4.420	14.12	3.903	14.76	12.879	13,38%
ADM/ Vendas/Finanças	12.799	33.23	9.327	29.80	7.081	26.78	29.207	30,34%
Outros Serviços	2.941	7.63	3.607	11.52	2.858	10.81	9.408	9,77%
Total	38.515	99.96	31.291	99.93	26.435	99.94	96.241	99,97%

TRABALHADORES DO CONHECIMENTO X TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

Na tabela 2, verifica-se que o percentual de vagas da categoria Trabalhadores do Conhecimento é muito baixo, o que faz supor que a composição da força de trabalho da atual sociedade ainda não corresponde à idealizada e descrita pelos autores pós-industrialistas. Mesmo com a presença de variações crescentes de vagas durante o período investigado, este crescimento está longe, a curto prazo, de ultrapassar os resultados atuais, haja vista a grande diferença percentual entre as duas categorias investigadas.

Em contrapartida, mesmo sendo composta por apenas três categorias (Administração, Vendas e Finanças, Ajudantes e Auxiliares e Ocupações de Produção) a categoria Trabalhadores dos Serviços obteve um considerável percentual (71,57%).

Tabela 2 - Frequência de vagas por categorias: trabalhadores de conhecimento e trabalhadores dos serviços - ano 1992/1994 profissional - 1992/1994

ANO	1992		1993		1994		TOTAL		X ² °
	F	%	F	%	F	%	F	%	
Trabalhadores do Conhecimento	9.059	29.20	61.89	26.60	5773	29.34	21021	28.42	913.72
Trabalhadores dos Serviços	21.959	70.79	17075	73.39	13901	70.65	52.935	71.57	1867.54
Total	31.018	99.99	23264	99.99	19674	99.99	79.956	99.99	7287.06
X ² °	5364.94		509392		3357.94		6885.87		

De fato, hoje o setor de serviços é o setor mais numeroso em trabalhadores, sendo que, os Trabalhadores do Conhecimento não estão concentrados neste setor, mesmo reconhecendo que as atividades de serviços estão presentes em todos os setores da economia, e os que compõem e participam das ocupações mais características deste setor, na sua maioria, possuem um grau de escolarização e especialização não tão exigente. Durante o período estudado, aparece mais vagas oferecidas para os Trabalhadores dos Serviços do que do Conhecimento.

PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO POSIÇÃO RELATIVA DO PROGRAMADOR

O cargo de Programador obteve um índice percentual de vagas e ofertas extremamente mais elevado em relação aos demais cargos (Bibliotecário e Jornalista), o que demonstra que há uma maior procura por profissionais, cujo foco de trabalho e atividades estão voltados para os sistemas e componentes de hardware, ao invés do conteúdo da informação e seu manuseio.

Tabela 3 - Frequência de vagas e ofertas dos profissionais: Advogado, Bibliotecário, Jornalista e Programador - Anos 1992/1994

ANO	1992			1993			1994			TOTAL			X ⁰		
	FV	%	FO	FV	%	FO	FV	%	FO	FV	%	FO	FV	%	FO
Advogado	176	17,61%	150	163	13,72%	130	133	11,72%	102	13,58%	471	382	15,77%	198	9,09
Bibliotecário	25	2,52%	19	14	1,18%	14	22	1,94%	16	2,13%	61	49	2,02%	9,25	0,81
Jornalista	22	2,21%	20	23	1,94%	23	19	1,67%	16	2,13%	64	59	2,44%	0,42	1,25
Programador	772	77,67%	574	989	83,16%	741	961	84,67%	617	82,16%	2721	1932	79,77%	30,59	23,34
Total	994	100%	763	1188	100%	908	1135	100%	751	100%	3917	2422	100%	20,87	19,30
X ⁰	1368		1004	1832		1343	1765		1114		4970	3457			
X ⁰	1528		2190	2183		1588	5082		1393		5082	3989			

X⁰ - OUI-quadrado referente apenas aos três profissionais Bibliotecário, Jornalista e Programador.

O número de vagas e ofertas desse profissional vêm crescendo, o que reforça e garante seu espaço no mercado, principalmente pelo fato das diferenças entre os demais serem significativas.

POSIÇÃO RELATIVA DO BIBLIOTECÁRIO

A evolução do Bibliotecário, ao longo dos três anos, manteve-se numa mesma variação com mínimas alterações decrescentes e pouco significativas em termos de percentagem. Este decréscimo talvez esteja refletindo o desprestígio e a pouca valorização de profissionais que restringem seu conhecimento a determinadas funções e pouco atualizam e diversificam suas atividades e posturas. Certamente as escolas de formação, as sociedades científicas, os sindicatos e os conselhos de classe, precisam reagir no sentido de alterar este quadro.

Considerados profissionais de nível superior, os Bibliotecários que participam da força de trabalho permanecem num mesmo patamar equivalente a todos os outros profissionais de sua categoria, independente da atual valorização e acentuado crescimento de seu setor de atuação na Sociedade de Informação. A amplitude e diversificação de suas funções parecem não estar proporcionando uma maior elevação de sua posição dentro da estrutura ocupacional, sugerindo que sua atualização e melhores qualificações são exigências mínimas para melhor colocação no mercado.

POSIÇÃO RELATIVA DO JORNALISTA

Sua participação no mercado dos profissionais de informação mostrou-se discreta e estável, tanto em relação ao número de vagas, como de ofertas. A diferença de percentual existente entre estas duas variáveis, vagas e ofertas, retrata uma maior oferta dos profissionais em relação à demanda.

Pode-se concluir que o setor de informação, representado pelos três profissionais, Bibliotecário, Jornalista e Programador, constitui-se, na sua maioria, num tipo de atividade específica que

vem se tornando mais dominante pelo seu constante e significativo crescimento. Ao verificar a variação do número de ofertas e vagas para estes profissionais, percebe-se que o Programador é o único profissional para o qual o número de vagas e ofertas vem crescendo significativamente, enquanto que, para os demais, não há crescimento significativo.

Este importante e acentuado dinamismo pode vir a caracterizar uma estrutura dual dentro do mercado de informação, tornando-se necessária uma investigação sobre esta área, onde a utilização de sistemas avançados de informática e telecomunicações altera ou interfere na estrutura das ocupações em informação.

O mercado para Profissionais de Informação cresceu significativamente em relação às vagas oferecidas durante o período estudado, porém, no que se refere às ofertas, seu maior crescimento foi sentido no ano de 1993, ocorrendo uma regressão em 1994 para o mesmo nível de 1992. Estas oscilações podem ser interpretadas como um fato comum entre as tentativas de estabelecimento de determinadas tendências em mercados em desenvolvimento.

ADVOGADOS X PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO

Com exceção do Programador, o Advogado obteve uma maior representatividade de vagas e ofertas do que os outros Profissionais da Informação (Bibliotecário e Jornalista).

A estabilidade já conquistada deste profissional ao longo dos anos no mercado de trabalho parece corresponder aos resultados, observando-se, contudo, que a demanda e a oferta em relação a este profissional têm apresentado redução.

Ao confrontar todos os Profissionais de Informação com o Advogado, pode-se dizer que a grande diferença percentual entre eles deve-se à profissão do Programador. A diferença entre os dois outros profissionais e o Advogado não é tão significativa. Assim, pode-se concluir que hoje os profissionais de informação estão representados quase que exclusivamente por Programadores e que

estes ultrapassam e inibem qualquer manifestação de ascensão de vagas dos demais. Também seria relevante verificar se as decantadas características de criatividade, criticidade etc são consideradas como exigências ou oferecidas como possibilidades para este profissional e os demais da área.

Cabe aqui questionar ainda quais as medidas que estão sendo tomadas pelas instituições legitimadoras dos profissionais em geral face às novas características do mercado. Crises de identidade deverão surgir em diversas categorias profissionais, principalmente naquelas situadas em fronteiras cada vez mais móveis. Os elementos progressistas que impulsionam a utilização de novas tecnologias, a capacidade inovadora de profissionais que se manifesta ao nível do conteúdo e da organização do trabalho podem também provocar e esconder uma segmentação de mercado.

Para a disputa por uma colocação no mercado de trabalho é preciso que o profissional tenha algumas definições estabelecidas, ou seja, que fatores sócio-econômicos, culturais e profissionais determinem, por exemplo, seu campo de atuação, um mercado propício e estruturado através de características próprias e uma certa distinção entre as diferentes profissões envolvidas num mesmo contexto. Essas seriam apenas algumas premissas, segundo MARCHIORI (1992), que estabelecem condições de luta dos diferentes tipos de poder nas relações profissionais, antes, durante e depois do processo formal de profissionalização.

PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS CATEGORIAS GERAIS

De acordo com as pesquisas relacionadas e comentadas neste estudo, pode-se concluir que o setor de informação está crescendo, as atividades nele desenvolvidas proporcionam uma representativa e diversificada amplitude no setor econômico. A estimativa da força de trabalho voltada para este setor é complexa, dependendo das realidades focalizadas. Nas sociedades mais desenvolvidas, por exemplo, sua expressividade é indiscutível, porém, em alguns casos, somente uma pequena percentagem deste montante pertence à categoria dos tradicionais profissionais de informação.

Neste estudo, a inexpressividade percentual desses profissionais no mercado talvez seja em função das profissões selecionadas. Apesar das atividades desenvolvidas neste setor serem semelhantes às até então realizadas, suas nomenclaturas, como já foi visto, mudaram. Ou os profissionais de informação assumem estas atividades, mesmo tendo novos títulos e pertencentes a novos contextos, ou as crescentes atividades deste setor ficam disponíveis a profissionais de outras áreas.

Conforme MOSTAFA & PACHECO (1994) as novas nomenclaturas dos profissionais da informação ainda não estão aparecendo veiculadas nos jornais deste país, pelo fato de serem emergentes. A fronteira divisória entre as diferentes competências atualmente não permite uma definição rigorosa, até mesmo pelo fato dessas atividades com informação estarem permeando todas as instâncias da vida em sociedade, exigindo talvez uma nova fonte de legitimação. Porém, determinadas e específicas funções são e deverão continuar sendo competência de profissionais aptos e tecnicamente preparados e escolarizados para tal fim.

De acordo com os dados, os Profissionais de Informação ainda representam uma minoria no mercado e sua estabilidade se manteve neste patamar em relação às demais categorias, com pequenas flutuações. Provavelmente tais resultados são reflexos do descaso do setor público e das demais organizações econômicas, políticas e sociais em relação à organização e implementação de políticas e iniciativas para controlar a criação e distribuição da informação e seu respectivo aparato tecnológico.

Porém, se analisada a evolução de ofertas e de vagas dentro do próprio setor de informação, observa-se uma significativa variação onde o aumento progressivo é significativo. Assim, na proporção que cresce internamente este setor as outras categorias, ao longo dos anos, apresentaram um ligeiro decréscimo.

CONCLUSÕES FINAIS

Em um processo de mutação social como o que parece estar sendo vivenciado hoje, é muito difícil ter uma conceituação clara

que dê conta dos fenômenos sociais, científicos, políticos, econômicos e filosóficos que estão surgindo. De forma que, abordar uma temática deste teor é um desafio muito grande, pois implica em questionar uma mudança que está em curso, ainda em processo.

Este estudo partiu de um esforço em assumir uma postura crítica diante de expressões como Sociedade de Informações, Sociedade do Conhecimento ou a não menos conhecida expressão Sociedade Pós-Industrial ou Sociedade dos Serviços.

Essas expressões bem traduziriam a época atual se elas não estivessem acompanhadas de um certo véu encobridor das diferenças das classes sociais agora traduzidas por classes de especialistas. Nada haveria a objetar diante de tais expressões, se elas não andassem de mãos dadas com a compreensão de que, nessa sociedade informacional, os salários são altos e os trabalhadores altamente qualificados.

Os altamente qualificados são minoria e a grande massa de trabalhadores ainda é de nível médio. Importa discutir essa qualificação/desqualificação como parte da lógica capitalista de final de século, onde mudam as estratégias de acumulação de riqueza mas não muda a lógica de acumulação. Desconsidera-se uma realidade presente e somente projeta-se um "futuro".

De fato, toda vez que o tema Sociedade de Informações é analisado na literatura, essa análise vem acompanhada de estudos sobre a força de trabalho e sua qualificação. O que foi feito neste estudo foi acrescentar a desqualificação no par qualificação/desqualificação; não para salientar a desqualificação mas para re (qualificar) a Sociedade de Informação, uma sociedade ainda contraditória, cuja disposição dos seus trabalhadores ainda configura uma pirâmide.

Assim, dentre as conclusões extraídas das análises realizadas podem ser relacionadas:

1. A estrutura da força de trabalho, na suposta ou emergente Sociedade de Informação, é piramidal. Suas principais características ainda correspondem às mesmas de uma sociedade capitalista moderna. Contraria-se, portanto, a idéia da composição da força de trabalho por numerosos trabalhadores altamente qualificados. A atual estrutura é composta por uma gama de trabalhadores, onde sua maior

expressividade quantitativa concentra-se em trabalhadores de nível médio na área de Finanças, Vendas e Administração, precedidas dos Assistentes e Auxiliares. Os enaltecidos trabalhos qualificados ou dos Gerentes e Diretores, representam o menor número de trabalhadores, e se localizam no topo da pirâmide. As profissões que apresentaram um crescimento da demanda por número de vagas durante os anos, são as categorias de Nível Médio, de Produção e Analistas. Localizam-se entre as maiores e menores categorias e são as que mais se movimentam dentro do mercado.

2. Os Trabalhadores do Conhecimento, uma denominação bastante elitista e elegida pelos Pós-industrialistas, são considerados qualificados, diversificados e especializados, como também, devem estar sob o comando e direção das organizações e instituições da sociedade de informação. Os inúmeros e honrosos adjetivos dirigidos aos novos trabalhadores da Sociedade de Informação não se restringem a determinadas funções ou trabalhadores mas abrangem todos os trabalhadores que desempenhem de todos os tipos de funções. Além do que é sabido que a discriminação e diferenças entre postos e profissionais tendem a se manter. Os dados não parecem apoiar a perspectiva de que isto está passando por profunda transformação.

Há de se reconhecer que a qualificação da força de trabalho tem se diferenciado através dos anos, pela escolarização, capacitação e, principalmente, pelo desenvolvimento de aptidões coerentes à necessidade de saber lidar com as tecnologias emergentes. Esta qualificação corresponde à atual flexibilização do trabalho, advinda da introdução da automação nos processos de trabalho e obriga qualquer trabalhador a se manter, no mínimo, atualizado face às velozes e diárias mudanças tecnológicas. Parece, portanto, consequência natural da modernização e complexização do trabalho, como também é originada das exigências impostas e necessárias para atender aos propósitos do processo acumulativo do capital. Entretanto, não são todos os trabalhadores que tem no seu conteúdo características modernas e complexas. Os processos de inovações têm caráter restritivo e heterogêneo. Somente de poucos trabalhadores é exigido o perfil de qualificado, enquanto que um grande número de trabalhadores responsáveis pela execução de funções mais simples no uso das novas tecnologias, como por exemplo, os digitadores, são considerados desqualificados.

Desta forma, a qualificação tem consistido em educar o suficiente para específicos trabalhos, ou seja, capacitar de acordo com a necessidade de realização de determinado trabalho. Mas qual o "quantum" de educação necessária que a sociedade de informação solicita, exige e oferece aos trabalhadores produtivos para se tornarem trabalhadores do conhecimento? Qual o conteúdo desta capacidade de trabalho? Talvez não baste uma maior e melhor educação, um desenvolvimento da capacidade de abstração ou do conhecimento polivalente. Se "o capital continuar se constituindo no sujeito definidor dessas capacidades...continuará, todavia, uma formação seletiva, fragmentária, pragmatista e produtivista" (Frigotto, 1992: 51). Por mais que os processos educacionais se esforcem para acompanhar estas transformações, é preciso que haja mudanças nas relações de trabalho e nas condições sociais. Enfim, esses Trabalhadores do Conhecimento, conforme os resultados, ainda não constituem a maioria na composição da força de trabalho e seus atributos qualificadores estão sendo pouco solicitados, em relação aos demais trabalhadores, mais especificamente os dos Serviços, para os quais há uma maior demanda e cujas características qualificadoras não correspondem rigorosamente as do Trabalhadores do Conhecimento.

3. O setor da informação, caracterizado neste estudo pelos profissionais Bibliotecários, Jornalistas e Programadores, teve sua maior representatividade através do Programador. Seu crescimento foi significativo. A suposta utilização das novas tecnologias de informação entre os profissionais Jornalista e Bibliotecários parece não ter significado substanciais alterações no número de vagas e ofertas no mercado, apesar de seu crescimento.

Os profissionais selecionados para compreender este setor são profissionais de Nível Superior (Bibliotecário e Jornalista) e profissionais de Nível Médio (Programador), sendo considerados qualificados para exercerem suas funções. Assim, mesmo com o incremento das atividades informacionais, pode-se afirmar que nem todos os profissionais deste setor exercem atividades que demandem Nível Superior. Mostafa & Pacheco (1994) demonstraram em pesquisa recente que para atividades como registro, arquivo, cadastro, a exigência qualificadora é menor. Portanto, esta distribuição da força de trabalho em diferentes níveis sugere o fortalecimento das

discordâncias dos postulados da sociedade de informação ao generalizar tipos e qualidade de trabalhos.

4. A concepção de uma nova formação, bem como de novas demandas qualificadoras, quando confrontadas com a formação específica de cada profissional analisado, no caso o Bibliotecário, o Jornalista, o Programador e Advogado, descrevem um interessante quadro na evolução das ofertas no mercado de trabalho desses profissionais. Com exceção do Programador a inconsistência quantitativa de vagas e ofertas entre eles sugere a ausência de uma disputa por espaços mais significativos. É de se questionar, então, que talvez não seja a exigência qualificadora a única responsável pelas mudanças e transformações no emprego e no perfil da mão-de-obra; muitas vezes, deve se levar em conta as políticas de desenvolvimento empresariais, as formas de utilização das novas tecnologias e a necessidade das instituições responsáveis pela formação desses profissionais assumirem o processo das modificações das novas relações de trabalho. A diferença numérica de vagas atribuídas ao Programador pode sugerir a existência de uma qualificação diferenciada e uma nova segmentação da força de trabalho. Inclusive, observa-se que as políticas de investimentos para a educação tecnológica têm sido direcionadas somente para específicos setores e áreas, entre essas, as da engenharia, o que provavelmente vem a reforçar e justificar esta segmentação.

5. O setor de informação, mesmo representado aqui por apenas três tipos de profissionais, cresceu ao longo dos anos.

Ultimamente, muitos são os profissionais que manipulam informação, e, dentre estes, alguns estão sendo reconhecidos como Profissionais de Informação. Exercem atividades semelhantes em diferentes contextos (ambientes). O estágio de desenvolvimento tecnológico brasileiro ainda não tem solicitado determinados tipos de profissionais que estão frequentemente sendo procurados e veiculados em jornais de Primeiro Mundo. Geralmente são profissões que expandiram seu campo de trabalho, adquiriram novas habilidades e manipulam as modernas tecnologias de informação. Diante do restrito universo dos Profissionais de Informação investigados, a representatividade do setor informacional ficou muito pequena em relação às demais profissões/categorias.

ABSTRACT

It has examined the relation between the professional qualification and the labor market in the context of the phenomenon of the Information Society. The analysis of the daily newspaper Folha de São Paulo during the years 1992 to 1994 showed that knowledge workers, as the 'new' workers are considered, comprehend a small portion of the market. The market is formed, in its large majority, by middle level professionals whose characteristics are different from the ones described by the experts of these emerging societies, said to be of information.

Keywords: Information emergent market; Information society; Knowledge workers; Information professionals in Brazil; Labor force in São Paulo State; Job supply in metropolitan São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, A. A. **A questão da informação.** São Paulo em Perspectiva: São Paulo, v. 8, n. 4, out./dez., 1994.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial.** São Paulo: Cultrix, 1973.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria da Mão-de-obra. **Configuração Parcial da força de trabalho: uma visão dos grandes grupos 3 e 8 da CBO, conforme dados da RAIS - 1981-1983.** Brasília, 1985. (Estudos e pesquisas, 3).
- CARVALHO, Ruy de Quadros. **Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho do terceiro?** Campinas: Instituto de Geociências-Unicamp, 1992. (Textos para discussão, n.12).
- CIANCONI, R. B. Gerência da informação: mudanças nos perfis profissionais. Brasília, **Ci. Inf.**, v. 20, n. 2, p. 204-208, jul/dez., 1991.
- CRONIN, B., STIFFLER, M., DAY, D. The emergent market for information professionals: educational opportunities and implications. **Library Trends** (FALL), v. 42, n.2, p. 257-76, 1993.

- DRUCKER, Petter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FRIGOTTO, G. As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação profissional? In: **Trabalho e educação**. Campinas: Papirus, 1992. p.45-52.
- IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1990.
- KLING, Rob. More information, better jobs?: occupation stratification and labor-market segmentation in the United States' information labor force. **The information society**, UK, v. 7, n. 2, p. 77-107, June, 1990.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MALIN, Ana B. Economia e política de informação: novas visões da história. **São Paulo em Perspectiva**: São Paulo, v.8, n.4, p: 9-18, 1994.
- MARCHIORI, Patrícia. **A posição relativa dos profissionais de biblioteconomia, jornalismo e informática no campo de atividades de informação no município de Curitiba: análise da formação acadêmica na U.F.P. em conjunto com indicadores sociológicos**. Rio de Janeiro: IBICT, 1992. (Dissertação de mestrado).
- MOSTAFA, S. P. Pós-Doutorado: uma trajetória de leitura, 1991, Londres. **Transinformação**, Campinas, v.3, n.1/3, jan/dez, 1991.
- _____, Pacheco, M. **O mercado emergente de informação**. 1994. (Projeto de pesquisa CNPq).
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro na sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- PINTO, M.R. Pessoas inteligentes trabalhando com máquinas ou máquinas inteligentes substituindo o trabalho. In: **Trabalho e educação**. Campinas: Papirus, 1992.

- PORAT, M. UR: The public bureaucracies. In: HORTON, F.W., MARCHAND, D.A. **Information management in Public administration**. Arlington, Virginia, Information Resources Press, 1987. p. 16-27.
- VIEIRA, A.S. Desenvolvimento de um novo profissional para um novo tempo. Belo Horizonte, **Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v. 22, n. 1, p. 111-113, jan/jun, 1993.
- VITRO, R.A. Para uma economia do desenvolvimento baseada em conhecimento. Belo Horizonte, **Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v. 22, n.1, p. 9-37, jan/jun., 1993.
- XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. Modernidade, indústria e trabalho no Brasil: evidências e desafios. **Indicadores econômicos FEE**: Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 212-226, 1992.

CARREIRA DO FUTURO OU O FUTURO DA CARREIRA*

Rosa Maria Villares de Souza BERTO

RESUMO

Discute a carreira profissional do bibliotecário associada a assuntos como planejamento estratégico, mercado de trabalho, mudanças curriculares e de paradigmas.

Palavras-chave: Desenvolvimento de carreira; Carreira profissional; Mercado de trabalho; Profissional da informação; Carreira do bibliotecário; Carreiras emergentes de informação.

Desenvolvimento profissional e de carreira são programas ou ações complementares que compartilham significados e finalidades. Deste modo e, segundo CORNISH (1988: 5), "milhares de trabalhadores estão vivenciando um "choque" em suas carreiras profissionais pois as ocupações e os processos de trabalhos estão se transformando radicalmente".

Os profissionais especializados estão modificando sua maneira de sentir, pensar e agir com relação às suas carreiras. Não almejam, apenas e tão somente, alcançar posições de destaque na

(*) Trabalho extraído da Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUCCAMP - BERTO, R. M. V. S. Planejamento e desenvolvimento de carreira em Biblioteconomia: percepção de bibliotecários paulistas. Campinas, 1995. 194p., sob a orientação da Profª Drª Geraldina Porto Witter.

hierarquia organizacional, objeto de desejo e luta dos "carreiristas convictos". As preocupações profissionais de indivíduos denominados "new careerists" (DEER, citado por SINETAR, 1988: 14), estão, agora, centradas na valorização e conquista de melhorias no estilo e na qualidade de vida pessoal e profissional, na obtenção de maior liberdade de criação e autonomia individual no trabalho, na segurança emanada da função (não necessariamente do poder formal associado aos cargos), em maiores possibilidades de atualização buscadas por si próprios, no desenvolvimento de espírito empreendedor e na busca por desafios e realizações (SINETAR, 1988).

Uma das maiores áreas para as carreiras emergentes é a da indústria da informação. De acordo com FEINGOLD (1988: 18), "55% dos profissionais norte-americanos estão ligados à indústria da informação" e, segundo o Autor, "no ano 2000, 80% da força de trabalho concentrar-se-á nesta área".

As carreiras emergentes na indústria da informação estarão relacionadas à operação de sistemas de informação, ao gerenciamento da informação, aos projetos de sistemas de informação, ao ensino e à pesquisa na área, à consultoria e à comercialização de produtos e serviços de informação. Os títulos ou denominações ocupacionais relativas à área serão, provavelmente, agente de informação/information broker e cientista pesquisador da informação/information research scientist (FEINGOLD, 1988: 20).

A integração e a interação dos bibliotecários com profissionais e disciplinas de outras áreas são, no momento, parte dos requisitos necessários e fundamentais ao acompanhamento das modificações tecnológicas, paradigmáticas e instrumentais na área de informação, de maneira a capacitarem-se e a identificarem-se como profissionais de informação inseridos em equipes multidisciplinares (ARAÚJO, 1986; ROBREDO, 1986; MUELLER, 1989).

É importante que se vislumbre a ocupação de novos espaços de atuação profissional, através da diversificação na formação, na especialização (bibliotecário curador, educador, analista de informação, gerente) integrados em uma classe mais ampla, denominada "profissões da informação", como sugere MUELLER (1989, p. 182).

Profissionais da informação, exigências do mercado, novos tempos, formações diversificadas, inserção em realidades e contextos organizacionais estratégicos, ensejam um conjunto de preocupações associados aos conceitos básicos do fluxo da informação, a partir do paradigma sistêmico, fazendo-se necessária a integração de recursos, linguagens, padrões e classificação de ocupações. Porém, pode-se levar em consideração que as "ocupações individuais, dentro do campo da informação são, até certo ponto, únicas e podem resistir a um alto grau de padronização" (MOTTA, 1994).

A modernização de papéis e funções nas profissões de informação (SLATER, 1984, KOREN, 1991) suscitam a premência de avaliação, alteração, atualização e unificação de competências do bibliotecário, para que se amplie o elenco de atividades onde possa atuar sem "fugir" de sua área de formação e competência iniciais, como que reconhecendo a "falência" da profissão.

Um melhor e mais profundo entendimento do campo de atividades de informação (MARCHIORI, 1994) colocaria o bibliotecário frente à outras condições, intenções e perspectivas de trabalho e de aplicação de sua capacitação profissional, expandindo-lhe e redefinindo-lhe as possibilidades de luta e de posse pelo poder simbólico, que garante às profissões lugares de destaque ou lugares secundários no curso das carreiras profissionais.

Segundo ROSENER (1992), as tendências e as efetivas mudanças ocorridas nas organizações, são propícias ao desenvolvimento de estilos de liderança femininos, a chamada "liderança interativa" (encorajamento à participação e à divisão do poder), assim como beneficiam a entrada de jovens profissionais no mercado, favorecendo o desenvolvimento de estilos de liderança transparentes e/ou aderentes aos estilos gerenciais das empresas.

Um outro aspecto da implementação de carreiras nas organizações dar-se-ia através de acompanhamento sistemático e especializado dos profissionais, pela utilização de tutoria e tutores. A tutoria é uma técnica socialização de indivíduos utilizada no desenvolvimento de líderes empresariais e que está sendo aplicada na orientação de carreiras profissionais.

HUNT e MICHAEL (1983), sugerem que mulheres que ingressem em carreiras predominantemente masculinas tenham tutores homens, assim como os homens que estejam em profissões tipicamente femininas, sejam tutorados por mulheres. Desta forma, a incrementação da profissão de bibliotecário poderia acontecer através de tutoria (McNEER, 1988). Uma de suas pesquisas, com bibliotecários-chefes, mostrou que os mais bem sucedidos profissionalmente contaram com o apoio de tutores .

As organizações democráticas são organismos mais propícios à introdução, ao desenvolvimento e à aceitação de programas de tutoria.

É importante a escolha de mentores ou tutores cujo nível de poder ou influência seja grande o suficiente para que se possa aprender com eles a utilizar, adequadamente, o poder. Esta possibilidade também está presente nas estratégias e nas formas de inserção entre os gatekeepers e no estilo ou maneira de trabalhar e apresentar as informações. "Informação pode significar poder mas, em definitivo, o controle, a transformação e o gerenciamento de informações se colocam como formas mais efetivas e emergentes de poder" (NORTON, 1990: 121).

O aconselhamento de carreira pode ocorrer por ocasião da escolha de cursos de graduação e pode ser conjugado aos testes vocacionais. Outros momentos de atuação do conselheiro de carreira podem ocorrer ao final da graduação ou em estágios mais avançados da carreira, quando o profissional já esteja atuando no mercado de trabalho e deseje reorientação sobre a mesma.

Os locais mais adequados à instalação e funcionamento de Centros de Aconselhamento de Carreira são as universidades e os seus departamentos específicos (SLATER, 1986; WYANT, 1975). WYANT, nos idos tempos de 1975, colocou que seria interessante a formação de uma rede de informação sobre carreira que envolvesse e sensibilizasse os indivíduos (por boletins, cartas, rádio amador).

A utilização de serviços e ferramentas disponíveis nas infovias nacionais e internacionais de comunicação de dados, do tipo BBS, INTERNET, BITNET, apresentam-se como agentes propícios à viabilização das redes de comunicação entre bibliotecários.

Nos Estados Unidos e Europa, são comuns os centros de aconselhamento e acompanhamento de carreira. Há uma vasta bibliografia sobre o assunto e uma área ou linha de pesquisa igualmente vasta, a ser explorada.

As carreiras alternativas representam um filão a ser explorado no mercado de trabalho do bibliotecário, porém há que se ter cuidado em identificar e combater as especulações acerca da profissão que, tacitamente, pode ser tratada como decadente e fadada ao desaparecimento (SLATER, 1984).

As possibilidades do bibliotecário ingressar e se estabelecer, em novas fatias de mercado, estão diretamente relacionadas à sua bagagem profissional, experiências e trabalhos realizados. Neste contexto, os profissionais de bibliotecas públicas têm menos chances de inserção e sucesso que seus colegas de bibliotecas especializadas e centros de documentação. Estes, por sua vez, estão em desvantagem, se comparados aos profissionais de informação (information workers), identificados por SLATER (1984), cuja trajetória de carreira poderia ser mais arrojada, em termos de realizações profissionais, e com maiores possibilidades de colocar-se em carreiras do tipo "espiral". A seriedade e a competência também são elementos de sustentação nesta empreitada.

A perspectiva de trabalho para os bibliotecários autônomos está sendo ampliada (SOUZA, 1992 e 1994) como pode ser identificado também na pesquisa de BERTO (1995). Sabe-se que os perfis dos profissionais autônomos são um tanto diferentes dos assalariados, no que tange às características psicológicas e técnicas, experiências e especialidades. É importante a realização de pesquisas com bibliotecários autônomos para se conhecer quais os níveis ou graus de sua atuação no mercado de trabalho:

- se são autônomos por opção ou por condição, por exemplo, se estão fazendo "carreira" ou se executam trabalhos temporários até que encontrem um emprego fixo;
- que nível de atuação empreendem: operacionalização de serviços, consultoria, assessoria, intermediação de serviços de terceiros e

- se trabalham sozinhos ou são contratados por firmas de prestação de serviços em Biblioteconomia, documentação e informação.

A atuação profissional em missões e carreiras alternativas de informação é praticada, no Brasil, segundo a literatura, há cerca de duas décadas. Em 1975, os salários, locais e tipos de trabalho e missão, assim como os conhecimentos requeridos pelos autônomos, não diferiam muito dos assalariados. Entretanto, a peculiaridade estava no perfil psicológico dos primeiros: demonstravam-se empreendedores, seguros e propensos a realizações, sem os cerceamentos ou a dependência de chefias (ROMANELLI, 1985, p.110). A Autora (p.69) elaborou considerações acerca do trabalho do bibliotecário autônomo e reuniu dados referentes a uma pesquisa de serviços e preços praticados na época. SOUZA (1987) e MUELLER (1989) fizeram listas dos possíveis trabalhos a serem realizados por bibliotecários autônomos.

BOWES (1991) esclarece ser de muito bom alvitre que os bibliotecários façam reflexões acerca dos vários cenários e possibilidades de atuação profissional adotando, sistematicamente, atitudes pessoais criativas, inicialmente, a nível mental, para exercitar sua capacidade de tempo de respostas às mudanças. Assim, é possível pensar, por exemplo, em perspectivas reais de carreiras alternativas, ou mesmo como exercícios de condicionamento para serem mais receptivos ao meio ambiente.

Ao se falar em mercados e carreiras alternativos, globalização da informação, inovações tecnológicas, novos esquemas e funções ocupacionais, deve-se pensar na adequada preparação para enfrentá-los, através da capacitação técnica e pessoal. O planejamento de atividades desta natureza e a preparação do caminho por entre todos os caminhos e as oportunidades que se apresentam, só poderão ser alcançados se os profissionais forem capazes de identificá-las e aceitá-las como um desafio, para o qual devem saber e conhecer muito bem a extensão e profundidade de sua condição de enfrentamento.

Sobre mercado de trabalho, foi possível recuperar vários trabalhos técnicos (ALMEIDA JUNIOR, 1985; ROMANELLI, 1985;

SOUZA, 1987; MUELLER, 1989; BARRETO, 1990; TÁLAMO, 1993; SOUZA, 1992a e 1994), uma vez que a pesquisa de BERTO (1995) apontou dificuldades, por parte dos profissionais, com relação ao mesmo. Nos questionários analisados, as colocações sobre o assunto foram genéricas e, assim, os textos recuperados deram aporte aos comentários e citações sobre o assunto aqui tratado.

A ausência de planos ou planejamento estratégico nas empresas, se apresentam, muitas vezes, como restrição aos propósitos de seguir o pensamento e a prática proativas. Porém, o profissional há que arranjar uma forma cotidiana de contemplar a filosofia do planejamento estratégico.

Ainda de acordo com pesquisa de BERTO (1995), sobre planejamento de carreira, verificou-se que os profissionais com menos tempo de graduação, pertencentes à amostra, demonstraram possuir mais confiança e esperança frente ao seu presente e futuro profissionais, o que é esperado e bom. Mas, necessitam clareza de objetivos e a visão de realidade proporcionada, via de regra, pela experiência dos vários anos de exercício profissional. Por sua vez, os bibliotecários mais experientes carecem de maior ousadia, segurança e objetividade frente às questões profissionais. É necessária orientação e capacitação para o planejamento da carreira. Mudanças comportamentais e redirecionamentos na trajetória profissional são imprescindíveis à melhoria do quadro obtido, a partir, dos fatos e dados aqui relatados.

Segundo os questionários analisados, os sujeitos que não estão trabalhando na área têm, via de regra, clareza e percepção de suas realidades profissionais e, até mesmo, opinam sobre a Biblioteconomia, com mais discernimento do que muitos de seus colegas em exercício profissional. Isto pode estar acontecendo em decorrência de possuírem formação específica na área mas desfrutarem de um distanciamento profissional que permite uma visão crítica.

A maioria dos sujeitos concorda que a responsabilidade pelo planejamento e progresso na carreira é tanto do profissional, como das organizações a que estão vinculados e dos órgãos de classe

que os representam, fato confirmado pela pesquisa em dois momentos: em questão fechada e nas sugestões. Representa indício de maturidade dos profissionais mas são necessárias intervenções efetivas e incisivas que as mudanças requeridas se estabeleçam.

Os sujeitos apontaram o desconhecimento da profissão pela sociedade e sugeriram o desenvolvimento de programas e estratégias de divulgação da mesma. Estes programas devem ser bem planejados pois visarão, ao mesmo tempo, modificar e divulgar uma nova imagem. É preciso, apagar, gradativamente, a imagem distorcida vigente, substituindo-a por uma que seja adequada à realidade da profissão, dos profissionais e também às expectativas da sociedade.

Segundo GUIMARÃES e GUAREZZI (1994: 33), a garantia e o aprimoramento da profissão devem acontecer por obra e graça do próprio bibliotecário, o elemento vivo a encetar as mudanças e o detentor principal do compromisso político e social da profissão.

Os bibliotecários estão, deveras, incomodados e insatisfeitos com os seus salários, com as suas carreiras, com os órgãos de classe que os representam, com a discriminação que sofrem, com o pouco prestígio social que desfrutam, com as dificuldades de reciclagem e com as falhas na formação profissional (BERTO, 1995). É preciso atuar para alterar e superar as variáveis que geram tais insatisfações. Os profissionais precisam assumir a total responsabilidade pelo destino de suas carreiras, atuando e pressionando, positivamente, em todas as instâncias relacionadas com o seu trabalho e carreira.

Para DAVIES (1991), os três maiores fatores que propiciam as mudanças são os avanços tecnológicos, as pessoas e o espírito ou sentido de competição. Assim, é preciso apelar para todos eles.

No entanto, são poucos os que têm a coragem ou a consciência da auto-crítica, observando o quase nada ou o muito pouco que cada bibliotecário, em sua maioria, tem feito, até agora. Isto precisa ser mudado.

É decisivo que o bibliotecário se habilite para uma atuação mais flexível e condizente com as necessidades do mercado e que

consiga estabelecer um domínio maior sobre estas questões, de forma a promover análises de sua conjuntura e a elaboração de propostas concretas e factíveis à atuação profissional. Isto também implica na modificação efetiva dos enfoques curriculares, na expansão e adequação dos programas de educação permanente e dos cursos de pós-graduação e, finalmente, na participação efetiva junto aos órgãos representativos da classe profissional.

O distanciamento profissional da classe (SOUZA, 1991; TAVARES, BIELINSKI e BONETTO, 1987) faz com que o compromisso político-social seja pouco entendido. "É por meio de seu trabalho, da visão que tem de si mesmo, de sua identidade social e de categoria, que o agente reconhece o mundo tal como ele é, e que lhe dá o sentido da posição a marcar, sustentar respeitar e fazer respeitar" (MARCHIORI, 1994: 542).

É importante que as mulheres bibliotecárias lutem para garantir o espaço e o respeito social relativos ao trabalho e à carreira que desenvolvem, podendo abordá-lo através da perspectiva e do encaminhamento femininos, delicados porém firmes, não deixando de observar, considerar e incluir, nesta bandeira, variáveis como a sua condição de pessoa, mulher, mãe, cidadã, profissional, empregada, associada, sindicalizada e comprometida com o seu tempo e a sua vida.

Porque não se pensar e propor carreiras que possam conciliar as questões familiares e profissionais dimensionadas de forma a integrar essas peculiaridades, através da criação de empregos com menos horas semanais de trabalho, que valorizem a flexibilidade, a responsabilidade, a competência e a qualidade. A experiência mostra que a produtividade não é decorrência direta do número de horas que um funcionário permanece na organização. É possível identificar lugares ou ocasiões em que foram necessários muitas horas ou dias de trabalho na produção de algo singular ou mesmo banal. Também é possível considerar as possibilidades de se trabalhar em casa, através das facilidades das redes de comunicação eletrônicas.

Todo esforço possível deve ser imprimido e direcionado à utilização de estratégias recomendadas e descritas na literatura técnica, como favoráveis ao desenvolvimento de carreira: análise

realista do potencial e das intenções, vontade com relação à carreira, elaboração de planos pessoais de carreira, inserção nas estruturas informais da empresa - mecanismos poderosos de informação e pressão - educação continuada e atuação nos órgãos representativos da classe. Saber adequar-se ao tempo e ao espaço, através do enfrentamento da realidade social e pessoal, integrando-as e utilizando-as como ponto de partida e referência favorável à própria realização.

São poucos os trabalhos nacionais que enfocam, especificamente, a carreira profissional associada a assuntos, como planejamento estratégico, mercado de trabalho, mudanças curriculares, perfil profissional, profissionalização, mudanças estruturais e paradigmáticas na Biblioteconomia e na sociedade pós-moderna.

A condição feminina na Biblioteconomia é tratada, em alguns textos, de forma meramente descritiva o que parece, muitas vezes, reforçar os preconceitos e a aceitação do "status quo" da profissão. Outros estudos balizam a condição feminina como o ponto de partida para o conhecimento e a modificação da realidade. Não há porque se negar nem como negar esta realidade (DRAZIM, AUSTER, 1987). O importante é saber se, o fato em si, é mesmo tão negativo e pernicioso como é colocado e que estratégias podem ser adotadas para sua melhoria.

É necessário que as escolas de graduação apresentem propostas que culminem num comprometimento do profissional com a realidade em que vive e atua (BREGMA e RODRIGUES, 1994: 404). Novas estratégias de implementação da carreira devem ser adotadas desde a graduação, de forma a serem incorporadas às atitudes e hábitos profissionais dos bibliotecários e das pessoas, em geral. Desta forma, é possível vislumbrar um nicho de poder e sustentação da categoria, pela consideração do trinômio: aconselhamento de carreira, tutoria e redes de informação profissional.

As associações de classe devem ser, também, parte integrante desta "cruzada", através da criação de centros de aconselhamento de carreira, formação de grupos de trabalho e pesquisa voltados para esta problemática e a formação ou reedição

de comissões de valorização profissional, marketing pessoal e da profissão, imagem profissional, entre outros.

A reflexão sobre as diferentes facetas da nossa própria vida é complexa, excitante e, por vezes, até dolorosa. São tantas as "variáveis" que concorrem e recorrem neste cenário que é preciso audácia, perspicácia, coragem, criatividade, humildade, liberdade e esperança no seu enfrentamento.

A chave do sucesso em qualquer área ou instância da atividade humana está, decisivamente, atrelado à efetividade do planejamento, avaliações e treinamento, apesar da colocação pouco ortodoxa, mas significativa, de McNEER (1988), de que o sucesso é uma combinação de talento, habilidade e sorte

ABSTRACT

Career development of librarian is discussed within an informational spectrum of information professionals; international researchers as well as a recent research conducted by the author herself are discussed.

Keywords: Career development; Professional career; Information professionals; Librarian career; Emergent careers in information field.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.18, n.1/2, p. 62-77, jun. 1985.
- ANTWI, I. K. Status of librarians in Ghanian universities. **Aslib Proceedings**, v. 45, n. 9, p. 242-246, Sep. 1993.
- ARTHUR, M. B. Career development and participation at work: time for machting? **Human Resource Management**, v. 27, n. 2, p.1981-1999, 1988.
- ARTHUR, M. B., LAWRENCE, B. S. Perspectives on environment and career: an introduction. **Journal of Occupational Behaviour**, v. 5, n.1, p. 1-8, 1984.

- ARAÚJO, V. M. H. R. Papel do profissional da informação em uma sociedade em mudança. **Ciência da Informação**, v. 15, n.1. p.11-14, jan./jun. 1986.
- BARRETO, A. A. A formação de recursos humanos para otimizar a indústria de conhecimento no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 113-116, jul./dez. 1990.
- BOWES, R. Expanding the information horizon: alternative careers for information professionals. **Aslib Proceedings**, v. 43, n. 9, p. 271-275, Sep. 1991.
- CORNISH, E., ed. **Careers tomorrow: the outlook for work in a changing world**. Bethesda: World Future Society, 1988. 159p.
- DAVIES, J.E. Professional development and the Institute of Information Scientists. **Journal of Information Science**, v.16, n.6, p.369-379, 1990.
- DRAZIN, R., AUSTER, E.R. Wage differences between men and women: performance appraisal ratings us salary allocation as the locus of bias. **Human Resource Management**, v. 26, n. 2, p.157-168, 1987.
- FEINGOLD, S.N. Emerging careers: occupations for post-industrial society. In: CORNISH, E., ed. **Careers tomorrow: the outlook for work in a changing world**. Bethesda: World Future Society, 1988. p.17-14.
- GUIMARÃES, J.A.C. Divulgação profissional em Biblioteconomia: um compromisso político-pedagógico com a informação e com a categoria. In: BIBLOS 2000. Belo Horizonte, 1994. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 1994. p. 380-394.
- HUNT, D.M., MICHAEL, C. Mentorship: a career training and development tool. **Journal of Library Administration**, v. 5, n.1, p. 77-95, 1984.
- KOREN, J. Towards an appropriate image for the information professional: an international comparison. **Libri**, v. 41, n. 3, p.170-182, 1991.

- MARCHIORI, P.Z. Profissionais de informação: alguns conceitos de Pierre Bourdieu aplicáveis à possível existência/dinâmica de um campo de atividades de informação. In: BIBLOS 2000. Belo Horizonte, 1994. **Anais....**Belo Horizonte: UFMG, 1994. p.534-548.
- MCNEER, E.J. The mentoring influence in the careers of women ARL directors. **Journal of Library Administration**, v. 9, n.2, p.23-33, 1988.
- MOTTA, M.E.F. **Os profissionais da informação, funções e títulos**. Brasília: Thesaurus, 1994. 27p.
- MUELLER, S.P.M. Reflexões sobre a formação profissional para Biblioteconomia e sua relação com as demais profissões da informação. **Transinformação**, v.1, n.2, p.175-185, maio/ago. 1989.
- NORTON, N. P. Power to the information professionals. **Special Libraries**, v. 81, n. 2, p.119-125, 1990.
- ROBREDO, J. Informação e transformação, reflexões sobre o futuro da biblioteca. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.14, n.1, p. 51-70, jan./jun. 1986.
- ROMANELLI, N. L. C. Mercado de trabalho - formal e alternativo - do bibliotecário brasileiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 3/4, p. 54-82, dez. 1985.
- ROSENER, J. B. Ways women lead. In: GABARRO, J.J. **Managing and leading in organizations**. Boston: Harvard Business School, 1992.
- SINETAR, M. The actualized worker. In: CORNISH, E., ed. **Careers tomorrow: the outlook for work in a changing world**. Bethesda: World Future Society, 1988. p.12-16.
- SLATER, M. Alternative careers for library-information workers. **Aslib Proceedings**, v. 36, n. 6, p. 277-286, Jun. 1984.
- _____. **Careers guidance and library/information work**. London: The British Library, 1986. (Library and Information Research Report, 48)

- SOUZA, F. C. A construção escolar do bibliotecário brasileiro: ontem, hoje, amanhã. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 2, p.181-190, jul./dez. 1991.
- SOUZA, M. A. **Análise do mercado de trabalho do bibliotecário no interior do Estado de São Paulo**. Campinas, 1992. 90p. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).
- _____. **Bibliotecário: atuação no mercado de trabalho** cidade de São Paulo. Campinas, 1994. 117p. (Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas)
- SOUZA, S. **Dimensões atuais na Biblioteconomia no Brasil: um estudo através de suas tendências**. João Pessoa, 1987. (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Paraíba).
- TÁLAMO, M. F. G. M. Cursos de graduação profissionalizantes: formação e mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26, n.1/2, p. 64-71, jan./jun. 1993.
- TAVARES NETO, E. J., BIELINSKI, L., BONETTO, N. C. Democratização da informação. O que fazer educativo: a ação do bibliotecário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14., Recife, 1987. **Anais...** Recife, 1987. p. 771-787.
- WILDING, T. L. Career and staff development: a convergence. **College & Research Libraries News**, v. 50, n.10, p. 899-902, Nov. 1989.
- WYANT, J. F. Career planning programs: how librarians help. **Special Libraries**, v. 66,

PERFIL PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO DA CIDADE DE SÃO PAULO*

Marta Alves de SOUZA

RESUMO

Analisa o perfil profissional dos bibliotecários empregados na cidade de São Paulo em termos de sexo, origem da graduação, qualificação exigida no mercado, satisfação no trabalho e atividades exercidas pelo profissional.

Palavras-chave: Perfil profissional; Bibliotecário; Mercado de Trabalho; Atuação profissional.

No momento existe uma grande preocupação com mudanças que atinge a Biblioteconomia e a atuação dos profissionais; a sociedade está mudando e com isso muda também o mercado de trabalho. Numa abordagem materialista, poderíamos até inverter a ordem desses fatores e dizer que o mercado de trabalho está mudando e com isso muda também a sociedade. Pois o trabalho, na sua concepção ontológica, é bastante fundamental (por isso fundante) na relação social entre os homens.

Se mudanças estão ocorrendo na sociedade elas também acabam por acontecer no fazer bibliotecário. ROBREDO (1989: 23) afirma que os "americanos e europeus concordam sobre a importância dos estudos sobre mercado de trabalho para identificar as áreas de

(*) Parte da Diissertação de Mestrado, defendida no Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia/PUCCAMP, sob a orientação da Profa. Dr^a Geraldina Porto Witter.

maior demanda e definir melhor o perfil dos profissionais que irão preenchê-las".

Esta pesquisa analisa o perfil do bibliotecário na cidade de São Paulo. Se tivéssemos que resumir os seus resultados, teríamos o seguinte quadro: os profissionais amostrados são em sua maioria do **sexo feminino** e graduados pela Escola de Sociologia e Política. Após a graduação fizeram **cursos de curta duração**. Os salários recebidos ficaram entre **seis e dez salários** mínimos. A **experiência anterior** foi a maior exigência feita pelo empregador. O **conhecimento de informática** foi o mais apontado dentre os conhecimentos que faltavam para uma boa atuação profissional. Os bibliotecários de São Paulo estão satisfeitos com a **estabilidade de emprego** e entre as atividades desempenhadas constatou-se o predomínio de **atividades técnicas**.

Este perfil, traçado através de uma pesquisa que utiliza questionários, não é novidade para os planejadores da profissão, como os conselhos de classe, as associações profissionais e mesmo as Escolas de Biblioteconomia. Contudo, é sempre útil conferi-lo com pesquisas de campo. Tal foi a nossa intenção em SOUZA (1994).

METODOLOGIA

Foram enviados questionários a 800 bibliotecários sorteados de uma listagem fornecida pelo CRB-8, desses obteve-se o retorno de 234 questionários que correspondiam a 10% do total de bibliotecários atuando na cidade de São Paulo. Foi com estes questionários em mãos que a coleta de dados se deu. Detalhemos os principais pontos:

SEXO E SALÁRIO

A maioria dos bibliotecários da cidade de São Paulo é mulher (93, 46%) com salário que varia entre 6 e 10 mínimos (34, 43%) seguido de 10 mínimos (33, 96%), tendo sido encontrado também 3 e 6 mínimos (26, 42%) e menos que 3 (2, 3%).

Analisando-se trabalhos anteriores foi possível fazer algumas comparações com os dados aqui apresentados. No estudo de POLKE, ARAÚJO E CESARINO (1976) encontra-se a maioria recebendo entre três e seis salários mínimos da época; NASTRI (1988) encontrou que a maioria dos profissionais recebia mais de 10 mínimos e por fim SOUZA (1992) atesta um salário de 10 mínimos para a maioria dos bibliotecários pesquisados.

Quando se analisa a questão dos baixos salários do profissional bibliotecário a analogia com o sexo é quase natural. A mulher, apesar de avançar e adentrar no mercado de trabalho ainda apresenta uma situação de inferioridade em relação ao sexo masculino. Talvez resida aqui o conformismo com baixos salários mas esse quadro precisa mudar pois "não só a variável salário influencia no comportamento mas também no sentimento dos indivíduos" (FERNANDES, 1993: 58).

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA

Um número razoável de indicação para o item **experiência anterior** foi verificado (28, 69%), seguido de **língua estrangeira** - língua inglesa - (19, 30%), **titulação** (17, 96%) e **conhecimento de informática** (14, 75%) (tabela 1).

Tabela 1 - Exigências para o ingresso no emprego atual

EXIGÊNCIAS	TOTAL	
	F	%
Experiência anterior	107	28,69
Conhecimento de língua estrangeira	72	19,30
Conhecimento de informática	55	14,75
Titulação	67	17,96
Outro	37	9,92
Nenhuma	28	7,51
Branco	7	1,88
Total	373	

Esses dados mostram que a experiência anterior conta pontos no balcão de empregos. No trabalho realizado por SOUZA (1992) a experiência também aparece como principal exigência. Os empregadores valorizam a prática, o saber-fazer. É certo que os **estágios** (prática obrigatória) nas escolas tentam passar para os alunos a vivência profissional mas tal vivência fica ideologicamente comprometida pelos salários baixos dos estagiários, que após formados ainda permanecem na condição de estagiários ou mão de obra barata.

Na categoria **conhecimentos desejáveis** para o exercício profissional foram apontados: conhecimentos específicos, conhecimentos instrumentais, conhecimentos gerais e educação contínua. O grupo de conhecimentos mais citado foi o de conhecimentos instrumentais com 62,07% das respostas. A informática ficou com 25,52%, as áreas específicas de trabalho 14,83% e, inglês 12,76%.

Outro grupo muito citado foi o de atividades de educação contínua com 10,00% das indicações. Atualização, reciclagem e especialização, pós-graduação e contato com pessoas da área receberam atenção decrescente, nesta ordem, conforme mostra a tabela 2.

No grupo das instrumentais a **informática** desponta como área de maior necessidade; atualmente é inegável a penetração das novas tecnologias na sociedade quanto mais em ambientes tipicamente informacionais como é o caso dos sistemas de informação.

Se a informática já se tornou um saber horizontal para uma grande maioria de profissionais, o que não dizer para os bibliotecários? Hoje sistemas de multimídia, hipertexto, hipermídia, e videotexto são comuns no vocabulário dos bibliotecários mas é necessário que as Escolas de Biblioteconomia acompanhem esse progresso.

SATISFAÇÃO NO TRABALHO

No que diz respeito ao grau de satisfação em relação ao emprego atual a estabilidade de emprego foi o mais destacado. Uma

Tabela 2 - Conhecimentos necessários para o melhor desempenho das funções.

Tipos de conhecimentos	Conhecimentos	TOTAL	
		F	%
Específicos	Animação cultural	1	0,34
	Arquivística	1	0,34
	Indexação	5	1,72
	Marketing	2	0,69
	Planejamento, administração e organização	13	4,48
	Sub-total		22
Instrumentais	Áreas específicas de trabalho	43	14,83
	Informática	74	25,52
	Inglês	37	12,76
	Línguas	24	8,28
	Didática	2	0,69
	Sub-total		180
Gerais	Psicologia	3	1,03
	Cultura geral	2	1,17
	Outro curso universitário	10	5,85
	Sub-total		15
Educação continua	Atualização/aperfeiçoamento profissional	14	4,83
	Contato com pessoas da área	1	0,34
	Especialização	4	1,38
	Experiência profissional	2	0,69
	Reciclagem	5	1,72
	Treinamento em grupo	1	0,34
	Pós-graduação	2	0,69
	Sub-total		29
Não faltam conhecimentos		3	1,03
Em branco		41	14,14
Total		290	100,00

segunda variável apontada na figura 1 é o relacionamento pessoal no trabalho.

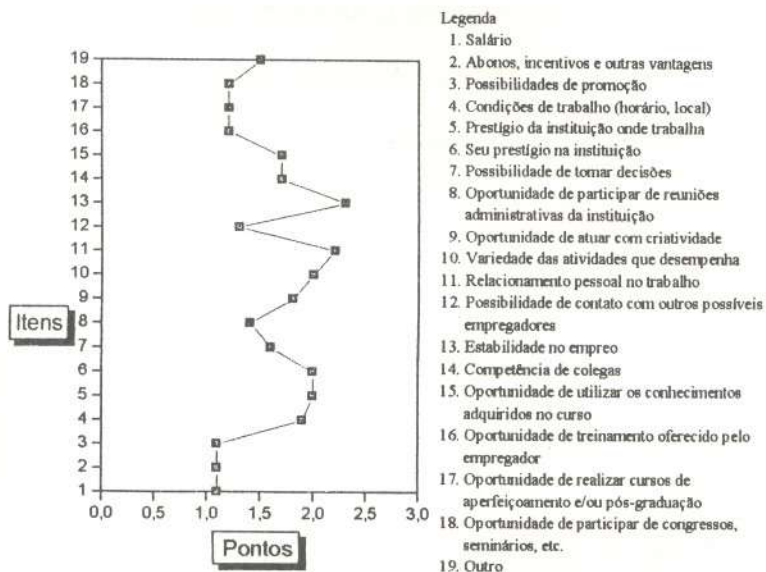


Figura 1- Grau de satisfação em relação ao emprego atual

A figura 1 foi composta pela pontuação média de cada informante na escala 0 = satisfeito; 1 = pouco satisfeito; 2 = satisfeito e 3 = muito satisfeito.

Desta forma, podemos observar na figura 1 que salário obteve pontuação 1,1; relacionamento pessoal no trabalho obteve 2,2; oportunidade de participar em congressos ou seminários obteve 1,2.

Na pesquisa realizada por SOUZA (1992) o relacionamento pessoal no trabalho foi o aspecto com que os informantes mais estavam satisfeitos. Em FERNANDES (1993) observou-se o mesmo dado, quando se tratou do relacionamento interpessoal no trabalho.

Isto evidencia que o item das relações humanas não é nada desprezível, merecendo análise a parte.

ATIVIDADES EXERCIDAS NO TRABALHO

Foram solicitadas as atividades exercidas no dia anterior. A variedade de atividades citadas permitiu agrupamento e posterior categorização em quatro grupos: administração, atendimento ao usuário, atividades técnicas e atividades técnico-científicas. Respostas como classificação, catalogação, indexação foram agrupadas no item atividades técnicas; respostas do tipo reunião, colocar correspondência em dia, contato com livreiros foram para o item administração; atendimento ao público, orientação de pesquisas escolares, atendimento a usuário ficaram com o item Atendimento ao usuário; resposta tipo orientação e revisão de artigo para publicação, elaboração de resenha ficaram como atividades técnico-científicas.

No geral, é possível verificar na Tabela 3 que as atividades técnicas foram as mais desempenhadas (53, 93%) seguidas por serviços administrativos (27,26%).

Tabela 3 - Atividades que "exerceu no dia de ontem"

ATIVIDADES	TOTAL	
	F	%
Administrativas	142	27,26
Atendimento ao usuário	64	12,28
Atividades técnicas	281	53,93
Atividades técnico-científica	34	6,53
Total	521	100,00

Vale lembrar outras autoras afirmando ser a profissão do bibliotecário de carácter "técnico-executiva" (POLKE, ARAÚJO E CESARINO, 1976). De fato, não vamos denegrir o lado técnico deste fazer até porque a técnica é fundamental mas lembrando sempre que

é preciso dotar os serviços bibliotecários de 'logos', isto é, de princípios científicos, de estudo, de teoria, de trabalho intelectual. Como em toda práxis, aliás. A expressão "técnico-executiva" usada pelas autoras de Minas parece dar esta dimensão mais tecnológica e não apenas técnica ao fazer bibliotecário. O mercado de trabalho atual está exigindo até dos 'executivos' uma postura mais criativa, segundo notícias dos dois lados do Atlântico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou mostrar o perfil dos bibliotecários atuando numa grande cidade como é a cidade de São Paulo. É tarefa complexa estudar perfil profissional e tarefa mais complexa ainda delinear este perfil. Muitas das constatações já são mais ou menos percebidas por toda a classe profissional, sejam os próprios bibliotecários em exercício, sejam os docentes ou intelectuais das Universidades, até porque esse quadro não é apenas o quadro de São Paulo. Uma limitação da pesquisa é que ela se restringe a sujeitos bibliotecários quando sabemos que já são muitos os profissionais da informação, bem como já são muitos os ambientes onde as habilidades bibliotecárias são exercidas que não as bibliotecas propriamente ditas. Isto ampliaria o quadro desses profissionais e ampliaria, por conseqüência, o perfil profissional a ser delineado. Contudo, os dados do **perfil do bibliotecário** estão aí e não podem ser ignorados, especialmente pelas Escolas de Biblioteconomia.

ABSTRACT

The majority of librarians in this sample is female, graduated mainly at Escola de Sociologia e Política. After graduation they took short term courses. Their earnings vary from six to ten minimum salaries. The previous experience was the major requirement presented by employers. A good command of informed systems was pointed out among the missing items concerning efficient professional performance.

Key-words: Professional profile; Librarians, Labor market; Professional performance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Eunice M. R. **O bibliotecário: automação e satisfação no trabalho.** Campinas, PUCCAMP, 1993. 88 p. (Dissertação em Biblioteconomia).
- NASTRI, Rosemeire Marino. **Formação e atuação dos egressos da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos: um estudo de avaliação (1959 - 1985).** Campinas, PUCCAMP, 1988. (Dissertação em Biblioteconomia)
- POLKE, Ana Maria Athayde, ARAÚJO, Elizabeth de melo Bomfim, CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Análise do mercado de trabalho do bibliotecário em Belo Horizonte. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p.165-77, set. 1976.
- ROBREDO, Jaime. Considerações prospectivas para as próximas décadas sobre a evolução da tecnologia da informação no Brasil: o perfil dos novos profissionais da informação. **R. Bras. Bibliotecon. e Doc. São Paulo**, v. 22, n. 3/4, p. 13-31, jul./dez. 1989
- SOUZA, Marta Alves de . **Análise do mercado de trabalho do bibliotecário no interior do Estado de São Paulo.** 1992 90p. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).
- _____. **Bibliotecário: atuação no mercado de trabalho da cidade de São Paulo.** Campinas, PUCCAMP, 1994. 117p. (Dissertação de mestrado).

EDUCAÇÃO E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES

Olinda Maria NORONHA

RESUMO

Discute as relações entre educação e trabalho dentro do novo padrão de acumulação do capital; a polarização entre visões otimistas e pessimistas com relação ao trabalho (lê-se à ciência e tecnologia) é superada na concepção ontológica do trabalho.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Fordismo; Pós-fordismo; Pedagogia da Qualidade.

As implicações que as mudanças tecnológicas tem produzido nos processos de trabalho e nas relações educativas tem ocupado grande parte da produção intelectual de inúmeros estudiosos e especialistas em diferentes áreas. Esta preocupação em se estudar as relações entre trabalho e educação, em parte, é motivada pela necessidade de se encontrar respostas a questões emergentes postas neste final de século. Um final de século caracterizado como um período onde as transformações ocorridas em âmbito mundial, no campo político, econômico e social tem sido de magnitude e velocidades profundas e sem precedentes na história da humanidade.

Como bem nos alerta HOBBSAWM, (1995:24,25), " a terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. (...) No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado,

inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem."

Um dos impactos mais preocupantes e sobre o qual tem se debruçado os estudiosos neste final de século, no campo educacional, é o que se refere às relações trabalho-educação. E para se buscar entender melhor essas relações de múltiplas inter-determinações torna-se necessário analisá-las à luz da discussão teórica que tem procurado pensar e refletir sobre a crise e refuncionalização do modelo "fordista" ou "keynesiano", bem como as mudanças postas pelo chamado "modelo pós-fordista".

Para tornar mais claro o significado destes chamados modelos de acumulação do capital vejamos algumas de suas características.

O modelo fordista caracterizava-se pela produção baseada na concentração de decisão, padronização do trabalho, grandes estoques, produtividade do trabalho, competitividade e durabilidade dos produtos.

Como analisa CASTRO (1992:4), *"a produção em massa tinha como contrapartida necessária um mercado interno ampliado pelo aumento do poder aquisitivo dos assalariados. O tipo de regulação política - o chamado Estado de bem-estar (Welfare State), garantia a inserção social dos segmentos populares através da regulação do mercado de trabalho (do emprego e dos salários) e do fornecimento de bens extra-econômicos (saúde, educação, seguridade social) e de direitos legais materialmente garantidos. No Brasil, a crise dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial propiciaram um desenvolvimento industrial centrado na substituição de importações e no atendimento de uma demanda interna quantitativamente significativa, ainda que restrita a segmentos minoritários da população com poder aquisitivo. O resultado foi um "fordismo de 2ª classe" e o predomínio do taylorismo"*.

Quanto ao chamado modelo pós-fordista suas características predominantes podem ser assim formuladas: a

incorporação da ciência e da tecnologia como forças produtivas, o rápido desgaste e desqualificação da mão-de-obra, acostumada ao modelo taylorista-fordista (trabalho superfragmentado e monótono), centralização, controle e rapidez da informação, recomposição da atividade dividida, terceirização, clientelização. Tudo isto associado à crise do modelo fundado na ampliação da máquina estatal e do desenvolvimento articulado ao Estado de Bem-Estar social e à política de pleno emprego. O novo padrão de acumulação está implicando na idéia de Estado minimalista, de privatização de globalização do mercado, de qualidade total de ampliação do capital financeiro e de exclusão crescente de um grande número de pessoas tanto da esfera da produção quanto da esfera do consumo. As conseqüências desse processo são a extensão da miséria, do desemprego, das doenças e das carências generalizadas dos indivíduos. Observa-se que este processo atinge até os países do chamado primeiro mundo. Quanto aos países do terceiro mundo o relacionamento com o capital tem se dado de forma prodominante através das chamadas "ilhas de modernidade". O restante da população passa a ser desconsiderada, porque aquilo que representava para estes países sua "vantagem competitiva" (mão-de-obra disponível, barata e disciplinada e matéria prima em abundância) hoje já não tem tanto significado diante do novo padrão de acumulação, baseado na revolução microeletrônica e na revolução tecno-científica (novos materiais, novas formas de energia, engenharia genética e novas formas de gestão social da força de trabalho).

Todo esse conjunto de transformações tem recebido um novo rótulo difuso e mal resolvido: o de neoliberalismo.

Como essas determinações postas pelo novo padrão de acumulação vão interagir com a educação? Que tipo de implicações essas transformações rápidas e desagregadoras têm para o corpo humano entendido enquanto síntese desse processo histórico?

Se tudo o que existe hoje que recebe o nome vago de "progresso" é conquista da humanidade, porque se contrapõe a ela como uma força estranha e com alto potencial destrutivo?

Não deveria essa conquista levar o homem a superar o "reino da necessidade" e conquistar o "reino da liberdade", como dizia Marx em sua crítica à sociedade capitalista, ao analisar a redução do

homem ao "homo economicus"? Estaríamos hoje diante do apogeu do fetichismo da mercadoria ou por outra diante do antagonismo absoluto de forças, tendências e categorias que se opõem, tais como capital, o trabalho, a mercadoria, o sobretrabalho, o tempo livre?

Estaríamos diante da reificação máxima da riqueza humana limitada a sua forma e manifestação burguesas?

A lógica do desenvolvimento da acumulação do capital (taylorismo, fordismo, microeletrônica, qualidade total), acaba por refletir também sobre o corpo do trabalhador expressando a dimensão cultural do trabalho.

Experiências a partir de relatos de trabalhadores provenientes de Escolas Sindicais tem revelado que estes ao falarem de mudanças nas tecnologias de automação ou nas tecnologias de organização social do trabalho, referem-se a algo que ocorreu no seu corpo. É importante, portanto, que as reflexões sobre educação-trabalho-saúde se voltem para o corpo do trabalhador (seja individual ou coletivo). Mas não sobre um corpo a-histórico, mas sobre um corpo enraizado nas condições materiais que produzem seus contornos e formatos.

Como diz LE VEN & NEVES (1985:129) "*era necessário inventar um sistema de produção que fosse capaz de adequar-se às variações do produto e de garantir um alto índice de reconversibilidade das instalações, tornando os operários capazes de realizar múltiplas funções*".

Este novo modo de organização da produção vai terminar por alterar a maneira como os trabalhadores se relacionam com o processo produtivo.

Dentro desta tendência, observamos que a filosofia administrativa (que vem sendo adotada após a II Guerra Mundial, tendo como precursora DEMING (1990) e JURAN(1990) é a da Qualidade Total.

Segundo esta filosofia, a Qualidade Total seria um instrumento imprescindível à produtividade, englobando três fatores fundamentais interligados: qualidade de produtos, de processos e de vida. Esta filosofia poder ser traduzida como a busca constante de qualidade por todos os envolvidos no processo produtivo, associada

à idéia de "clientelização" (onde todos são simultaneamente clientes e fornecedores.

Esta forma de gerenciamento pode ser assim resumida: (...) *"cada indivíduo que faz uma operação, que depois vais ser complementada por outro, vê o outro como um cliente e a si como um fornecedor. E a qualidade total implica em que o cliente está acima de tudo"* (MASTROCINQUE, 1993).

Resumindo esta caracterização podemos dizer que no modelo taylorista-fordista o trabalhador estava acostumado ao trabalho parcelado, igual e monótono, no modelo pós-fordista o trabalhador é treinado sem nenhuma função específica. Trata-se de como fazer a produção e não qual produção. Como observa CORIAT (1988:38), não mais *"um posto, um homem uma tarefa, mas um posto, um homem, várias máquinas, um pequeno grupo de tarefas"*. Na fábrica tradicional o agente repressor era o chefe, na fábrica moderna a repressão é socializada. Isto vai gerar um nível de concorrência e vigilância entre os trabalhadores provocando "stress" decorrente da raiva e da tensão provocadas pela insegurança no trabalho. Esta forma de administração por tensão vai acabar se materializando em doenças psíquicas, desgastes físico e mental, alcoolismo e até suicídio".¹

Todas estas transformações vão colocar problemas sérios e ainda não suficientemente estudados para o trabalho, para a educação e para a saúde (em termos de desajustamento do homem às novas funções, o sentido da inutilidade, de desonra, de falta de perspectiva que vão, no seu limite de somatização, produzir doenças mais visíveis que se manifestam como sintomas de um quadro muito mais complexo).

Muitas das interpretações sobre o impacto gerado pelas transformações das bases científicas e tecnológicas, sobre o trabalho humano e sobre o mundo da produção em geral, têm se encaminhado pelo viés teórico das perspectivas pessimistas ou pelas otimistas.

(1) cf. Depoimento de José Lopez Feijó - funcionário da Ford - seminário "Novas tecnologias e a formação do trabalhador" TTEDUC/FE/UNICAMP, 1990.

A POLARIZAÇÃO PESSIMISMO/OTIMISMO E SUA SUPERAÇÃO NA CONCEPÇÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO

Vejamos em breves linhas como se estruturaram essas perspectivas bem como as possibilidades de sua superação.

Na perspectiva negativista vamos encontrar as interpretações que se alinham com a Sociologia do Trabalho dos anos 70, tendo como principal representante BRAVERMAN (1977) e seus seguidores.

Segundo CASTRO (1991:70-71), *"a pertinência histórica da contribuição de Braverman está em ter sabido apropriar-se daquela imagem literária usada pelo próprio Marx, que chamara a atenção para a necessidade de se abrir a cortina que dava acesso (fora do mercado onde, para ele, defrontavam-se equivalentes) às pistas da produção e reprodução das desigualdades entre as classes. Ao fazê-lo Braverman introduziu uma interpretação que pretendia alcançar uma enorme generalidade (teorizar sobre o trabalho no capitalismo monopolista). Ela se centrava numa hipótese aparentemente bastante plausível, ao menos dado o nível de abstração em que fora formulada e à negatividade intrínseca que atribuía ao trabalho a tendência à permanente, cumulativa e irreversível degradação (...). Neste sentido, estudar a qualificação equivalia, em verdade, a pesquisar a sua perda progressiva, vez que reduzida a um mero instrumento do controle gerencial despótico."*

Este pessimismo vai expressar-se numa aversão às formas modernas de produção e uma denúncia simplista do caráter deformador da organização capitalista do trabalho, reduzindo a alienação ao processo crescente de desqualificação do trabalhador.

No outro extremo das interpretações, vamos encontrar a perspectiva otimista sobre o papel da ciência e da tecnologia como "libertadora da humanidade" da sua condição de miséria. As teorias do "progresso peregrino" e do alcance igualitário do "Estado-do-Bem-Estar-Social" estão incluídas dentro desta categoria.

As duas tendências se identificam por se configurarem como análises a-históricas, que não consideram a ciência e a tecnologia como produto de relações concretas e determinadas historicamente.

A ciência e a técnica, assim como o trabalho humano, embora sob o domínio de relações determinadas não são nem pura negatividade nem conduzem de forma mecânica à libertação humana.

Acreditamos que a ausência das categorias básicas de Marx em muitas análises posteriores a ele acabaram por conduzir às interpretações polarizadas e mecanicistas.

Estas interpretações terminam por levar a uma compreensão do trabalho humano em seu sentido mais vulgar (apenas como mercadoria, em sua forma assalariada), não considerando a sua dimensão ontológica. Pensamos que somente através do resgate desta dimensão seria possível a superação da polarização "otimismo-pessimismo".

A esse respeito KOSIK (1976:180) observa: (...) "o trabalho, na sua essência e generalidade não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu habitus e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui sua especificidade".

Por outro lado, se formos procurar a superação deste impasse na perspectiva empresarial moderna, vamos encontrar que esta se dará simplesmente através da recuperação da auto-estima do trabalhador. A filosofia empresarial pós-fordista tem se encaminhado por esta tendência moderna de "administrar conflitos".

CARLZON (1995), especialista em administrar crises, apresenta a interpretação e a saída para o processo de medo instalado a partir do novo padrão de acumulação: "Eu posso entender que bastante gente se sinta amedrontada hoje em dia. São pessoas que haviam esquecido que não existe nenhuma segurança no mundo a não ser a que tem dentro de si, sua própria auto-estima, sua autovalorização. Se a pessoa confia em si mesma, sempre será

capaz de cooperar, mesmo que não no trabalho que considerava seu".

Vários aspectos devem ser considerados para a compreensão dos impactos das mudanças tecno-produtivas nestes campos acima referidos.

Voltamos a dialogar com o professor Ramon Pefia Castro, que de maneira procedente aponta os seguintes aspectos:

"Um primeiro aspecto a considerar é o conteúdo do trabalho e a capacidade requerida da força de trabalho. A introdução de novas tecnologias e as novas formas de organização da produção alteram o conteúdo do trabalho e a qualificação exigida aos trabalhadores. A natureza da atividade do operador das novas tecnologias está mais voltada para supervisão de processo, para a regulagem de sistemas de máquinas que exigem capacidade de reação rápida aos imprevistos. Um segundo aspecto é a mudança do modo de aprendizagem em decorrência da alteração da natureza do trabalho. Com a passagem do concreto "sentido" para o abstrato "simbolizado" declina a importância, para a aprendizagem, da experiência sensorial-motora e aumenta o papel da prévia verbalização e simbolização, o que enfatiza a exigência do trabalho pedagógico de explicação. Um terceiro momento é o do declínio da importância da aprendizagem empírica, o que, à primeira vista, parece implicar uma dissociação entre aprender e fazer, tanto no tempo como no espaço. Outra consequência importante das mudanças na divisão técnica do trabalho capitalista consiste no fato de que o conjunto de conhecimentos e de saber-fazer exigido passou a ser definido pelas particularidades tecnológicas e organizacionais dos postos e não pelo ofício ou especialidade do trabalhador. Daí a importância que o sistema capitalista atribui à formação de forças de trabalho polivalente, com conhecimentos generalizáveis a uma série de situações concretas. Em decorrência de tudo o anterior, não parece exagerado falar de um deslocamento do centro gravitacional do conhecimento e do saber-fazer para o processo de aprendizagem, o que aumenta a importância dos sistemas de ensino e dos processos de "aprender a aprender" e a "verbalizar o que se sabe fazer" CASTRO (1992:12)

A PEDAGOGIA DA QUALIDADE

Diante deste quadro de reflexões mais gerais sobre as inter-determinações entre educação, trabalho e saúde é oportuno pensar sobre algumas tendências relacionadas aos reflexos deste novo padrão de acumulação nas políticas econômicas, sociais e educacionais no Brasil.

É conhecido até no senso comum que a economia brasileira entrou em crise no final dos anos 70, crise esta que se aprofundou nos anos 80 com um processo de recessão e de estagnação que se estende até os dias de hoje.

Para enfrentar essa situação de prolongamento de um processo de recessão crescente alguns setores empresariais, com a adesão do MEC, propõem a superação da crise através de um projeto de gerenciamento de Qualidade Total cuja metodologia é a da Pedagogia da Qualidade.

Para isto, o MEC patrocinou, no ano de 1993, "20 Encontros de Qualidade" com o objetivo de treinar recursos humanos de nível técnico-administrativo visando a difusão da proposta da Pedagogia da Qualidade aos setores educacionais.

No campo da prática educacional alguns efeitos já estão sendo observados.

No Estado de Minas Gerais, desde 1993, no sistema de ensino (Redes estadual e municipal) está sendo implantada a pedagogia da Qualidade Total mediante subsídios e acompanhamento tanto de caráter nacional quanto internacional. Também a articulação universidade com o pólo produtivo segue na mesma direção. A UNICAMP mesmo é um exemplo através do Mestrado em Qualidade, do Laboratório de Transferência de Tecnologia dos Convênios e Cursos de Extensão articulados às demandas do pólo produtivo.

Além disso, o Plano Decenal de Educação para Todos (30/11/93) apresenta em sua proposta original um repertório de propostas afinado com as novas tendências empresariais.

O Plano Decenal de Educação para todos afirma que "a Educação deve transformar-se em processo de promoção da cidadania, assegurando a cada criança a aquisição organizada de conhecimentos

básicos necessários ao mundo de hoje, cada vez mais condicionado pelo progresso científico e tecnológico".

Como desenvolver um plano como este baseado em um "novo tipo de alfabetização" de tal maneira que não se caracterize como mais um projeto excludente e fundado no privilégio?

À respeito desta questão, CASTRO (1992:14) observa que *"a adequação do ensino das novas linguagens às exigências empresariais parece transcorrer normalmente, conforme a lógica do mercado. Outra coisa é a "adequação" às exigências sociais de acesso democrático ao novo instrumento de cultura. Confrontamos, acredito eu, à nova realidade do aparecimento de um meio de produção e de consumo, cuja forma mercantil-capitalista representa um instrumento adicional de poder econômico, de diferenciação social ("o capital cultural") e de segregação cultural. Como "bem" de consumo, o computador se incorpora ao "capital cultural" das camadas sociais acomodadas, enquanto que a imensa maioria de brasileiros, precariamente inseridos no mercado de bens de sobrevivência, fica excluída do novo instrumento cultural e, subseqüentemente, da nova alfabetização, o que aprofunda as abismais desigualdades sociais e culturais existentes"*.

Isto significa que o simples fato de se acumular estoque de bens, sejam eles materiais ou simbólicos (conhecimento) sob o monopólio capitalista, não deve ser interpretado como elemento democratizador. O processo de acumulação continua sendo excludente.

Ao encerrarmos nossas reflexões gostaríamos de lembrar com GENTILE (1993:10) que "em Marx, a 'luta de classes' constitui um conceito analítico que permite resumir uma *multiplicidade de conflitos sociais*. Assim, desde uma perspectiva marxiana, a '*história das lutas e dos conflitos em torno do conhecimento*' ou, em outras palavras, a *história dos conflitos pelo controle, o domínio, a posse e o monopólio dos conhecimentos necessários para uma participação ativa e consciente na luta pelo poder social em todas suas dimensões*."

ABSTRACT

Relations between education and labor are discussed within the new pattern of capital accumulation; polarization between optimism and pessimism is solved within an ontological view of work.

Keywords: Education; Labor; Fordism; Post-fordism; Pedagogy of quality.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARLZON, J. Entrevista à "**Folha Management**"; n. 3. Folha de São Paulo, 28/08/95.
- CASTRO, N.A. Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: **Trabalho e Educação**. Coletânea C. B. E. Campinas: Papirus/CEDES/ANDE/ANPED, 1992 (mimeo).
- CASTRO, R. Peña. **Tecnologia, trabalho e educação**. ANPED, 15. Reunião anual, 1992 (mimeo).
- CORIAT, B. Automação programável, novas formas e conceitos de produção. In: SCHIMITZ, H. e CARVALHO, R. Q. (orgs.). **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- DEMING, W. E. **Qualidade: a revolução da administração**. Rio de Janeiro: Marques/Saraiva, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JURAN, J. M. **Planejando para a qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1990.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LE VEN, M. NEVES, M. Processo de trabalho e classe trabalhadora. In: NEVES, M. Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre o trabalho e a qualificação profissional. **Trabalho e Educação**. Coletânea C. B. E. Campinas: Papirus/CEDES/ANDE/ANPED, 1992.
- MASTROCINQUE, F. **Folha de São Paulo**, Caderno 2, 23/05/93, p.10.
- PLANO Decenal de Educação para todos. Brasília: MEC, 1993.

RESENHAS

ATUALIZAÇÃO DO PASSADO

RIBEIRO, Renato Janine. **A última razão dos reis**: ensaios sobre filosofia e política. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

No primeiro parágrafo do capítulo 3: Lorenzo Valla e os inícios da análise de texto, encontramos uma afirmativa sobre uma das formas de se posicionar diante de um texto: ... "reconhecendo a historicidade de cada obra a ler, igualmente reconhecem que sua própria leitura também se data, também se limita (...) a um encontro entre um leitor e uma obra, fortuito ou inesperado".

O encontro com este livro se deve em parte à leitura do prefácio onde encontramos palavras caras e necessárias como ética e felicidade, bem como a preocupação central do Autor: a possibilidade de criar o novo; estudar o passado verificando o quanto ele nos serve e em que sentido continua a nos governar.

O passado estudado é o antigo regime e os tópicos escolhidos são: A fortuna aristocrática, A morte em D. Juan, Lorenzo Valla e os inícios da análise de texto, O discurso diferente, O discurso "moraliste", História e soberania (de Hobbes à Revolução), O novo e o pathos (em torno do Dezoito Brumário).

No capítulo: "O discurso diferente" se fala de Foucault, um autor de outro tempo, mas existe uma ponte que nos faz vislumbrar o que há de comum entre o discurso do autor contemporâneo e os autores "moralistes"; sem dúvida, o inesperado do texto.

No discurso "moraliste", somos chamados até a corte para entendermos como se processa o conhecimento "moraliste". Os "moralistes" procuram o que há por detrás das aparências. As

palavras são tidas mais pelos seus efeitos que pelos seus conteúdos. São lidas esteticamente, pois consideradas enquanto máscaras.

Nesse tipo de discurso não há diálogo. Isso significa que as palavras não são as mesmas coisas para os dois lados. Quem profere acredita, quem escuta se recusa a acreditar. As palavras valem pelo que elas encobrem.

O conceito de máscara é aqui usado no sentido de dissimulação, que encobre e ao mesmo tempo desvela o sentido do discurso. Para se atingir tal sentido é pois necessário "destruir" o dispositivo que sustenta a máscara. Isto não pode acontecer através de interlocução, pois... "para efetivar o novo seria preciso desmontar a cumplicidade dos discursos dominantes com os canais por que eles procedem e com o dispositivo que os constituem" (p.95).

O problema deste tipo de pensamento é que ao negar uma estrutura de poder corre-se o risco de instaurar um procedimento autoritário, pois nega-se ao outro a interlocução.

Fica conosco esse dilema.

Numa das passagens do texto sobre a distinção entre interpretação de mundo do autor "moraliste" e a pretensão de transformá-lo, Ribeiro aponta que as dificuldades em distinguir esses momentos residem mais nos leitores atuais que nos autores. Essa passagem, sem aludir, especificamente, faz lembrar a vulgarização do complexo de Édipo.

Freud cronologicamente se encontra noutro tempo do que aquele que está sendo analisado, mas é parte fundamental do texto pela sua atualidade e pela psicanálise ser um tipo de discurso "moraliste".

A propósito, a corte era considerada como um laboratório de psicologia e sua mitificação e teatralidade se repetem no nosso tempo.

..."nenhuma sociedade já se mostrou mais mistificadora, de maneiras tão variadas, que a nossa, saturada como é de mensagens e informações, que são os próprios veículos de mistificação" (Jameson, 1992, p.55).

Finalizando o comentário deste capítulo devemos dizer que na página 94 onde está escrito Yi King, leia-se I CHING; ou seja: o livro chinês na tradução inglesa é denominado Yi King e na tradução brasileira como I CHING.

O capítulo I trata da fortuna e da maneira que o aristocrata lida com ela. Após a bem efetuada descrição histórica, característica de todos os capítulos, alça-se o vôo em direção ao acaso.

Diante da fortuna existiriam três posturas a se considerar: a de limitação que requer uma moderação do homem e um consolo espiritual diante do fracasso; a alteridade que consistiria em ações para alterar a sorte e a maneira que o aristocrata tem de lidar com a fortuna, aceitando-a como uma dimensão do ser.

Certamente é a parte mais apaixonante do livro, pois fala do antigo que há em nós, de forma surpreendente.

Em "A morte de D. Juan" o autor nos aponta os dois mistérios do mito: o do conquistador e o do conquistado. Assinala que na nossa sociedade o mito perdeu seu segundo mistério que é a morte, "pois a excluimos de nosso território de convívio,..." (p.53).

Mais uma vez sem forçar a aproximação, temas antigos são atualizados.

O capítulo 6: "História e soberania (de Hobbes à Revolução)" trata de assuntos como história e transformação, soberanos e revolução francesa. Nesse capítulo a nosso ver, aos olhos do leitor comum, há uma conclusão incompleta quanto à concepção histórica, nome dos países e conseqüências psicológicas.

Segue o trecho em questão: (p.118).

"O problema da indiferença, porém, é que por um lado ela pressupõe que a sociedade e o Estado tenham chegado a uma certa redução das diferenças, das tensões sociais - processo historicamente bastante demorado, e que só recentemente se pode dizer tenha-se realizado, e ainda assim em poucos países, os do Atlântico Norte -, e por outro ela não libera forças na direção do social, represando-as no indivíduo".

O livro certamente interessará aos estudiosos de ciências humanas e ao bom leitor adulto não vinculado a estas ciências, pois

faz pensar e constitui-se numa leitura agradável. Cada capítulo é independente, o próprio leitor organiza sua trajetória.

Concluindo: "Talvez o que possa ser relativamente novo, numa retomada destes temas éticos, seja o sentido histórico, premente até, que a eles agora se propõe: não se trata prioritariamente de ver como funcionam os homens, em sua busca da opressão e da infelicidade (velho topoi moralistas), - mas de examinar como ajustaremos as contas com o passado e como, por que vias difíceis e ainda necessitando ser criadas, construiremos um futuro, construiremos uma liberdade" (p. 11).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

JAMESON, F. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico.** (public. orig. 1981). Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo, Editora Ática, 1992.

Maria do Rosário de Fátima Rodrigues
Mestranda em Psicologia Escolar - PUCCAMP

BASE DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS E LITERATURA INFANTIL

SHORT, K. G. (org) Research & Professional resources in Children's Literature: piecing a patchwork quilt. Newark (Del): IRA, 1995, 272p.

Este livro é uma base de dados bibliográficos de grande utilidade para bibliotecários, pesquisadores (de várias áreas de conhecimento), educadores e mesmo pais preocupados com a educação dos jovens. Apresenta informações relevantes para a pesquisa sobre literatura infantil, pesquisas correlatas e de desenvolvimento de currículo. É um verdadeiro guia para a busca de informações específicas na área, quer envolvendo pesquisas, quer o uso da literatura nas escolas, quer a análise de livros infantis. Neste sentido, é uma obra de referência que deve integrar o acervo de bibliotecas especializadas que atendam aos usuários potenciais aqui referidos.

A obra foi organizada por Short que coordenou os trabalhos de outras 12 especialistas que assumiram o papel de co-autoras, atuando e vendo a literatura infantil como um campo de pesquisa que precisa ser melhor explorado pelos pesquisadores educacionais e universitários. São eles: Brown, Ferguson, Giorgis, Kaser, Laird, Leith, Martens, Mathis, Pritchard, Schroeder, Schwartz e Tarkoff.

Na Introdução, o leitor é informado de que a obra foi planejada a partir de um seminário no qual pesquisas integradas foram planejadas e parte deste esforço foi o levantamento bibliográfico, a análise da produção e o preparo da presente base de dados bibliográficos, que foi muito além da indicação das referências e

apresentação dos respectivos resumos. Traz comentários e organização de grande utilidade para os que venham a consultá-la em busca de informações sobre a literatura infantil.

A obra está dividida em três sessões. A primeira focaliza a pesquisa sobre literatura para crianças, publicadas de janeiro de 1985 até dezembro de 1993. A segunda, revê os periódicos profissionais que tratam de matéria e a última apresentada anotações de profissionais da área sobre a matéria vista de vários enfoques. As "crianças" enfocadas vão da pré-escola até o 8º grau (aproximadamente 14 anos).

A primeira sessão é a parte mais ampla e que requereu maior esforço dos autores. Começa pela descrição das estratégias de busca e a apresentação dos critérios de seleção de artigos de pesquisa. Para o artigo ser incluído na base de dados obviamente tinha que focar as "crianças" dentro da faixa etária pré-estabelecida, tratar de literatura infantil e examiná-la à luz de pesquisa, quer se tratasse da obra estudada como um todo, quer quando apenas partes da mesma, fossem objeto da pesquisa. Mas só se incluíram estudos que pudessem ser considerados pesquisas (estudo ou investigação sistemática e intencional com apresentação, análise e conclusões sobre dados colhidos). Os estudos do tipo ensaio, considerações, reflexões não foram incluídos.

Segue-se uma perspectiva dos autores quanto as principais questões e tendências verificadas na pesquisa sobre literatura infantil, apontando limitações e avanços na área: predomina pesquisa qualitativa, começa a se fazer presente o estudo de maior duração (longitudinal) conduzido em sala de aula; a maioria dos pesquisadores são docentes universitários embora venha crescendo a contribuição de outros docentes; há tendência para o isolacionismo nas sub-áreas; tendência maior é para análise de conteúdo, com crescente exploração de outras metodologias de pesquisa.

Os trabalhos encontrados foram aglutinados em tópicos específicos precedidos sempre de alguma apreciação geral feita pelos autores. Nesta primeira sessão as pesquisas foram organizadas segundo a seguinte classificação: Análise Teórica, Análise Temática (cultura, questões sociais, ciclo de vida, gênero); Análise Literária e Textual; Pesquisa Histórica; Estudos sobre Autores e Ilustradores,

Atitudes e Interesses em Literatura; Família e Alfabetização na Pré-Escola (pesquisas no lar e na pré-escola); Currículo Baseado na Literatura (literatura em sala de aula, comparação de enfoques, literatura através de currículo; crenças e práticas dos docentes); Estratégias de Ensino (pesquisa sobre leitura, leitura voluntária, estratégias e tecnologias de ensino); Pesquisa Enfocando a Resposta do Leitor (influência do texto; características do leitor; contextos e estratégias) e trabalhos de Pesquisa de Revisão e de Seleção de Literatura para Crianças.

A segunda sessão é uma base de informações elaborada a partir dos periódicos profissionais. As autoras lembram que há uma ampla variedade de periódicos na área e que restringiram sua busca a três tipos: o primeiro que regularmente publica artigos de pesquisa sobre o tema selecionado; o segundo que só ocasionalmente publica dados de pesquisa sobre literatura infantil e um terceiro grupo que raramente o faz. Seguindo esta ordenação as Autoras organizaram a bibliografia dos periódicos fornecendo ao leitor título de periódico, caracterização e endereço do mesmo (É um excelente guia para quem quer consultar, adquirir números isolados, ou ainda, assinar periódicos). Apresentam também um quadro geral do que encontraram os mesmos, muito interessante por fornecer uma visão de síntese da produção dos periódicos analisados. Entretanto, estes dados poderiam ter sido melhor trabalhados pelas Autoras. Completam esta parte: uma lista de centros que conduzem pesquisas na área e de outros periódicos úteis aos pesquisadores.

A terceira sessão está dedicada aos livros profissionais sobre literatura para criança, estes livros constituem reflexo do grande interesse que este tipo de literatura especialmente sua inserção no currículo vem tendo nas últimas décadas. São os livros predominantemente escritos por docentes universitários, mas vem crescendo o número dos que são escritos por professores-pesquisadores. Eles têm tido impacto nas reformas curriculares. Estão predominantemente voltados para a escola elementar, mas vem crescendo a produção para os anos acadêmicos posteriores. poucos tratam da literatura de não ficção para as crianças, com uma visão mais ampla de leitura/literatura que não apenas a que enfoca o imaginário. Segue-se uma rica relação de livros, imprescindíveis em

bibliotecas especializadas. Além da referência bibliográfica há um breve comentário informativo sobre cada um deles, destacando-se aqui, como exemplo:

"Karolides, N. J. (Ed.). (1992). Reader response in the classroom: Evoking and interpreting meaning in literature. New York: Longman.

Os capítulos deste livro explicam e interpretam a teoria da resposta do leitor de Louise Roseblatt. Muitos dos ensaios superam a separação com a prática demonstrando estratégias para implementar em sala de aula as teorias de resposta do leitor. Diversos trabalhos literários específicos são destacados e seu uso em sala de aula estão incluídos" (p. 201)

Os textos estão organizados segundo os seguintes cabeçalhos: Fundamentos Teóricos da Literatura em Sala de Aula; Discussão e Resposta à Literatura; Levantamentos de Literatura para crianças; Questões Sócio-Políticas e Culturais na Literatura para Crianças; Estudos de Gênero em Sala de Aula; A Literatura no Currículo de Leitura e Artes da Linguagem; A Literatura através do Currículo; Coleções de Atividades e Idéias Usando a Literatura; Estudos sobre Autores, Ilustradores e Poetas e Bibliografia de Literatura produzida por Crianças e Adolescentes.

Completam a obra dois índices: de autores e de conteúdo.

Como obra de referência é um livro de consulta freqüente para quem quer que esteja trabalhando na área ou tenha a incumbência de relacionar material bibliográfico ou adquirir livros para bibliotecas.

Geraldina Porto Witter
PUCCAMP

INFORMATIVO

A BIBLIOTECA NO SUMMARY (1993/1994)

Geraldina Porto WITTER
Puccamp

O Annual Summary of Investigations Relating to Reading é a principal base de dados bibliográficos sobre a pesquisa na área da leitura, sendo publicada anualmente cobrindo o período de julho de um ano a junho do ano seguinte. O número aqui focado cobre de junho de 1993 a julho de 1994, tendo sido editorado em 1995 (Weintraub, 1995).

Arrolados no anuário aqui focado apareceram ao todo 504 pesquisas, das quais três enfocam revisões de pesquisa; 14,28% dizem respeito ao preparo e à atuação do profissional; 21,20% enfocaram a sociologia da leitura; 33,35% a fisiologia e a psicologia da leitura; 24,20% o ensino desta habilidade e 6,34% tratam do leitor atípico.

A Biblioteca aparece na parte da Sociologia da leitura sob o rótulo: Usos e Serviços das Bibliotecas. No ano editorial aqui analisado apenas três pesquisas foram arroladas na base de dados.

Miller e Shontz (1993) dão continuidade a um trabalho anterior pesquisando bibliotecas escolares quanto a recursos humanos e gastos com coleções e equipe. A pesquisa implicou em remeter o instrumento de pesquisa a 1560 bibliotecas, das quais 918 responderam. Os fundos são provenientes predominantemente do governo federal; gasta-se mais com recursos audiovisuais do que com livros. Descreveu o número de especialistas contratados que

também decaiu nos últimos dois anos (1991 e 1992). Cresceu em 42% o uso de tecnologia como o CD-ROM.

Allen (1993) também trabalhou com bibliotecas escolares, para determinar a disponibilidade de textos em espanhol em escolas situadas em regiões com alta incidência de pessoas de origem hispânica. Remeteu questionários a 305 bibliotecas escolares, mas só 62 responderam, das quais 37 estavam em regiões com estudantes de origem hispânica. Encontrou variação entre 500 a 20.000 livros na língua espanhola, mas sempre em percentual muito baixo em relação ao total do acervo.

Tjoumas (1993) analisou coleções de bibliotecas públicas para estudar o acesso quanto às publicações de autores americanos que escrevem para crianças e adolescentes. Encontrou percentuais muito baixos da literatura que estava estudando e os bibliotecários evidenciaram pouco conhecimento sobre a matéria.

Embora haja poucas pesquisas específicas, há na base outras referências de interesses para bibliotecários tais como as obras sobre literatura infanto-juvenil, história do livro e da imprensa, fatores sócio-culturais e leitura, interesses sobre leitura entre outros.

A produtividade envolvendo especificamente biblioteca-leitura sofreu um decréscimo em relação aos anos anteriores, que foi de 15, 13 e 13 nos três anos anteriores, o que merece uma análise mais específica a produção nesta área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, A. A. The school library media center and the promotion of literature for Hispanic children. **Library Trends** 41: 437 - 461, 1993
- MILLER, M. L. & SHONTZ, M. Expenditures **School library Journal**, 39: 26-36, 1993.
- TJOURMAS, R. Native American literature for young people: a survey of collection development methods in public libraries. **Library Trends**, 41: 493 - 523, 1993.
- WEINTRAUB, S. **Annual Summary of Investigations Relating to Reading**. Newark: IRA, 1995.

NORMAS EDITORIAIS DE "TRANS-IN-FORMAÇÃO"

1. Serão aceitos originais considerados inéditos para a publicação, embora tenham sido submetidos a processos considerados de domínio informal (congresso, seminários e similares), caso em que a referência ao evento deve constar em nota de rodapé.

2. Serão aceitos textos em português, espanhol, inglês ou francês, que se enquadrem em uma das sessões da revista. O(s) autor(es) deve(m) indicar a sessão, desde que aprovados por membros do corpo editorial.

3. Para publicação o artigo deverá ter a aprovação de, pelo menos, dois avaliadores, os quais emitirão parecer às cegas, isto é, sem conhecimento do nome(s) do(s) autor(es) ou da instituição a que está vinculado. Somente o presidente saberá o nome dos avaliadores.

4. Os artigos poderão ser aceitos sem restrições, com pequenas mudanças; com grandes alterações, ou rejeitados. Quando as alterações forem poucas e tratarem de aspectos formais, ou ainda com vistas apenas à manutenção da homogeneidade e da qualidade da publicação, a redação fará as mudanças necessárias, respeitando, todavia, o estilo e as opiniões dos autores. Nos demais casos o autor se encarregará da reformulação.

5. Os avaliadores terão prazo máximo de 30 dias para emissão de seus pareceres, cujas cópias anônimas serão enviadas aos autores.

6. A própria comissão editorial se encarregará da revisão das provas tipográficas.

7. O conteúdo dos trabalhos são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

FORMATO:

Todas as colaborações devem ser datilografadas em papel branco, tamanho A4 (21 x 29,7cm), com entrelhamento duplo, com 30 linhas, observadas a ortografia oficial. A primeira página do original deverá conter: título do artigo, nome completo do autor e endereço da instituição a que está vinculado. As páginas serão numeradas consecutivamente no canto superior direito. Cada trabalho terá no máximo 25 laudas datilografadas.

RESUMO:

Deve ser incluído um resumo informativo, de aproximadamente 100 palavras, em português, acompanhado de sua tradução para o inglês, inclusive o título, datilografado com entrelinhamento duplo, na segunda página do original, incluir palavras-chave (key-word).

NOTA DE RODAPÉ:

Só é permitida na 1ª lauda e para indicar vínculo profissional, auxílios recebidos, apresentação em eventos de créditos.

ILUSTRAÇÕES:

1. Fotografias, devem ser nítidas, em papel brilhante, preto e branco, tamanho máximo 9 x 14cm.
2. Figuras, devem ser apresentadas em papel, em preto e branco, de preferência à Nankin, tamanho máximo 20 x 30cm.
3. Quadros e tabelas: devem ser acompanhados de título que permita compreender o significado dos dados reunidos. Assinalar, no texto pelo número de ordem, o local de inclusão. Para reimpressão de Fotografias, Figuras, Quadros e Tabelas extraídos de outros textos deve ser indicada a fonte de referência e anexada as autorizações da fonte e do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

As referências bibliográficas, redigidas segundo a norma da NBR-6023/1989 da ABNT, deverão ser numeradas no texto, segundo a ordem alfabética com que se apresenta no final do trabalho. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são da responsabilidade do autor. No artigo de Dinah Aguiar Población, publicado no número 1 da revista, o autor encontra normas explicativas quanto ao aspecto aqui focalizado. Separatas do referido artigo podem ser solicitadas à Secretaria da Revista mediante pagamento.

ENCAMINHAMENTO:

Enviar à Secretaria da Revista com carta em que conste a anuência para publicação; caso de mais de um autor, todos devem assinar o documento.

